

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE INHUMAS – UNIMAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LETÍCIA CRISTINA DIAS OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO E O PAPEL NA PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL**

INHUMAS-GO
2024

LETÍCIA CRISTINA DIAS OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO E O PAPEL NA PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação do Centro Universitário de Inhumas – UniMais –, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Cristyane Batista Leal

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos

**INHUMAS-GO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA CORA CORALINA - UniMais

O48p

OLIVEIRA, Letícia Cristina dias
REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO E O PAPEL
NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Letícia Cristina dias Oliveira. –
Inhumas: UniMais, 2024.

115 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas -
UniMais, Mestrado em Educação, 2024.

“Orientação: Dr^a. Cristyane Batista Leal”.

1. Black Representation; 2. Textbooks; 3. Racial Equality; 4. Education; 5.
Mineiros-GO I. Título.

CDU: 37

LETÍCIA CRISTINA DIAS OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO E O PAPEL NA PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL**

A Banca Examinadora abaixo aprova a dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro Universitário de Inhumas – UNIMAIS, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Prof. Dra. Cristyane Batista Leal (Orientadora)
Centro Universitário de Inhumas – UNIMAIS

Profa. Dra. Ludmila dos Santos Andrade
Centro Universitário Federal do Piauí -UFPI

Profa. Dr. Marcelo Máximo da Purificação
Centro Universitário de Inhumas – UNIMAIS

Agosto /2024

Dedico aos meus filhos Ana Beatriz e Maria Fernanda e à minha mãe Rosa Helena, que são meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças e saúde para estar findando esse projeto e um dos meus grandes sonhos, agradeço à minha mãe e ao meu irmão, que sem a ajuda e o apoio deles eu jamais teria chegado até aqui.

Agradeço ao meu namorado que sempre me incentivou e acreditou que eu seria capaz e às minhas filhas que sempre foram meu combustível para não desistir e por querer um futuro melhor para mim e para elas.

*"Não é nossa diferença que nos divide. É
nossa incapacidade de reconhecer, aceitar e
celebrar essas diferenças."
— Audre Lorde*

RESUMO

A dissertação *Representação da Pessoa Negra nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio e o Papel na Promoção da Igualdade Racial* analisa a representação de pessoas negras no livro didático *Português: Linguagens* de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, utilizado nas escolas públicas de Mineiros, Goiás. A pesquisa investiga como esses materiais didáticos contribuem para a promoção da igualdade racial, conforme as diretrizes da Lei 10.639/03 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo principal é avaliar a presença e a qualidade das representações de pessoas negras e a inclusão de conteúdos afro-brasileiros no livro analisado. Os objetivos específicos incluem refletir sobre a discriminação e inferiorização de pessoas negras, discutir a importância da divulgação da cultura afro-brasileira, analisar o impacto das políticas educacionais sobre a representação racial e propor estratégias para a melhoria dos materiais didáticos. Utilizando uma abordagem qualitativa e uma análise documental, a pesquisa aponta que, embora existam esforços para incluir conteúdos afro-brasileiros, as representações de pessoas negras são ainda insuficientes e, em muitos casos, estereotipadas. A dissertação conclui que a efetiva promoção de uma representação de igualdade racial nos livros didáticos requer uma revisão contínua dos conteúdos e formas de representá-los, além de uma formação adequada para os educadores e a participação ativa da comunidade escolar na criação e seleção dos materiais didáticos.

Palavras-chave: Representação Negra. Livros Didáticos. Igualdade Racial. Educação. Mineiros-GO.

ABSTRACT

The dissertation "Representation of Black People in High School Portuguese Language Textbooks and Their Role in Promoting Racial Equality" analyzes the representation of black people in the textbook "Português: Linguagens" by William Roberto Cereja and Thereza Cochar Magalhães, used in public schools in Mineiros, Goiás. The research investigates how these educational materials contribute to promoting racial equality according to the guidelines of Law 10.639/03 and the National Common Curricular Base (BNCC). The main objective is to evaluate the presence and quality of representations of black people and the inclusion of Afro-Brazilian content in the analyzed textbook. Specific objectives include reflecting on the discrimination and marginalization of black people, discussing the importance of disseminating Afro-Brazilian culture, analyzing the impact of educational policies on racial representation, and proposing strategies for improving educational materials. Using a qualitative approach and document analysis, the research reveals that, although there are efforts to include Afro-Brazilian content, representations of black people are still insufficient and often stereotypical. The dissertation concludes that effectively promoting racial equality in textbooks requires continuous content review and improved representation methods, as well as adequate training for educators and active participation of the school community in the creation and selection of educational materials.

Keywords: Black Representation. Textbooks. Racial Equality. Education. Mineiros-GO.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Exemplos representativos dos livros escolares usados entre 1970 e 1996,	19
Figura 2: Capa do Material Didático "Palavra Cantada na Escola" destinado ao 4º ano do Ensino Fundamental	50
Figura 3: Trecho do cordel "Eu Nunca Posso Perder" presente no material didático "Palavra Cantada na Escola"	51
Figura 4: Final do trecho do cordel "Eu Nunca Posso Perder" presente no material didático "Palavra Cantada na Escola"	52
Figura 5 : Capa do Livro "Se Liga nas Linguagens: Português"	65
Figura 6 : Ilustração do poema "O Navio Negroiro"	74
Figura 7: Fotografia de Machado de Assis	75
Figura 8 : Cruz e Sousa, destacado como um dos maiores poetas simbolistas do Brasil	76
Figura 9: Ilustração de uma família negra em uma cena de tristeza	76
Figura 10: Fotografia de Conceição Evaristo	77
Figura 11: Ilustração de um estudante negro em uma sala de aula lendo em voz alta	78
Figura 12: Ilustração de uma personagem negra no contexto do poema "Romance VII ou do negro das Catas"	79
Figura 13: Fotografia de Luiz Silva (Cutí)	80
Figura 14: Card sobre bullying e racismo com representação de crianças negras	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Evolução das Políticas Educacionais de Inclusão e Representatividade Racial	43
Tabela 2: Conteúdos dos capítulos do livro <i>Se Liga nas Linguagens: Português</i>	67
Tabela 3: no imagens encontradas no livro <i>Se Liga nas Linguagens: Português</i>	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO LIVRO DIDÁTICO	17
1.1 A EVOLUÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS: DA PRENSA DE GUTENBERG À ERA DIGITAL	18
1.2 A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO	20
1.3 EVOLUÇÃO E IMPACTO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	23
1.4 A CONCEPÇÃO INTERACIONISTA DA LÍNGUA PORTUGUESA	26
1.5 OS GÊNEROS DISCURSIVOS	28
1.6 O PAPEL DOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	31
1.7 REPRESENTATIVIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS	34
2. A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL DE PESSOAS NEGRAS EM LIVROS DIDÁTICOS	37
2.1. OS ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL	38
2.2. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EQUIDADE RACIAL	40
2.3. A REALIDADE VIVENCIADA DE PESSOAS NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	47
2.4. A VALORIZAÇÃO DA PESSOA NEGRA NA EDUCAÇÃO	55
2.5. O ENSINO ATUAL E A INCLUSÃO DA PESSOA NEGRA COMO TEMÁTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS	58
3. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO EM MINEIROS, GOIÁS	62
3.1 METODOLOGIA DA ANÁLISE DOCUMENTAL	63
<i>3.1.1 Seleção dos Livros Didáticos</i>	<i>64</i>
<i>3.1.2 Procedimentos de Análise Documental</i>	<i>69</i>
<i>3.1.3 Critérios de Avaliação</i>	<i>70</i>
3.2 REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS	71

<i>3.2.1 Análise das Imagens e Ilustrações</i>	72
<i>3.2.2 Análise dos Textos e Narrativas</i>	82
<i>3.2.3 Conformidade com a Lei 10.639/03 e BNCC</i>	85
3.3. INCLUSÃO DE TEMAS AFRO-BRASILEIROS	87
<i>3.3.1 Presença de Conteúdos Afro-Brasileiros</i>	88
<i>3.3.2 Abrangência e Qualidade dos Conteúdos</i>	89
<i>3.3.3 Exemplos de Inclusão e Lacunas Identificadas</i>	89
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

INTRODUÇÃO

A representação de pessoas negras em materiais didáticos, particularmente em livros de Língua Portuguesa no ensino médio, constitui um elemento fundamental na construção de identidades raciais e na promoção da igualdade racial. Segundo Silva (2011), esta análise crítica da representação busca entender como ela afeta a percepção dos estudantes e auxilia no combate ao racismo nas escolas. A relevância deste tema se destaca em meio à continuidade de narrativas estereotipadas e à sub-representação de pessoas negras na literatura e nos materiais didáticos, apesar dos progressos proporcionados por legislações como a Lei Federal nº 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira (Brasil, 2003).

O município de Mineiros, Goiás, com sua diversidade cultural e histórica é mencionado nesta pesquisa como um exemplo de diversidades representativo das dinâmicas educacionais de ensino médio. A escolha de Mineiros como referência no estudo visa explorar a representatividade racial nos livros didáticos utilizados nas escolas públicas do município, considerando que o contexto local pode refletir as dinâmicas encontradas em diversas outras regiões do Brasil. Esse enfoque permite uma análise teórica de como a inclusão da temática afro-brasileira e a representação de pessoas negras são abordadas nos materiais didáticos utilizados nas escolas públicas deste município.

Este trabalho visa avaliar a representação de pessoas negras nos livros didáticos de Língua Portuguesa usados nas escolas de ensino médio do município de Mineiros, pretende-se explorar como esses recursos didáticos podem ser empregados como instrumentos para fomentar uma educação antirracista, em consonância com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2018).

A escolha desse tema não é fortuita. Desde minha infância, vivi em Mineiros, uma cidade marcada pela diversidade cultural e por uma história rica de resistência negra. Sempre foi evidente para mim o grande percentual racial existente, o que me motivou a entender melhor as questões de representatividade. Durante meus anos como educadora, percebi que os livros didáticos são muitas vezes o único tipo de leitura a que muitos alunos têm acesso, tornando-se um instrumento valioso para a formação de suas percepções sobre si mesmos e o mundo.

Conceição Evaristo, uma das vozes mais importantes da literatura afro-brasileira,

argumenta que "Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara" (Evaristo, 2017, p. 52). Essa citação ilustra a necessidade de integrar nos materiais didáticos narrativas que desafiem as estruturas de poder e promovam a inclusão e a igualdade racial.

A necessidade de uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural e racial no Brasil é um tema amplamente discutido e analisado na literatura acadêmica por sua importância de incorporar a diversidade étnico-racial nos currículos escolares, destacando como essa abordagem pode promover a inclusão, combater o racismo e construir uma sociedade mais justa e equitativa. Pesquisadores apontam que uma educação sensível à diversidade cultural e racial não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de respeitar e valorizar as diferentes culturas e etnias que compõem a sociedade brasileira. Além disso, a literatura acadêmica ressalta que essa valorização é fundamental para reparar as desigualdades históricas e proporcionar oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou cultural.

Autores como Azevedo (2004), Passos e Pinheiro (2021), Brito, Eugenio e Leal (2023), Pires (2019), enfatizam a importância de superar as representações negativas e estereotipadas de afro-brasileiros nos materiais didáticos e a necessidade de uma educação antirracista e inclusiva. Borges, Purificação e Catarino (2023) discutem como o racismo estrutural e o mito da democracia racial consolidam barreiras que impossibilitam a população negra de estabelecer seus direitos, destacando a urgência de ações antirracistas para promover uma sociedade mais justa. Portanto, este estudo se insere em um esforço para promover mudanças significativas na forma como a identidade negra é abordada nos livros didáticos que chegam até as escolas públicas do Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e equânime.

Dada a complexidade do tema, esta pesquisa busca relevância dentro da urgente necessidade de uma revisão crítica dos conteúdos pedagógicos e visuais apresentados aos estudantes nos materiais didáticos disponibilizados pelo Ministério da Educação por meio dos livros didáticos e livros literários.

No início desta pesquisa, é fundamental definir claramente os conceitos de "negro", "negritude" e "africanidade" para proporcionar uma base sólida para a análise subsequente. Esses conceitos são essenciais para compreender a representação de pessoas negras nos livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio e seu papel

na promoção da igualdade racial.

O termo "negro" refere-se à população de pessoas que se autodeclararam como pretas ou pardas, conforme a classificação racial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa autodeclaração é crucial para o reconhecimento das identidades raciais e para a implementação de políticas públicas que visam promover a igualdade racial. O uso do termo "negro" nesta dissertação não se limita à categorização racial, mas abrange também questões de pertencimento e reconhecimento cultural. Como discutido por Borges, Purificação e Catarino (2023), o racismo estrutural no Brasil cria barreiras que impedem a população negra de estabelecer plenamente seus direitos, incluindo o direito à vida. Isso reforça a importância de reconhecer e valorizar a identidade negra em contextos educacionais e sociais.

A "negritude" é um conceito que emergiu como um movimento literário, político e ideológico na década de 1930, criado por intelectuais negros francófonos. Esse conceito busca valorizar a identidade, cultura e história dos povos negros, contrapondo-se à opressão colonial e ao racismo estrutural. A negritude é vista como uma resposta à desvalorização cultural e histórica imposta pela colonização e pelo racismo. Na presente dissertação, a negritude é utilizada para analisar como os livros didáticos retratam a cultura e a história afro-brasileira, servindo como um meio de resgatar e valorizar as contribuições dos povos negros para a formação da identidade brasileira. Conceição Evaristo, em suas obras, exemplifica a aplicação da negritude através da escrevivência, que mescla escrita e vivência para enfatizar a narrativa a partir de uma perspectiva pessoal e coletiva (Evaristo, 2017; Araujo, 2019).

"Africanidade" refere-se ao conjunto de características culturais, históricas e sociais dos povos africanos e de suas diásporas. Este conceito engloba a ligação com as raízes africanas e a preservação e valorização dessas tradições e identidades culturais tanto dentro quanto fora do continente africano. A africanidade é essencial para compreender a influência e a permanência da cultura africana na diáspora. Na dissertação, a africanidade é explorada para discutir a importância da inclusão de conteúdos afro-brasileiros nos livros didáticos. A valorização da africanidade nos materiais educativos é vista como um passo essencial para promover a igualdade racial e a diversidade cultural nas escolas, além de ajudar a entender a resistência cultural e a resiliência dos povos africanos e afrodescendentes (Evaristo, 2020).

Esses conceitos são utilizados ao longo da dissertação para fundamentar a análise crítica dos livros didáticos, enfatizando a necessidade de uma representação

justa e inclusiva das pessoas negras. A discussão sobre "negro", "negritude" e "africanidade" permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e resistência que permeiam a educação e a sociedade brasileira, alinhando-se com o objetivo de promover uma educação que valorize a diversidade e combata o racismo.

A continuidade de estereótipos e a ausência de uma representação positiva das pessoas negras nos livros didáticos perpetuam preconceitos e negligenciam a rica diversidade cultural brasileira, além de seu potencial educativo na construção de uma sociedade mais equitativa (Silva, 2011; Azevedo, 2004). Tais condições não apenas comprometem a formação de uma consciência inclusiva entre os jovens, mas também desconsideram o papel fundamental da educação na promoção da igualdade racial, conforme discutido por Cavalleiro (2012) e Munanga (2004), que destacam a importância de combater o racismo e promover a diversidade cultural nas escolas.

Este estudo se insere na linha de pesquisa *Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos*, com especial atenção às questões de representatividade e igualdade racial no âmbito educacional. Dessa forma, ele contribui significativamente para o desenvolvimento de estudos em educação antirracista, políticas públicas educacionais e a promoção de igualdade e diversidade cultural nas escolas. Como destacado por Munanga (2004), a importância de abordar tais temas no contexto educacional é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua diversidade.

A problemática central deste estudo se concentra em entender como se dá a representação de pessoas nos livros didáticos de Língua Portuguesa e qual o impacto dessa representação na construção das identidades raciais. Além disso, investiga-se a conformidade dessas representações com as normativas legais e pedagógicas destinadas a fomentar a igualdade racial e a valorização da história e cultura afro-brasileiras, tal como estabelecido pela Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) e reforçado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018).

O objetivo geral deste trabalho visa verificar e analisar as representações da cultura negra nos livros didáticos veiculados nas escolas estaduais de Mineiros-GO. Isso será alcançado por meio da reflexão sobre a discriminação e inferiorização de pessoas negras, discussão sobre a relevância da divulgação da cultura afro-brasileira, análise do impacto da Lei 10.639/2003 e da BNCC, e uma avaliação crítica do papel de pessoas negras nos materiais didáticos, conforme sugerido por Gomes (2003).

Os objetivos específicos do estudo incluem refletir sobre a discriminação e

inferiorização do negro, discutindo como essas questões afetam a autoestima e a inclusão social dos estudantes negros. Além disso, busca-se discutir a importância da divulgação da cultura afro, ressaltando a necessidade de valorizar e integrar essa cultura no ambiente escolar. Outro objetivo é ponderar sobre a Lei 10.639/2003 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), analisando como essas diretrizes influenciam o ensino sobre a História da África e a Cultura Afro-Brasileira e Africana. O estudo também visa refletir sobre o papel do negro nos livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio que mesmo sendo representado nos livros didáticos atualmente, o papel do negro ainda me parece de coadjuvante e não um papel central, como se estivesse representando apenas para demarcar uma diversidade “obrigatória”, investigando como essas representações impactam a formação de identidades raciais. Por fim, propõe-se um olhar estático e crítico acerca dos livros didáticos, avaliando como o racismo se manifesta e perpetua dentro das salas de aula e propondo estratégias para combater essas discriminações e promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

A metodologia deste estudo adota uma abordagem qualitativa, concentrando-se na análise documental de livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio utilizados em escolas públicas, com o objetivo de identificar e examinar as representações de personagens negros e os contextos nos quais são inseridos. Essa análise se embasa em fundamentos teóricos propostos por Bogdan e Biklen (1994), permitindo uma investigação aprofundada sobre como a identidade negra é construída e representada nos materiais didáticos, e as implicações dessas representações para a educação.

A investigação qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1994), possui cinco características principais: (1) a fonte primária dos dados é o ambiente natural e o pesquisador atua como o principal agente na coleta dessas informações; (2) os dados coletados pelo pesquisador são essencialmente descritivos; (3) os pesquisadores que utilizam metodologias qualitativas focam mais no processo do que nos resultados finais; (4) a análise dos dados é conduzida de maneira indutiva; e (5) o pesquisador está principalmente interessado em compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências assim, consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos..

Os autores Bogdan e Biklen (1994) afirmam que, na investigação qualitativa em educação, o pesquisador se comporta mais como um viajante que não planeja rigidamente, ao contrário do pesquisador quantitativo que planeja meticulosamente. Enquanto a investigação quantitativa utiliza dados numéricos para estabelecer relações entre variáveis, a investigação qualitativa emprega metodologias que geram dados descritivos, permitindo observar e compreender o modo de pensar dos participantes na pesquisa.

Além da análise dos livros didáticos, este estudo amplia seu escopo para incluir a análise dos currículos prescritos. Este aspecto da metodologia busca explorar como as relações étnico-raciais e a cultura afro-brasileira são integradas e tratadas dentro do currículo escolar. A análise curricular permitirá avaliar a conformidade com as diretrizes nacionais, como a Lei 10.639/2003, que determina a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial da rede de ensino, e investigar como esses conteúdos são apresentados aos estudantes. A análise dos currículos será embasada nas dimensões do currículo conforme discutido por Galian (2016).

O procedimento para a análise curricular envolve a coleta de documentos oficiais das escolas, incluindo planos de ensino, programas de disciplinas e materiais pedagógicos, bem como diretrizes educacionais locais que orientam a implementação do currículo. Esta abordagem permite identificar as estratégias adotadas pelas escolas para abordar questões de diversidade étnico-racial, assim como identificar possíveis lacunas e áreas para desenvolvimento futuro.

A combinação dessas duas vertentes de análise - livros didáticos e análise curricular - proporciona uma visão abrangente sobre o estado atual da representatividade negra e da educação para as relações étnico-raciais em Mineiros, Goiás. A metodologia proposta busca não apenas mapear as representações existentes nos livros didáticos, mas também avaliar a eficácia e abrangência com que as questões de identidade negra e diversidade cultural são integradas no currículo escolar. Esta abordagem oferece bases para recomendações de melhorias e práticas pedagógicas mais inclusivas, promovendo uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural e racial.

A seleção do tema para este estudo reflete não apenas sua significativa importância acadêmica e social, mas também destaca a urgência de engajar com as políticas educacionais atuais, visando fomentar reflexões e iniciativas capazes de transformar a realidade educacional brasileira. Como Gomes (2003) argumenta, a

promoção da igualdade racial por meio dos livros didáticos transcende a dimensão pedagógica, constituindo-se como um desafio ético e social essencial para desestabilizar o *status quo* e promover o desenvolvimento de uma educação genuinamente inclusiva e representativa.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO LIVRO DIDÁTICO

Apenas com uma compreensão de um panorama da evolução e do papel dos livros didáticos podemos avaliar criticamente sua capacidade de representar e incluir todas as vozes da sociedade brasileira.

Neste Capítulo 1, discutiremos a evolução histórica dos livros didáticos, a importância desses materiais na educação, a concepção interacionista da língua portuguesa, os gêneros discursivos, e como os livros didáticos de Língua Portuguesa desempenham um papel na democratização da educação e na promoção da representatividade e inclusão. Esta análise estabelecerá as bases teóricas e contextuais necessárias para a investigação sobre a representatividade social de pessoas negras nos livros didáticos que será realizada nos capítulos seguintes.

Estudar a história e a evolução dos livros didáticos é fundamental para a compreensão da representatividade de pessoas negras nesses materiais. Antes de podermos analisar criticamente como a representatividade é tratada nos livros didáticos de Língua Portuguesa, é necessário entender o contexto histórico, cultural e pedagógico desses livros. A evolução dos livros didáticos desde a invenção da prensa por Gutenberg até os dias atuais revela como esses materiais se adaptaram às necessidades educacionais de diferentes épocas, influenciando a forma como o conhecimento é transmitido e como as identidades são formadas.

Compreender a importância dos livros didáticos como ferramentas pedagógicas e instrumentos de democratização do conhecimento nos permite avaliar seu impacto na formação dos alunos. É através desse entendimento que podemos analisar criticamente a inclusão (ou falta dela) de representações de grupos marginalizados, como a população negra. A evolução e a função dos livros didáticos fornecem o pano de fundo necessário para uma discussão mais específica sobre a representatividade, destacando a importância de que todos os alunos se sintam refletidos e valorizados nos materiais que utilizam.

Ao estudar a história dos livros didáticos, investigamos não apenas sua trajetória

e desenvolvimento, mas também como eles se tornaram veículos de transmissão de valores sociais e culturais. Esta compreensão é essencial para avaliar se os livros didáticos atuais promovem uma educação inclusiva e equitativa, refletindo a diversidade cultural e étnica do Brasil. Portanto, a análise da história e da evolução dos livros didáticos é um passo indispensável para a investigação da representatividade de pessoas negras nesses materiais, fornecendo uma base sólida para a análise que seguirá nos capítulos subsequentes.

1.1 UM PANORAMA DA EVOLUÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS: DOS PRIMÓRDIOS À ERA DIGITAL.

A evolução dos livros didáticos reflete um complexo entrelaçamento de demandas educacionais e sociais, tecendo uma narrativa de inovação contínua e adaptação. Este recurso pedagógico, intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento cultural, tecnológico e histórico, desempenha um papel central no processo de ensino e aprendizagem. A sua origem, marcada pela revolucionária invenção da prensa por Gutenberg no século XV, representa não apenas um avanço tecnológico, mas também um divisor de águas na democratização do acesso ao conhecimento. Tal inovação, destacada por Gatti Júnior (2004), alterou profundamente a estrutura social, promovendo uma maior inclusão educacional e estimulando o surgimento de uma sociedade cada vez mais questionadora e instruída.

Historicamente, a prática de registrar conhecimentos em suportes duráveis evoluiu dos manuscritos meticulosamente copiados à mão para o Codex, precursor do livro moderno. Essa transição, documentada por Gatti Júnior (2004), não apenas melhorou a manuseabilidade e legibilidade dos textos, mas também estabeleceu a padronização e sistematização do conhecimento, fundamentos sobre os quais se apoia o livro didático contemporâneo. Esta evolução não é meramente tecnológica, mas profundamente enraizada nas transformações culturais e pedagógicas que moldaram a disseminação do saber.

A contribuição de Gutenberg vai além da técnica de impressão, abrindo caminho para uma era de disseminação ampla do conhecimento. Esse desenvolvimento foi importante para a consolidação do livro didático na educação formal. A massificação dos livros didáticos catalisou um processo educacional sistematizado, refletindo uma

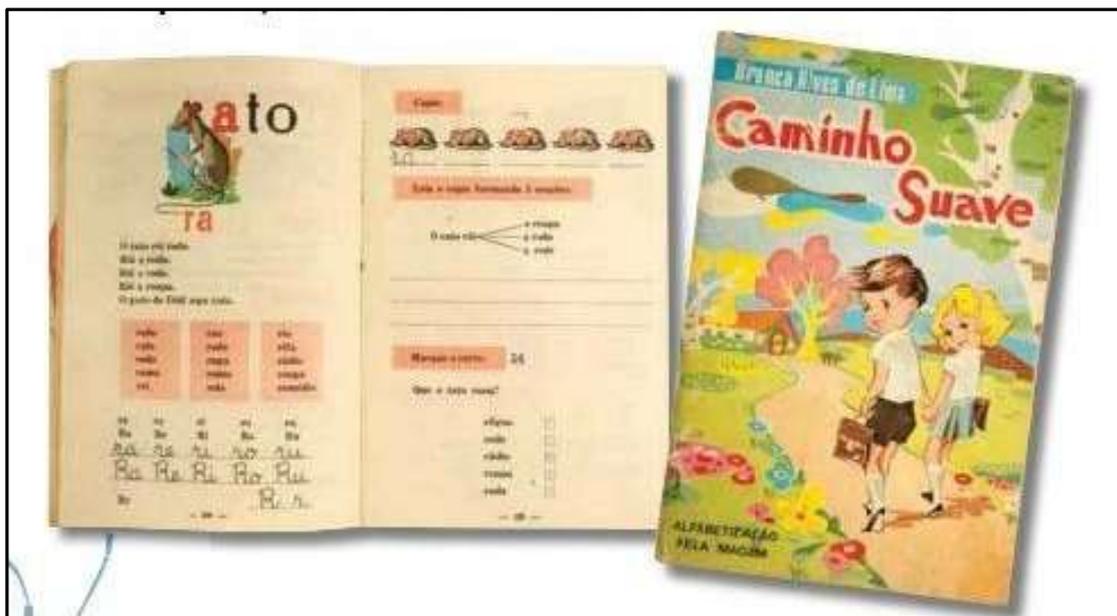
crescente compreensão da importância de um acesso igualitário ao conhecimento.

No Brasil, a fundação do Instituto Nacional do Livro em 1937 marcou um esforço governamental significativo para normatizar a produção e distribuição de livros didáticos. Essa iniciativa, como aponta Ferreira (2008), tinha o duplo objetivo de elevar a qualidade educacional e promover a unificação do conteúdo didático em todo o território nacional. Esse movimento reflete uma compreensão do papel do livro didático como um pilar essencial para o estabelecimento de uma base educacional sólida e coerente no país.

A era da ditadura militar (1964-1985) no Brasil introduziu um período de controle estatal rigoroso sobre o conteúdo dos livros didáticos, caracterizado pela censura e imposição de diretrizes ideológicas. A criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), conforme relatado por Bezerra e Luca (2006), ilustra essa tentativa de padronizar o conhecimento segundo os objetivos do regime, levantando questões críticas sobre a liberdade acadêmica e a neutralidade do material didático.

Apesar dos desafios impostos pelo regime militar (1964-1985), os livros didáticos no Brasil vivenciaram uma popularização sem precedentes durante as décadas de 1970 e 1980, consolidando-se como instrumentos essenciais na democratização do acesso à educação. Neste contexto, observou-se a multiplicação dos livros escolares, refletida em publicações emblemáticas da época, como demonstram as obras *Caminho Suave*, ilustrada na imagem abaixo. Miranda (2004) ressalta este período, onde a necessidade de instruir uma população diversificada e crescente ampliou significativamente o papel dos livros didáticos no cenário educacional do país, estabelecendo-os no coração do processo de aprendizado e no avanço da alfabetização em massa.

Figura 1 : Exemplos representativos dos livros escolares usados entre 1970 e 1996,



Fonte: ABRELIVROS. A História do Livro Didático no Brasil. Disponível em: <https://abrelivros.org.br>.

O fim da ditadura e a subsequente abertura política no Brasil marcaram o início de um período de intensa renovação dos livros didáticos, acompanhado de intensas discussões sobre as concepções de língua e linguagem de Bakhtin. A publicação da cartilha "O texto na sala de aula" em 1984, de Wanderley Geraldi, contribuiu significativamente para repensar o ensino de língua portuguesa, mudando as concepções teóricas de língua, linguagem e ensino de língua portuguesa. Esta mudança teórica influenciou a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998 (Geraldi, 1984).

A capa da cartilha "Caminho Suave" representada acima na Figura 1 é emblemática desse período de transição. Publicada inicialmente em 1948, ela simboliza um método tradicional de alfabetização que dominou a educação brasileira por décadas. A imagem na capa, com crianças brancas em um cenário idílico e rural, reflete uma visão homogênea e idealizada da sociedade brasileira, omissa quanto à diversidade étnica e cultural do país. Este tipo de material foi amplamente utilizado durante o regime militar, que promovia um currículo nacional padronizado e alinhado com a ideologia do governo. No entanto, a renovação pós-ditadura, influenciada por novos pensamentos pedagógicos e teóricos, buscou diversificar e enriquecer os conteúdos educativos, promovendo uma maior inclusão e representatividade nas salas de aula.

Questões como a qualidade do conteúdo, a representatividade e a atualidade das informações ganharam destaque, sinalizando um movimento em direção a práticas

educacionais mais reflexivas e inclusivas. Gatti Júnior (2004) discute esse processo de transformação, evidenciando o crescente interesse acadêmico na revisão crítica dos materiais didáticos.

A implementação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) na década de 1980 representa um marco na história dos livros didáticos no Brasil, assegurando a distribuição gratuita de materiais a estudantes da rede pública e estabelecendo um rigoroso processo de avaliação pedagógica. Fonseca (2004) ressalta o impacto transformador desse programa, garantindo que os livros didáticos distribuídos estivessem alinhados com os objetivos educacionais nacionais, promovendo assim uma educação de alta qualidade e acessível a todos.

O caminho percorrido pelos livros didáticos no Brasil é uma história de adaptação e inovação contínua, refletindo mudanças pedagógicas, tecnológicas e sociais. À medida que enfrentamos novos desafios educacionais, como a integração de tecnologias digitais e a necessidade de uma educação mais inclusiva e representativa, os livros didáticos continuam a evoluir. A pesquisa e o desenvolvimento nesse campo são essenciais para garantir que esses recursos pedagógicos permaneçam relevantes e eficazes no cenário educacional em constante mudança (Bunzen e Rojo, 2008; Fernandes, 2010).

O início do século XXI trouxe consigo a necessidade de repensar os livros didáticos à luz das novas tecnologias digitais. A expansão do PNLD para incluir livros didáticos digitais e recursos multimídia reflete um esforço consciente de alinhar os materiais educacionais com as realidades dos estudantes contemporâneos. Bezerra e Luca (2006) destacam esse movimento como uma resposta inovadora aos desafios educacionais atuais, promovendo uma aprendizagem mais interativa e engajadora. Além disso, é importante considerar o mercado rentável em que o livro didático está inserido.

A produção e comercialização de livros didáticos movimentam uma significativa parcela da economia educacional, envolvendo grandes editoras, políticas públicas de distribuição e um mercado competitivo que visa atender às demandas das instituições educacionais. Este mercado não apenas influencia o conteúdo e a forma dos materiais didáticos, mas também determina os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e abordagens pedagógicas, garantindo que os livros didáticos permaneçam relevantes e eficazes no cenário educacional em constante mudança.

1.2 A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO

O papel do livro didático na educação vai muito além de sua função básica como portador de conteúdo. Ele se estabelece como uma peça chave no arcabouço pedagógico, estruturando e direcionando o processo ensino-aprendizagem de maneira sistemática e lógica. Os livros didáticos trazem os conteúdos estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sequenciam o conteúdo de modo sistematizado e incluem não somente textos, mas também imagens, bens culturais, e apresentam diálogos entre dados, imagens, textos e literatura. Além disso, eles apresentam diferentes gêneros textuais e a interação e diálogo entre autores. Essa combinação de elementos facilita a acessibilidade dos estudantes a conceitos complexos, permitindo aos educadores desenvolver os temas de forma sequencial e integrada. A sistematização dos conhecimentos é essencial no processo de ensino e aprendizagem, pois é essa organização que aponta para a estruturação do conhecimento científico. Conforme evidenciado por Lajolo (1996), essa estruturação contribui significativamente para o avanço cognitivo dos alunos, proporcionando um caminho claro e efetivo para a exploração de diversas áreas do conhecimento.

Além de atuar como pilar do currículo escolar, o livro didático desempenha um papel fundamental na democratização do acesso à educação. Ao padronizar os materiais de ensino, assegura-se que estudantes, independentemente de suas origens socioeconômicas, compartilhem de um patamar básico de educação, conforme discutido por Bunzen & Rojo (2008). Esta uniformização é vital para a mitigação das disparidades educacionais, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, independentemente de onde vivam ou de suas condições financeiras.

Os livros didáticos são, ainda, instrumentos na promoção da alfabetização e no desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. Eles oferecem aos alunos textos adaptados aos seus níveis de compreensão, além de exercícios projetados para incentivar a prática da leitura crítica e aprimorar a capacidade de escrita. Tais habilidades são fundamentais não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o desenvolvimento profissional dos estudantes, como Fernandes (2010) ressalta. Através do fomento à alfabetização e ao engajamento ativo com a linguagem escrita, os livros didáticos possibilitam preparar os jovens para enfrentar os desafios futuros, equipando-os com as ferramentas necessárias para navegar com sucesso tanto no âmbito acadêmico quanto no mercado de trabalho.

Dessa forma, o livro didático se consolida como uma ferramenta educacional

multifacetada, essencial não apenas para a transmissão de conhecimento, mas também como um veículo de igualdade, alfabetização e desenvolvimento integral dos estudantes.

Os livros didáticos, em seu conteúdo, servem como espelhos, apresentam a representação dos valores culturais, sociais e científicos prevalentes e construtores dos valores culturais e sociais prevalentes em uma sociedade. Incorporando discussões sobre cidadania, direitos humanos, diversidade cultural e ambientalismo, eles desempenham um papel vital na edificação de uma cidadania informada, reflexiva e ativa. Esta inclusão de temas de relevância social não apenas amplia e diversifica o currículo, mas também prepara os estudantes para engajar-se de maneira significativa na esfera cívica em relação aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos conscientes das questões complexas que envolvem seu tempo, conforme apontado por Miranda (2004). Essa abordagem multidimensional contribui para o desenvolvimento de indivíduos conscientes de seus direitos e responsabilidades, bem como de suas capacidades para efetuar mudanças positivas na sociedade.

No entanto, é importante reconhecer que os livros didáticos também atendem às políticas públicas e aos pensamentos dominantes, muitas vezes trazendo a história e as narrativas pelo viés do colonizador e silenciando outras narrativas, como as indígenas, africanas, sul-americanas ou latinas. Este viés pode resultar na perpetuação de estereótipos e na exclusão de perspectivas importantes, limitando a compreensão dos estudantes sobre a diversidade e a complexidade das contribuições culturais e históricas. Portanto, enquanto os livros didáticos têm um papel crucial na formação educacional, é fundamental que eles sejam constantemente revisados e atualizados para refletir uma visão mais inclusiva e equitativa, que valorize todas as vozes e histórias que compõem a sociedade.

A uniformização e manutenção do nível de qualidade do ensino são outros benefícios importantes advindos do uso de livros didáticos. Submetidos a rigorosas avaliações pedagógicas, como observado no *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), esses materiais asseguram que os conteúdos apresentados aos alunos sejam não apenas atualizados, mas também metodologicamente sólidos. Esse processo garante uma base educacional de qualidade, promovendo uma aprendizagem efetiva e coerente com os padrões educacionais contemporâneos (Fonseca, 2004).

Adicionalmente, os livros didáticos atuam como um recurso fundamental para a formação contínua dos professores. Eles oferecem não somente orientações para o planejamento e condução das aulas, mas também oportunidades para a atualização

profissional dos educadores. Ao introduzir novas abordagens pedagógicas e metodologias de ensino, os livros didáticos enriquecem a prática docente e ampliam as perspectivas sobre os conteúdos lecionados (Gatti Júnior, 2004), facilitando assim a adaptação dos professores às demandas educacionais em constante evolução.

Com a ascensão das novas tecnologias de informação e comunicação, os livros didáticos têm evoluído para integrar recursos digitais e interativos, expandindo exponencialmente suas capacidades pedagógicas. Esta inovação propicia uma experiência de aprendizado mais dinâmica, personalizada e participativa, potencialmente mais eficiente em atender às variadas necessidades de aprendizagem dos alunos (Bezerra e Luca, 2006). A inclusão de elementos digitais e interativos não apenas contribui com o material didático, mas também alinha o processo educativo às competências digitais essenciais no mundo atual, preparando os estudantes para navegar e prosperar em um ambiente cada vez mais tecnológico e interconectado.

A relevância dos livros didáticos se estende além de sua função primária como meio de transmissão de conteúdo educacional, atuando como instrumentos chave na promoção da inclusão, isso se dá por meio da disponibilização de materiais em formatos acessíveis, como braille e áudio, e da adaptação de conteúdos para atender às necessidades de estudantes com deficiências, eles asseguram que a educação seja acessível a todos, independentemente de limitações físicas, sensoriais ou cognitivas. Esta abordagem, destacada por Bunzen & Rojo (2008), reforça o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva, garantindo igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento.

Além disso, os livros didáticos servem como recursos valiosos para pais e responsáveis, facilitando o acompanhamento do progresso educacional de seus filhos. Ao fornecer uma visão clara do currículo e dos objetivos de aprendizagem, os livros didáticos possibilitam uma participação mais ativa das famílias no processo educativo, como observado por Lajolo (1996). Esta interação entre escola e família é fundamental para o sucesso acadêmico dos estudantes, fortalecendo o apoio doméstico à aprendizagem.

A capacidade de adaptação dos livros didáticos a variados contextos educacionais também é uma característica que ressalta sua importância. Independentemente do nível de recursos disponíveis ou da presença de tecnologias avançadas, os livros didáticos oferecem um fundamento estável de conhecimento, adaptando-se eficazmente às mudanças metodológicas e às inovações pedagógicas,

como aponta Fernandes (2010). Esta flexibilidade os torna ferramentas indispensáveis em qualquer ambiente de aprendizagem, contribuindo para a continuidade e a qualidade da educação.

Do ponto de vista econômico, a indústria editorial de livros didáticos desempenha um papel significativo na economia nacional, gerando empregos, estimulando o desenvolvimento cultural e intelectual e promovendo avanços tecnológicos no setor de publicações. Este aspecto econômico, destacado por Gatti Júnior (2004), enfatiza a contribuição dos livros didáticos não apenas para o campo educacional, mas também para o desenvolvimento socioeconômico mais amplo.

Por fim, os livros didáticos simbolizam um investimento no futuro. A ênfase na qualidade e na relevância desses materiais reflete um investimento na capacitação das próximas gerações para enfrentar os desafios globais com competência, pensamento crítico e consciência social. Conforme Miranda (2004), a importância dos livros didáticos vai muito além da sala de aula, representando pilares essenciais para o avanço de uma sociedade sustentável e inclusiva. Assim, eles não são apenas ferramentas de educação, mas também veículos fundamentais para o progresso e para tirar do silenciamento as narrativas e histórias de comunidades silenciadas, de povos que sofreram genocídio ou opressões durante os processos históricos de colonização, escravidão e ocupação dos territórios. Então o livro didático nesse aspecto pode ser um instrumento de luta contra as opressões trazendo para o centro das discussões os povos silenciados e marginalizados.

1.3 EVOLUÇÃO E IMPACTO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

O livro didático de Língua Portuguesa, ao longo dos anos, tem experimentado transformações significativas, em consonância com as mudanças nas diretrizes educacionais e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Antes dessas mudanças, os livros didáticos apresentavam concepções tradicionais de língua e linguagem, focadas predominantemente na gramática normativa e na memorização de regras. Este enfoque refletia um ensino centrado na repetição e na passividade dos alunos. Em contraste, as concepções atuais, fundamentadas nas diretrizes da BNCC, promovem um ensino pautado na interação e no dialogismo, conforme teorizado por Bakhtin. Isso possibilita um aprendizado mais dinâmico e significativo, onde a língua é

entendida como prática social e os alunos são incentivados a participar ativamente na construção do conhecimento. Essa evolução reflete um compromisso com um ensino mais contextualizado, que busca desenvolver as competências linguísticas dos alunos de maneira integrada e significativa, conforme apontado por Fernandes (2010). A reformulação dos conteúdos sob a luz da BNCC sublinha a importância de um aprendizado que transcende o tradicional, enfatizando uma abordagem que valoriza o uso da língua em contextos reais e diversos.

A inclusão de uma gama mais ampla de textos nos livros didáticos, englobando gêneros digitais e multimodais, reflete as práticas de leitura e escrita contemporâneas dos alunos, estendendo-se além dos limites da sala de aula (Bunzen & Rojo, 2008). Tal diversificação visa não somente aprimorar as habilidades linguísticas, mas também preparar os estudantes para uma participação ativa e crítica na sociedade. Esta abordagem alinha-se às diretrizes da BNCC, que enfatiza a importância de formar cidadãos capazes de navegar e interagir com o mundo de maneira informada e reflexiva.

A adoção de temas transversais nos livros didáticos de Língua Portuguesa, tais como sustentabilidade, ética e diversidade, ilustra um esforço para entrelaçar o ensino da língua com questões sociais e globais pertinentes. Esta integração facilita a reflexão crítica sobre questões contemporâneas, incentivando nos estudantes o desenvolvimento de uma consciência social e ambiental, conforme descrito por Gatti Júnior (2004). Através dessa abordagem, os livros didáticos contribuem para o cultivo de uma geração mais consciente, empática e responsável.

Além disso, a valorização da cultura e da literatura brasileira nos livros didáticos tem recebido atenção especial, com a inclusão de obras de autores nacionais que promovem uma identidade cultural diversificada e inclusiva. Essa iniciativa fomenta o respeito e a valorização das diversas manifestações culturais e linguísticas presentes no Brasil, conforme salientado por Lajolo (1996). A exposição a uma literatura rica e variada enriquece o repertório cultural dos alunos, estimulando o apreço pelas múltiplas vozes que compõem o tecido social e cultural do país.

A inclusão de textos que abordam questões de gênero, raça, etnia, e inclusão social não somente enriquece o currículo educacional, mas também fomenta um espaço de debate e reflexão crítica sobre as dinâmicas de preconceito e discriminação. Esta abordagem, conforme discutido por Miranda (2004), transforma os livros didáticos em instrumentos essenciais no combate à desigualdade, educando os alunos não apenas academicamente, mas também socialmente.

A incorporação de recursos digitais nos livros didáticos reflete a crescente demanda por uma educação que prepare os estudantes para a era digital, tornando o processo de aprendizagem mais interativo e participativo. A utilização de *QR codes*, plataformas interativas e conteúdos online enriquece significativamente a experiência educacional, integrando tecnologias digitais de maneira criativa e efetiva no ensino (Bezerra e Luca, 2006). Essa inovação não somente facilita o acesso a uma gama diversificada de informações e recursos, mas também estimula o engajamento ativo dos alunos com o conteúdo.

O enfoque na avaliação por competências, pautado nas ideias de Perrenoud (1999), e alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), transformou as práticas avaliativas nos livros didáticos, privilegiando atividades que exigem a aplicação prática das competências e habilidades adquiridas pelos alunos. Perrenoud defende que a avaliação por competências deve ser contínua e contextualizada, permitindo que os alunos demonstrem seu conhecimento em situações reais e significativas. Esse enfoque valoriza não apenas o saber, mas o saber fazer, promovendo uma educação mais integrada e funcional. Esta abordagem transformadora nas práticas avaliativas busca desenvolver nos estudantes uma autonomia crítica e reflexiva, alinhando-se ao objetivo de formar cidadãos capazes de aplicar seus conhecimentos de maneira prática e contextualizada na sociedade.

Essa mudança promove um modelo de avaliação mais autêntico e representativo dos objetivos educacionais modernos, contribuindo para uma educação que valoriza a aplicabilidade do conhecimento no mundo real (Fonseca, 2004). Conforme preconiza Luckesi (1998), a avaliação formativa se destaca como uma ferramenta essencial para acompanhar e promover o desenvolvimento contínuo dos alunos. Luckesi argumenta que a avaliação deve ser um processo contínuo, integrador e reflexivo, focado no crescimento e na aprendizagem dos estudantes ao invés de apenas medir seu desempenho. Este modelo de avaliação formativa facilita a identificação de dificuldades e a intervenção pedagógica oportuna, promovendo um ensino mais adaptado às necessidades individuais dos alunos e garantindo uma educação mais equitativa e eficaz.

Além disso, o suporte à formação continuada de professores é reconhecido nos livros didáticos, através da inclusão de guias para professores e recursos adicionais de desenvolvimento profissional. Esses materiais oferecem orientações pedagógicas valiosas e atualizações sobre as novas abordagens educacionais, garantindo que os educadores estejam bem preparados para implementar eficazmente as metodologias de

ensino contemporâneas (Gatti Júnior, 2004). Esses recursos reforçam o compromisso com a qualificação docente, assegurando que os professores tenham as ferramentas necessárias para facilitar um ambiente de aprendizagem dinâmico e inclusivo.

Essas estratégias refletem um compromisso com a evolução do ensino de Língua Portuguesa, reconhecendo a necessidade de adaptar os materiais didáticos às demandas de uma sociedade em transformação, e garantindo que a educação contribua de forma efetiva para a formação de cidadãos conscientes, críticos e preparados para os desafios do século XXI.

A ênfase em abordagens colaborativas nos livros didáticos modernos ressalta a importância do trabalho em grupo e do desenvolvimento de habilidades socioemocionais, consideradas fundamentais para o sucesso acadêmico e profissional dos estudantes. Este enfoque colaborativo alinha-se com a visão de uma educação voltada para a formação de indivíduos capazes de navegar os desafios do século XXI de forma cooperativa e empática, conforme destacado por Fernandes (2010). A capacidade de trabalhar em conjunto, resolver conflitos e compreender as emoções dos outros são competências essenciais em um mundo cada vez mais interconectado e multifacetado.

Além disso, a flexibilização do currículo, uma característica dos livros didáticos contemporâneos, responde à necessidade de adaptação e personalização do ensino para atender às variadas demandas e estilos de aprendizagem dos alunos. Essa capacidade de ajuste permite que os educadores ofereçam um ensino mais direcionado e significativo, mantendo um núcleo estável de conhecimento mesmo diante de constantes inovações pedagógicas e metodológicas. Lajolo (1996) ressalta a importância dessa flexibilidade, que permite uma educação mais inclusiva e eficaz, adaptada às necessidades específicas de cada estudante.

A análise crítica da evolução dos livros didáticos de Língua Portuguesa destaca seu papel indispensável no cenário educacional brasileiro, sublinhando o esforço contínuo para alinhá-los às exigências educacionais, sociais e culturais atuais. A constante renovação e aprimoramento desses materiais são para assegurar que a educação oferecida seja de alta qualidade, inclusiva e pertinente, capacitando todos os estudantes no Brasil a alcançarem seu potencial máximo. A dedicação à atualização dos livros didáticos reflete um compromisso com a evolução da educação, garantindo que ela continue a ser relevante e eficaz diante das rápidas mudanças do mundo contemporâneo.

1.4 A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A abordagem dialógica na educação de Língua Portuguesa, fundamentada nas teorias de Bakhtin (2003) e Volóchinov (2019), apresenta uma concepção revolucionária da linguagem como um fenômeno social e dinâmico, enfatizando o papel fundamental do diálogo na construção dos significados. Contrariamente às perspectivas estruturalistas, que veem a língua primordialmente como um conjunto estático de regras e estruturas, o dialogismo destaca a importância da interação, da variação linguística e da capacidade dos indivíduos de empregar a linguagem de forma criativa e adaptável em diferentes contextos comunicativos. Essa visão reconhece a linguagem não só como um espelho da realidade social, mas como um agente ativo na sua formação, por meio do contínuo processo de interação e negociação de significados.

Bakhtin (2003), em particular, aprofunda essa visão ao enfatizar a dialogicidade intrínseca da linguagem, argumentando que todo enunciado é, ao mesmo tempo, uma reação aos discursos anteriores e uma antecipação das respostas futuras. Essa natureza dialógica sublinha a existência de múltiplas vozes e perspectivas dentro de qualquer ato de comunicação, onde cada voz responde e se relaciona com as outras em um tecido complexo de significados (Bakhtin, 2003). Tal compreensão tem profundas implicações para o ensino de Língua Portuguesa, sugerindo que aprender a língua vai além da mera assimilação de regras gramaticais, abrangendo a habilidade de engajar-se em práticas sociais de leitura, escrita e oralidade. Essas práticas permitem que os alunos explorem e valorizem diferentes vozes e estilos discursivos, refletindo a diversidade e a riqueza da comunicação humana.

A perspectiva dialógica, portanto, coloca o aluno como um participante ativo no processo de aprendizagem, onde a linguagem é vista como uma ferramenta viva e flexível para a interação social. Essa abordagem enfatiza a importância da contextualização, da prática discursiva e da reflexão sobre as variadas formas de uso da língua, incentivando os estudantes a desenvolverem não apenas competência linguística, mas também uma consciência crítica sobre a linguagem como prática social. Incorporando esses princípios ao ensino de Língua Portuguesa, os educadores podem promover uma educação mais engajada, reflexiva e inclusiva, preparando os alunos para as complexas demandas de comunicação e participação social no mundo contemporâneo (Bakhtin, 2003).

No cenário educacional, a abordagem dialógica eleva as práticas de leitura e

escrita a algo muito além da mera decodificação textual ou da produção de textos gramaticalmente corretos. Ela os posiciona como práticas sociais complexas, intrinsecamente ligadas aos contextos de produção e recepção, intenções comunicativas e impactos pretendidos nos leitores. Como Costa-Hübes (2009) salienta, a utilização de gêneros textuais em aulas de Língua Portuguesa exemplifica essa abordagem ao ensinar a língua em seu uso prático, evidenciando a relevância dos contextos em que os textos circulam, bem como as intenções por trás deles e os efeitos que buscam provocar nos leitores.

Além disso, o processo de aprendizagem de línguas é profundamente influenciado por uma série de dinâmicas intrínsecas ao aprendiz, que abrangem desde aspectos cognitivos até contextos sociopolíticos. Larsen-Freeman e Cameron (2008) destacam essa complexidade ao afirmar:

[...] as dinâmicas intrínsecas do aprendiz, ou seja, o que os indivíduos trazem para a atividade, por exemplo, seus contextos cognitivos (por exemplo, o funcionamento da memória); o contexto cultural (por exemplo, quais os papéis que o professor e estudantes desempenham nessa cultura); o contexto social, incluindo as relações com outros aprendizes e o professor; o ambiente físico; o contexto pedagógico, ou seja, a tarefa ou materiais; o ambiente sociopolítico, entre outros (Larsen-Freeman; Cameron, 2008, p. 239).

Esta perspectiva reitera a importância de uma abordagem educacional que reconheça e integre a diversidade de experiências e contextos dos aprendizes, enfatizando o papel central do ambiente e das interações sociais no processo de ensino e aprendizagem de línguas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 espelha essa perspectiva ao organizar o ensino de Língua Portuguesa em torno de práticas de linguagem que enfocam o uso da língua em contextos definidos e com objetivos comunicativos específicos. Este enfoque alinha-se com a visão dialógica, sublinhando que a competência linguística transcende o conhecimento de estruturas linguísticas, abrangendo a capacidade de aplicar de maneira efetiva recursos linguísticos e discursivos em variadas situações comunicativas (Brasil, 2018).

Incorporar a perspectiva dialógica no ensino de Língua Portuguesa significa também enfatizar a importância do letramento crítico. Conforme Lemke (2010) destaca, isso implica encorajar os alunos a uma análise crítica dos textos, não se limitando ao seu conteúdo, mas estendendo-se às condições de sua produção, às ideologias subjacentes e

aos seus efeitos sobre os leitores. Tal abordagem fomenta a formação de leitores e escritores que não apenas compreendem o mundo ao seu redor, mas também possuem ferramentas para interagir e influenciar esse mundo de maneira consciente e crítica.

Ademais, a concepção dialógica aprecia a diversidade linguística e cultural, reconhecendo a língua como um território de convergência de diversos dialetos, socioletos e registros. Essa valorização da heterogeneidade linguística é fundamental para uma educação linguística que se propõe a ser verdadeiramente inclusiva e respeitosa com as variadas expressões culturais e sociais presentes na sociedade. Tal reconhecimento fomenta um ambiente educacional que celebra a pluralidade e promove o respeito mútuo, reconhecendo cada voz como uma contribuição valiosa ao tecido social mais amplo.

1.5 OS GÊNEROS DISCURSIVOS

A abordagem dialógica da língua portuguesa, ancorada nos estudos de Bakhtin (2003) e seu círculo, destaca a essência social e dialógica do discurso, tratando a linguagem como inseparável das interações humanas. Essa visão transformadora enxerga a linguagem emergindo através de uma multiplicidade de gêneros discursivos, cada um carregando características distintas moldadas pelas condições sob as quais são produzidos, circulam e são recebidos. Bakhtin (2003) avança a ideia de que a eficácia na compreensão e uso da língua passa pelo domínio desses gêneros, que atuam como instrumentos para a comunicação e interação.

Conforme Lemke (2010) os gêneros discursivos são compreendidos como entidades dinâmicas que se adaptam e refletem as transformações sociais, culturais e históricas. Caracterizam-se por possuir um conteúdo temático específico, um estilo característico e uma estrutura composicional definida, fatores que conjuntamente estabelecem sua identidade singular. Esta definição amplia a compreensão do texto para além de uma entidade meramente linguística, reconhecendo-o como um ato de engajamento social em constante processo de evolução.

A importância dos gêneros discursivos no ensino de língua portuguesa é evidenciada pela sua capacidade de conectar os estudantes às práticas sociais autênticas de leitura e escrita. A exploração dessa diversidade de gêneros possibilita aos alunos desenvolver competências comunicativas abrangentes, equipando-os para uma participação mais efetiva e crítica nas várias esferas da sociedade (Dolz e Schneuwly,

2004). Esse enfoque pedagógico demanda ultrapassar a simples transmissão de regras linguísticas, engajando os estudantes em atividades de produção e interpretação textual que espelham o uso real da linguagem.

Assim, a perspectiva interacionista não apenas amplia o caminho para um entendimento mais profundo e contextualizado da língua portuguesa, mas também propõe uma metodologia de ensino que valoriza a interação, a diversidade e a capacidade crítica dos alunos. Através deste prisma, o ensino de língua portuguesa transcende a aquisição de habilidades linguísticas, transformando-se em um veículo para a compreensão cultural, o engajamento social e o desenvolvimento pessoal.

A proposta de classificação dos gêneros discursivos de Dolz e Schneuwly (2004) constitui um recurso didático valioso que enriquece o processo de ensino-aprendizagem da língua. Ao agrupar os gêneros segundo características e funções comunicativas afins, essa abordagem oferece aos educadores um arcabouço estruturado para o planejamento de atividades educacionais, abordando de forma integrada os aspectos temáticos, estilísticos e estruturais dos textos. Tal estratégia didática favorece uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos subjacentes à comunicação humana, promovendo um entendimento holístico da linguagem em seu contexto social e funcional.

Além disso, a compreensão dos gêneros discursivos estende-se para além de uma abordagem puramente estrutural, envolvendo uma percepção profunda de sua função social e cultural. Dell'Isola (2007) ressalta a interconexão entre a identidade, os relacionamentos e o conhecimento dos seres humanos com os gêneros textuais a que estão expostos, bem como aqueles que produzem e consomem. Ele afirma:

A identidade, os relacionamentos e o conhecimento dos seres humanos são determinados pelos gêneros textuais a que estão expostos, que produzem e consomem. O estudo dos gêneros possibilita a exploração de algumas regularidades nas esferas sociais em que eles são utilizados. Por isso, qualquer profissional da área de ensino de língua deveria levar em conta esse aspecto no trabalho com o aprendiz (Dell'Isola, 2007, p.24).

Esta perspectiva destaca a importância de integrar um conhecimento profundo dos gêneros discursivos na prática pedagógica, facilitando assim uma educação linguística que é tanto contextualizada quanto relevante para as experiências sociais e culturais dos alunos.

O ensino eficaz dos gêneros discursivos envolve a promoção de estratégias de

leitura e escrita que habilitem os alunos a interagir de forma crítica e reflexiva com uma variedade de textos. Essencialmente, isso inclui ensinar os estudantes a identificar as particularidades de cada gênero, entender suas intenções comunicativas e empregar de maneira apropriada os recursos linguísticos e estilísticos específicos (Solé, 1998). Ao adquirir essas habilidades, os alunos tornam-se aptos a navegar pela diversidade e complexidade dos discursos presentes no cotidiano, enriquecendo suas capacidades de expressão e interpretação.

A aplicação de práticas pedagógicas que valorizam a diversidade de gêneros discursivos e fomentam a participação ativa dos alunos na interação com os textos pode revolucionar o ensino de língua portuguesa. Reconhecendo os textos como manifestações de práticas sociais, os educadores têm a oportunidade de criar um ambiente de aprendizagem dinâmico e pertinente, onde os estudantes são estimulados a explorar a pluralidade da linguagem e desenvolver uma consciência crítica acerca do impacto do discurso nas relações sociais.

Os gêneros discursivos, portanto, são elementos-chave na abordagem interacionista da língua portuguesa, oferecendo um quadro para entender o funcionamento da linguagem nas interações humanas. Eles representam um pilar fundamental para o ensino da língua, proporcionando aos alunos não somente o acesso a uma ampla gama de formas de expressão, mas também a chance de engajar-se de maneira mais significativa e crítica com o mundo ao seu redor. Ao incorporar os gêneros discursivos no currículo conforme os PCNs orientam e a BNCC estabelece em suas diretrizes curriculares, os educadores podem fomentar uma educação linguística que seja reflexo e resposta às demandas comunicativas da sociedade contemporânea, preparando os estudantes para enfrentar com sucesso os desafios e oportunidades da comunicação no século XXI.

1.6 O PAPEL DOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A democratização da educação através dos livros didáticos de Português transcende a simples questão de acesso, abarcando também a dimensão da representatividade. Conforme argumenta Gomes (2009), a representação adequada da identidade negra em materiais didáticos é vital para fomentar uma sociedade mais justa e igualitária. Essa representação influencia diretamente a formação da autoimagem dos

estudantes negros, contribuindo para a construção de identidades afirmativas e positivas.

Livros didáticos têm, inerentemente, o potencial de funcionar como catalisadores de mudança social, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. Hooks (1994) sustenta que a educação deve ser vista como um ato de liberdade, capaz de questionar as estruturas de poder existentes e de promover a igualdade. Neste sentido, a presença e a valorização das experiências e histórias de pessoas negras nos livros didáticos emergem como passos nesse processo emancipatório.

A Lei 10.639/03, como mencionado por Gomes (2009), representa um marco legal significativo ao exigir a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Essa legislação sublinha a importância de uma abordagem educacional que reconheça e celebre a diversidade cultural e histórica do Brasil, desafiando as narrativas coloniais que predominaram por muito tempo.

Entretanto, a implementação efetiva dessa legislação nos livros didáticos enfrenta obstáculos, conforme discutido por Bunzen (2005). Tais desafios incluem resistências à incorporação de novas perspectivas e a escassez de recursos didáticos que representem adequadamente a complexidade e riqueza da cultura afro-brasileira. Superar essas barreiras exige um compromisso contínuo com a revisão crítica dos materiais didáticos e o desenvolvimento de conteúdos que não apenas atendam aos requisitos legais, mas também promovam uma compreensão profunda e respeitosa da diversidade cultural brasileira.

Em suma, os livros didáticos de Português desempenham um papel fundamental na democratização da educação, não somente ao garantir o acesso ao conhecimento, mas também ao promover uma representação diversa e inclusiva que reflete a realidade multicultural do Brasil. É imperativo que esses materiais didáticos continuem a evoluir para incorporar visões mais amplas e inclusivas, contribuindo assim para a formação de cidadãos conscientes, críticos e aptos a atuar em uma sociedade cada vez mais diversificada e globalizada.

A questão da representatividade no conteúdo dos livros didáticos de Português é uma faceta na democratização da educação, exigindo uma abordagem que vá além da mera inclusão superficial. Como Lemke (2010) destaca, é essencial adotar um letramento crítico que capacite estudantes e educadores a questionar e reavaliar as narrativas tradicionalmente estabelecidas. Esse processo crítico é fundamental para construir uma educação mais inclusiva e representativa, onde diversas vozes e experiências são ouvidas e valorizadas.

A incorporação de autores e textos afro-brasileiros nos livros didáticos, conforme sugerido por Koch e Elias (2011), é um passo importante para garantir a visibilidade da cultura negra dentro do currículo escolar. Essa inclusão oferece aos estudantes negros modelos de identificação positiva, além de enriquecer a experiência educacional de todos os alunos com a diversidade cultural e literária do Brasil.

Além do conteúdo textual, a representação de pessoas negras em imagens e ilustrações nos livros didáticos também é determinante na formação de identidades, conforme apontam Anjos e Silva (2018). Representações visuais positivas e diversificadas são essenciais para promover a autoestima e a valorização da identidade negra entre os estudantes.

Para que os livros didáticos sejam utilizados de maneira eficaz de modo a promover a igualdade e a diversidade, a formação continuada de professores sobre essas questões é fundamental, como enfatiza Geraldi (2011), educadores bem preparados porque assim são capazes de conduzir diálogos inclusivos e significativos em sala de aula, utilizando os livros didáticos como ponto de partida para discussões pertinentes e abrangentes sobre raça, cultura e identidade.

Ademais, envolver ativamente os estudantes na seleção e análise dos conteúdos dos livros didáticos, como Costa-Hübes (2009) sugere, é uma estratégia eficaz para promover uma educação verdadeiramente democrática. Permitir que as vozes e experiências dos alunos influenciem o material didático não só valoriza sua contribuição, mas também os encoraja a se engajarem de forma mais profunda com o processo de aprendizagem.

Ao questionar as narrativas estabelecidas, incluir uma diversidade de autores e representações visuais e preparar os educadores para lidar com questões de raça e diversidade, podemos avançar em direção a uma educação que reflita a rica cultural do Brasil e promova a igualdade e a inclusão para todos os estudantes.

A efetiva inclusão de pessoas negras nos livros didáticos de Português é uma questão intrinsecamente ligada ao reconhecimento e combate ao racismo estrutural presente na educação. Como Rojo (2017) aponta, é imperativo desafiar e revisar as práticas pedagógicas que, mesmo que inadvertidamente, perpetuam as desigualdades e reforçam o racismo. Esta abordagem requer uma reflexão crítica e um comprometimento ativo de todos os envolvidos no processo educacional para assegurar que as estratégias de ensino promovam a equidade e a justiça.

A implementação de experiências democráticas nos livros didáticos de

Português deve ser compreendida como parte integrante de um compromisso mais abrangente com a educação antirracista. Oliveira, Silva e Silva (2020) enfatizam que a luta antirracista na educação deve visar a transformação não só do currículo, mas também das práticas e políticas institucionais que moldam o ambiente educacional. Este enfoque holístico é essencial para criar espaços de aprendizado que não apenas reconheçam, mas também celebrem a diversidade cultural e racial, ao mesmo tempo em que se empenham na desmontagem das estruturas de opressão.

Além disso, a colaboração entre educadores, estudantes, autores e editores é fundamental na concepção e seleção de conteúdos para os livros didáticos de Português que genuinamente refletem a pluralidade e inclusividade características do Brasil. Como Souza, Spadacini, Figueira e Santana (2020) salientam, o envolvimento ativo de todos os *stakeholders*¹ na criação de materiais didáticos contribui para o estabelecimento de uma base educacional verdadeiramente democrática e inclusiva. Este processo colaborativo não apenas enriquece o conteúdo dos livros didáticos, mas também garante que diversas perspectivas e vozes sejam ouvidas e respeitadas, promovendo uma representação mais fiel e equitativa das múltiplas identidades que compõem o tecido social brasileiro.

Em suma, a inclusão efetiva de pessoas negras e o combate ao racismo estrutural nos livros didáticos de Português demandam um esforço conjunto e continuado. Isso implica adotar uma abordagem antirracista abrangente que transcenda o currículo para abarcar as práticas e políticas institucionais, além de fomentar a colaboração entre todos os participantes do processo educacional. Essas ações são vitais para cultivar uma educação que seja verdadeiramente representativa, justa e capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

1.7 REPRESENTATIVIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS

Os materiais didáticos desempenham um papel na formação das identidades culturais e raciais dos estudantes, influenciando sua percepção sobre si mesmos e sobre os outros. Conforme Bezerra e Luca (2006), os livros didáticos têm o potencial de promover a inclusão e a valorização da diversidade, refletindo a riqueza cultural e étnica

¹ Stakeholders são todas as partes interessadas em um processo ou projeto, incluindo educadores, estudantes, autores, editores, pais, gestores escolares e membros da comunidade, que têm um interesse ou envolvimento direto ou indireto nos resultados educacionais.

da sociedade brasileira.

Para abordar a representatividade de maneira eficaz, é necessário adotar uma perspectiva crítica que questione os estereótipos e as narrativas excludentes presentes nos materiais didáticos. Isso envolve a análise detalhada dos textos, imagens e exercícios propostos nos livros, identificando onde e como as vozes e histórias de grupos marginalizados, especialmente das comunidades afro-brasileiras, são representadas ou silenciadas. Como destacado por Lemke (2010), a crítica deve ser construtiva sugerindo melhorias e alternativas.

Uma abordagem inclusiva requer a integração de conteúdos que reflitam a diversidade cultural, étnica e social do Brasil. Isso implica incluir textos literários, históricos e culturais que representem diferentes grupos étnico-raciais, suas contribuições e suas perspectivas. A Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares, é um passo fundamental nesse sentido (Gomes, 2009). No entanto, sua implementação efetiva nos livros didáticos depende de um compromisso contínuo dos autores, editores e políticas educacionais.

A representatividade nos livros didáticos também deve ser vista como um processo participativo, onde diferentes atores da comunidade escolar - incluindo professores, estudantes, pais e especialistas em educação - contribuem para a criação e seleção dos materiais. Conforme Costa-Hübes (2009), essa participação garante que os livros didáticos sejam mais representativos das experiências e necessidades dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e democrático. Além disso, a participação de diversos grupos na criação dos conteúdos educacionais fortalece a relevância e a pertinência dos materiais didáticos.

Em resumo, a representatividade nos livros didáticos de Português é uma questão que envolve múltiplas dimensões e requer um esforço coletivo e contínuo para ser plenamente alcançada. Adotando abordagens críticas, inclusivas e participativas, além de considerar as dinâmicas do mercado educacional, é possível avançar em direção a uma educação que reflita a cultura do Brasil e promova a igualdade e a inclusão para todos os estudantes.

Aqui o Capítulo 1 delineou um panorama histórico e a evolução dos livros didáticos, desde os início com a invenção da prensa por Gutenberg até os desafios contemporâneos da inclusão digital. Compreender essa evolução é essencial para avaliar como os livros didáticos se adaptaram às mudanças culturais, sociais e tecnológicas, e

como eles têm desempenhado um papel central na democratização do conhecimento e na formação de identidades. Este capítulo estabeleceu uma base teórica e contextual necessária para entender a importância dos livros didáticos como instrumentos pedagógicos e como veículos de transmissão de valores e representações sociais.

Ao explorar a importância e o impacto dos livros didáticos de Língua Portuguesa no Brasil, enfatizamos a necessidade de que esses materiais reflitam a diversidade cultural e étnica do país, promovendo uma educação inclusiva e equitativa. A análise crítica da história e da função dos livros didáticos nos preparou para investigar mais profundamente como a representatividade é tratada nesses materiais.

Com a base histórica e contextual estabelecida, o Capítulo 2 se concentrará especificamente na representatividade social de pessoas negras nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Vamos analisar criticamente como essas representações são construídas e qual o impacto delas na formação das identidades dos alunos. A investigação se aprofundará nas práticas de inclusão e nas barreiras existentes, buscando entender como os livros didáticos podem ser melhorados para promover uma educação antirracista e inclusiva.

2. A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL DE PESSOAS NEGRAS EM LIVROS DIDÁTICOS

A análise da representatividade racial nos livros didáticos é relevante à medida em que assegura que todos os alunos se reconheçam nos materiais educacionais que utilizam, promovendo uma educação democrática e equitativa.

Este capítulo tem como objetivo analisar criticamente a representatividade social de pessoas negras nos livros didáticos de Língua Portuguesa utilizados no ensino médio. A análise da representatividade social de pessoas negras nos livros didáticos de Língua Portuguesa utilizados no ensino médio foi realizada com base em materiais aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O livro utilizado na análise é amplamente adotado nas escolas públicas de ensino médio e está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Incluindo a avaliação de materiais específicos, como o livro *Português: Linguagens* de Cereja e Magalhães e o material *Palavra Cantada na Escola*, além de verificar se são aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Os livros didáticos são distribuídos às escolas públicas por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que coordena a logística de entrega para garantir que todos os alunos tenham acesso aos materiais desde o início do ano letivo. Este processo de distribuição assegura que os livros cheguem a todas as regiões do país, incluindo áreas rurais e comunidades de difícil acesso.

A seleção dos livros pelo PNLD envolve uma avaliação de sua conformidade com os objetivos educacionais nacionais, incluindo a promoção da igualdade racial e a valorização da cultura afro-brasileira. O livro analisado foi escolhido por atender a esses critérios e por ser amplamente utilizado nas escolas públicas de ensino médio.

A análise focou em como este livro representa a população negra e em que medida contribui para a formação de identidades raciais positivas. Foi observado que, apesar dos avanços, ainda há desafios na inclusão de representações mais diversificadas e equitativas.

Este livro foi adotado em escolas de diferentes estados, incluindo Goiás, onde a análise se concentrou na realidade vivenciada pelos alunos e professores. A representatividade e a qualidade do conteúdo foram avaliadas com base em diretrizes legais e pedagógicas, destacando a necessidade de revisão e melhoria contínua dos materiais didáticos para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e

antirracista.

A análise foca na construção dessas representações e possíveis reverberações na formação das identidades dos alunos, com o intuito de compreender como esses materiais educacionais contribuem ou prejudicam a promoção da igualdade racial.

Dado o contexto educacional brasileiro e as diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/03 e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a investigação neste capítulo também busca averiguar se os livros didáticos estão alinhados com as normativas legais e pedagógicas que visam promover a inclusão e a valorização da história e cultura afro-brasileiras. Esta análise visa identificar estereótipos, preconceitos e lacunas na representação de pessoas negras, propondo alternativas que promovam uma educação antirracista e inclusiva.

Os objetivos deste capítulo estão diretamente relacionados aos objetivos específicos da dissertação, que incluem refletir sobre a discriminação e inferiorização de pessoas negras, discutir a relevância da divulgação da cultura afro-brasileira, analisar as diretrizes legais e pedagógicas na educação, e avaliar criticamente o papel dos livros didáticos na construção das identidades raciais dos alunos.

Para tanto, o capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, serão discutidos os aspectos conceituais e históricos da representação social, fornecendo uma base teórica para a análise subsequente. Em seguida, serão examinadas as leis e normas educacionais relevantes, destacando os desafios e avanços na implementação dessas políticas.

Assim, este capítulo busca contribuir para a compreensão das dinâmicas de inclusão e exclusão presentes nos materiais didáticos, promovendo uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural e racial no Brasil.

2.1. OS ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A análise dos aspectos conceituais e históricos da representação social é essencial para entender a dinâmica das identidades e a construção de significados na sociedade. As representações sociais, conforme definidas por Serge Moscovici (1961), são formas de conhecimento elaboradas e compartilhadas coletivamente que permitem aos indivíduos interpretar e interagir com o mundo ao seu redor. Elas são construídas a partir das interações sociais e refletem os valores, crenças e práticas de uma comunidade. Moscovici (1961) explica que a representação social mantém a oposição

entre o perceptivo e o simbólico, desenvolvendo-se a partir dessa dualidade. Ele afirma:

Um de seus aspectos, o perceptivo, implica a presença do objeto, o outro, o espírito conceptual, a sua ausência. (...) a representação mantém essa oposição e desenvolve-se a partir dela (...). Nisso reside o poder criador das representações sociais: partindo de certo repertório de saberes e experiências ela pode deslocá-los, associá-los, ou mesmo integrá-los num momento e desintegrá-los em outro (Moscovici, 1961, p. 57).

Historicamente, as representações sociais de pessoas negras nos livros didáticos têm sido marcadas por estereótipos e preconceitos que perpetuam a marginalização e a exclusão. Esses materiais educativos, que deveriam servir como instrumentos de inclusão e democratização do conhecimento, frequentemente reforçam visões distorcidas e limitadas das contribuições e da identidade negra. Rodrigues e Cardoso (2009) destacam que a construção de identidades raciais nos materiais didáticos é influenciada por uma longa história de discriminação e desigualdade.

Abdias Nascimento foi um dos mais importantes intelectuais e ativistas do movimento negro no Brasil, cujas contribuições para a negritude e a luta antirracista são amplamente reconhecidas. Como fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, Nascimento utilizou a arte e a educação como ferramentas poderosas para promover a consciência racial e combater o racismo. O TEN foi pioneiro ao oferecer cursos de alfabetização e montar peças teatrais com atores negros, destacando-se como um espaço de valorização da cultura afro-brasileira e de denúncia das injustiças raciais (Vieira; Correa, 2022).

Uma de suas obras mais significativas, "O Genocídio do Negro Brasileiro" (1978), é um marco na denúncia das condições de vida da população negra no Brasil. Nascimento argumenta que a estrutura social e política do país perpetua um verdadeiro genocídio contra os negros, através da violência, da marginalização e da exclusão social. Esta obra é essencial para compreender a gravidade do racismo estrutural no Brasil e a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a igualdade racial.

Além de "O Genocídio do Negro Brasileiro", outra obra importante de Abdias Nascimento é "O Quilombismo" (1980), onde ele propõe o quilombo como um modelo de organização social para as comunidades negras. Nascimento vê o quilombo não apenas como um espaço de resistência física, mas também como um símbolo de resistência cultural e política. Esta obra reforça a importância da autonomia e da autodeterminação das comunidades negras, destacando a relevância da cultura e da

identidade afro-brasileira na construção de um Brasil mais justo e igualitário.

As contribuições de Abdias Nascimento são fundamentais para esta dissertação, pois sua visão crítica e suas propostas para a emancipação da população negra oferecem um suporte teórico valioso para a análise da representação dos negros nos livros didáticos. A inclusão de suas ideias e obras permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e resistência que permeiam a educação e a sociedade brasileira.

A evolução dos livros didáticos reflete um complexo entrelaçamento de demandas educacionais e sociais. Desde a invenção da prensa por Gutenberg no século XV, que revolucionou a produção e disseminação de conhecimento, até as modernas tecnologias digitais, os livros didáticos têm se adaptado às mudanças culturais e pedagógicas. Contudo, essa evolução nem sempre foi acompanhada por uma transformação nas representações sociais. Bezerra e Luca (2006) apontam que, mesmo com avanços tecnológicos, a inclusão de perspectivas diversas e representativas nos conteúdos didáticos tem sido um processo lento e desafiador.

A Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, representou um avanço significativo na tentativa de reverter essas representações negativas. No entanto, a implementação efetiva dessa legislação enfrenta inúmeros desafios, incluindo resistências culturais e institucionais. Silva (2015) argumenta que, apesar das legislações inclusivas, a representação de pessoas negras nos materiais didáticos ainda é frequentemente superficial e estereotipada.

Além disso, a representação dos fonemas e linguagens afro-brasileiros, como o "pretuguês" descrito por Lélia Gonzalez, revela uma forma de resistência cultural. Gonzalez explora a dificuldade com o fonema L, que é frequentemente substituído pelo R, como em "pranta" em vez de "planta". Essa variação linguística não é apenas uma característica fonética, mas também um símbolo de resistência à língua do colonizador. Incorporar e valorizar essas variações nos materiais didáticos pode contribuir para uma maior valorização da identidade e cultura afro-brasileira (Gonzalez, 2018).

As representações sociais nos livros didáticos são produtos de contextos históricos específicos e refletem as relações de poder e dominação presentes na sociedade. A análise crítica dessas representações permite identificar não apenas os preconceitos e estereótipos, mas também as oportunidades para promover uma educação mais inclusiva e justa. Freitas e Jesus (2021) ressaltam a importância de uma abordagem crítica que questione as narrativas estabelecidas e proponha alternativas que valorizem a

diversidade e a igualdade.

O contexto educacional brasileiro apresenta desafios particulares na implementação de uma educação antirracista e inclusiva. A literatura acadêmica tem enfatizado a necessidade de uma formação continuada de professores que os capacite a abordar criticamente as questões de raça e diversidade nos materiais didáticos. Cunha et al. (2019) destacam que a formação de educadores para a promoção de uma educação que não apenas inclua, mas valorize verdadeiramente as contribuições culturais e históricas dos negros.

A evolução das representações sociais nos livros didáticos também deve ser vista como parte de um esforço mais amplo para descolonizar o currículo e promover uma educação que reflète a pluralidade da sociedade brasileira. Isso inclui a revisão dos conteúdos para garantir que as vozes e experiências de grupos historicamente marginalizados sejam representadas de forma justa e equitativa. Araújo (2021) argumenta que a inclusão de perspectivas diversas é essencial para a construção de uma educação que seja verdadeiramente democrática e inclusiva.

Portanto a análise dos aspectos conceituais e históricos da representação social nos livros didáticos compreende as dinâmicas de inclusão e exclusão na educação. A evolução desses materiais reflète mudanças culturais, sociais e pedagógicas, mas a inclusão de representações justas e equitativas de pessoas negras ainda enfrenta desafios significativos. A promoção de uma educação inclusiva e antirracista requer um compromisso contínuo com a revisão crítica dos materiais didáticos e a formação de educadores capacitados para enfrentar essas questões.

Para entender melhor como essas transformações podem ser efetivamente implementadas, é necessário explorar as leis e normas educacionais que buscam promover a inclusão e a representatividade nos materiais didáticos. O próximo tópico abordará a legislação vigente e as diretrizes normativas que visam assegurar uma educação mais inclusiva e equitativa, destacando os desafios e avanços nessa área.

2.2. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EQUIDADE RACIAL

A implementação de leis e normas educacionais que promovam a inclusão e a representatividade racial é essencial para a construção de uma educação mais equitativa e democrática. Essas políticas educacionais são fundamentais porque garantem que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a

uma educação de qualidade que respeite e valorize suas identidades culturais. Ao assegurar que os livros didáticos e outros materiais educacionais reflitam a diversidade da sociedade, essas políticas ajudam a combater preconceitos e estereótipos, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo.

No Brasil, a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, representa um marco significativo nesse processo. Esta legislação visa corrigir a invisibilidade histórica das contribuições dos afro-brasileiros e promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial do país (Gomes, 2009). A Lei 10.639/03 estabelece que "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira" (Brasil, 2003).

Esse dispositivo legal é uma tentativa de reverter séculos de exclusão e marginalização, reconhecendo a importância da história e cultura afro-brasileira na formação da identidade nacional. Historicamente, diversas leis contribuíram para a exclusão dos negros do ensino formal e dos processos econômicos, como as leis de 1837 e 1854 que proibiam a educação de negros e escravizados, e a Lei de Terras de 1850, que dificultava o acesso à propriedade por parte da população negra. No entanto, a efetiva implementação desta lei enfrenta desafios significativos, incluindo resistência de alguns setores da sociedade, como instituições educacionais que ainda reproduzem uma visão eurocêntrica e homogênea da história e cultura, grupos que se opõem às mudanças curriculares por motivos ideológicos, e indivíduos que desconhecem a importância da inclusão racial. Além disso, a falta de formação adequada dos educadores, que muitas vezes não recebem treinamento suficiente para abordar de maneira eficaz e sensível as questões étnico-raciais em sala de aula, perpetua estereótipos e preconceitos. A superação desses desafios é essencial para promover uma educação mais inclusiva e equitativa, que valorize verdadeiramente a contribuição afro-brasileira na construção da sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2018, também reforça a importância da inclusão de temas relacionados à diversidade e à igualdade racial no currículo escolar. A BNCC estabelece diretrizes claras para a abordagem de questões étnico-raciais, buscando garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação que reflita a pluralidade cultural e histórica do Brasil (Brasil, 2018). Segundo a BNCC, "Os currículos da Educação Básica devem assegurar aos estudantes a compreensão da diversidade étnico-racial e suas contribuições para a formação da

sociedade brasileira" (Brasil, 2018). A análise crítica dessas diretrizes é essencial para compreender como elas são implementadas nas práticas educativas e nos materiais didáticos.

A identidade negra na escola é um aspecto crucial que merece uma análise detalhada, especialmente no que diz respeito à identidade performática e à busca dos alunos negros por um lugar no currículo e no cotidiano escolar. Conforme Tavares (2021), a identidade negra é um processo construído historicamente, socialmente e culturalmente, mas que enfrenta muitos desafios no ambiente escolar. A escola, sendo um espaço de socialização e formação de identidades, desempenha um papel significativo na construção e desconstrução da identidade negra dos alunos. Entretanto, muitas vezes, as questões raciais são silenciadas e invisibilizadas, perpetuando estereótipos e discriminações.

O conceito de identidade performática refere-se à maneira como os indivíduos encenam e negociam suas identidades em resposta às expectativas e pressões sociais. No contexto escolar, os alunos negros frequentemente buscam afirmar sua identidade e encontrar um lugar de pertencimento no currículo e nas práticas diárias da escola. Essa busca é marcada pela resistência aos estereótipos e pela afirmação de sua cultura e história.

O currículo escolar pode ser visto como um instrumento de poder, moldando as percepções e conhecimentos que são valorizados e legitimados na sociedade. Como destacam os estudos de Munanga (2005), a inclusão de conteúdos afro-brasileiros no currículo é essencial para combater o racismo e promover a igualdade. Um currículo que valoriza a diversidade étnico-racial contribui para a construção de uma identidade negra positiva e fortalecida, ajudando a combater os estereótipos negativos que afetam os alunos negros.

Como já destacado a Lei 10.639/03 é um exemplo de ação afirmativa que busca romper com o silêncio e a invisibilidade das questões raciais na educação. No entanto, sua implementação efetiva ainda enfrenta muitos desafios. A pesquisa de Tavares (2021) revela que, embora a escola tenha um papel importante na formação da identidade negra, a prática de incluir conteúdos afro-brasileiros e africanos ainda não é comum na didática dos professores. Isso reforça a necessidade de uma formação contínua e sensível às questões étnico-raciais para os educadores.

Assim, compreender o currículo como um campo de disputa de poder ajuda a explicar como os estereótipos sobre pessoas negras são mantidos ou desafiados dentro

do ambiente escolar. A formação de uma identidade negra positiva e a valorização da cultura afro-brasileira no currículo escolar são passos essenciais para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária.

Através dessa análise, é possível avaliar se as diretrizes estão sendo aplicadas de maneira eficaz nas salas de aula, promovendo a inclusão e a representatividade racial conforme pretendido. A implementação dessas diretrizes pode ser observada de várias maneiras, como a integração de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos, a utilização de materiais didáticos que respeitam e refletem a diversidade étnico-racial e a formação contínua de educadores para tratar dessas questões de forma sensível e eficaz. Se as diretrizes estão sendo implementadas, os modos de aplicação incluem a realização de cursos de capacitação para professores, a inclusão de temas étnico-raciais em atividades extracurriculares e a revisão periódica dos materiais didáticos para garantir que estejam alinhados com as diretrizes estabelecidas.

No entanto, se as diretrizes não estão sendo plenamente implementadas, é crucial identificar o que falta. Fatores como resistência institucional, falta de recursos, ausência de formação adequada para educadores e a persistência de visões eurocêntricas podem impedir a efetiva aplicação dessas políticas. A não implementação das diretrizes pode resultar em uma educação que continua a marginalizar e invisibilizar as contribuições afro-brasileiras e indígenas, perpetuando estereótipos e preconceitos.

Os impactos da não implementação são significativos. A ausência de uma educação inclusiva e representativa pode levar à perpetuação das desigualdades raciais, à manutenção de um currículo que não reflete a diversidade da sociedade brasileira e ao enfraquecimento da formação de cidadãos críticos e conscientes de suas próprias identidades culturais. Além disso, a falta de inclusão pode afetar negativamente o desempenho acadêmico e o engajamento dos alunos que não se veem representados no conteúdo escolar.

Portanto, ao compreender como essas diretrizes são implementadas, educadores e formuladores de políticas podem ajustar estratégias e práticas pedagógicas para melhor atender às necessidades dos alunos, promovendo uma educação mais justa e equitativa. A análise crítica não só garante a efetividade das políticas educacionais, mas também contribui para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e representativo.

Políticas educacionais inclusivas contribuem para a formação de cidadãos mais

conscientes e críticos, capazes de reconhecer e valorizar a diversidade. Elas desempenham um papel na redução das desigualdades educacionais e sociais, criando oportunidades equitativas de aprendizado para todos os estudantes. Dessa forma, a implementação de leis e normas educacionais inclusivas não apenas melhora a qualidade da educação, mas também fortalece a democracia e promove a justiça social no país.

Para melhor compreender a evolução das políticas educacionais focadas na inclusão e representatividade racial, é importante observar os principais marcos legais e normativos que foram implementados ao longo dos anos. A tabela abaixo resume algumas das leis e normas mais significativas que visam promover a igualdade racial na educação brasileira.

Tabela 1 : Evolução das Políticas Educacionais de Inclusão e Representatividade Racial

Ano	Lei/Norma	Descrição
2003	Lei 10.639/03	Torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio (Brasil, 2003).
2008	Lei 11.645/08	Inclui a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Indígena, além da Afro-Brasileira, nas escolas (Brasil, 2008).
2012	Lei 12.711/12 (Lei de Cotas)	Garante o acesso ao ensino superior para alunos de baixa renda, negros, pardos e indígenas (Brasil, 2012).
2018	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Estabelece diretrizes claras para a inclusão de temas de diversidade e igualdade racial nos currículos escolares (Brasil, 2018).
2018	Resolução CNE/CP nº 1, de 13 de junho de 2018	A resolução CNE/CP nº 1, de 13 de junho de 2018, aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores, o que está diretamente relacionado com as políticas de igualdade racial (Brasil, 2018).

Fonte: Elaboração da autora.

A análise dessa tabela nos permite visualizar o progresso feito ao longo das

últimas décadas em termos de inclusão e representatividade racial na educação. No entanto, a implementação dessas leis e diretrizes ainda enfrenta desafios significativos, como resistências culturais e a necessidade de formação adequada para os educadores. A seguir, discutiremos os obstáculos e as estratégias para a efetiva aplicação dessas políticas.

Essas políticas educacionais são fundamentais porque garantem que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite e valorize suas identidades culturais. Ao assegurar que os livros didáticos e outros materiais educacionais reflitam a diversidade da sociedade, essas políticas ajudam a combater preconceitos e estereótipos, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo.

No Brasil, a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, representa um marco significativo nesse processo. Esta legislação visa corrigir a invisibilidade histórica das contribuições dos afro-brasileiros e promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial do país (Gomes, 2009). A Lei 10.639/03 estabelece que "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira" (Brasil, 2003). Esse dispositivo legal é uma tentativa de reverter séculos de exclusão e marginalização, reconhecendo a importância da história e cultura afro-brasileira na formação da identidade nacional. No entanto, a implementação dessas leis enfrenta desafios significativos. A resistência de alguns setores da sociedade e a falta de formação adequada dos educadores para lidar com questões étnico-raciais são obstáculos que precisam ser superados.

Freitas e Jesus (2021) destacam que a formação continuada de professores é fundamental para que eles possam abordar de maneira eficaz e sensível as questões de diversidade e inclusão em sala de aula. A formação de educadores deve incluir não apenas o conhecimento técnico, mas também o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as questões raciais e a capacidade de promover uma educação antirracista. Os setores que apresentam resistência incluem, em muitos casos, instituições educacionais que ainda reproduzem uma visão eurocêntrica e homogênea da história e cultura, e grupos que se opõem às mudanças curriculares por motivos ideológicos ou desconhecimento sobre a importância da inclusão racial. A resistência também pode vir de dentro das próprias escolas, onde a ausência de uma formação adequada impede que os educadores abordem eficazmente as questões étnico-raciais, perpetuando, assim,

estereótipos e preconceitos. Muitas vezes, os professores não recebem treinamento suficiente para lidar com a diversidade étnico-racial de maneira inclusiva e respeitosa, o que pode levar a uma abordagem superficial ou inadequada dessas questões no currículo escolar. Além disso, a falta de recursos e apoio institucional pode dificultar a implementação de práticas pedagógicas que promovam a igualdade racial.

Outro fator que contribui para a resistência interna é a persistência de atitudes e crenças racistas ou preconceituosas entre alguns membros da comunidade escolar, incluindo administradores, professores e alunos. Essas atitudes podem criar um ambiente hostil para a implementação de políticas inclusivas e dificultar a aceitação e valorização da diversidade cultural e étnica.

A resistência também pode ser alimentada por um desconhecimento ou uma subestimação da importância das questões étnico-raciais na educação. Sem uma compreensão clara dos benefícios de uma educação inclusiva e dos danos causados pela exclusão e pelo preconceito, alguns educadores e administradores podem não ver a necessidade de mudanças nas práticas e políticas existentes.

Para superar essa resistência, é crucial investir na formação contínua de professores, promovendo um entendimento profundo e crítico das questões étnico-raciais. Programas de capacitação devem incluir conteúdos que ajudem os educadores a reconhecer e desafiar seus próprios preconceitos, a desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas e a criar um ambiente escolar que celebre e valorize a diversidade.

Além disso, é importante fomentar um diálogo aberto e contínuo dentro das escolas sobre questões étnico-raciais, envolvendo toda a comunidade escolar - desde os alunos e professores até os pais e administradores. Esse diálogo pode ajudar a construir uma cultura escolar mais inclusiva e a quebrar as barreiras que impedem a implementação eficaz das diretrizes de inclusão racial. Por fim, a criação de políticas educacionais que incentivem e sustentem práticas inclusivas, juntamente com a alocação de recursos adequados, é essencial para garantir que as escolas possam implementar essas diretrizes de maneira eficaz. Somente através de um esforço conjunto e sustentado é que se pode combater a resistência interna e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2018, também reforça a importância da inclusão de temas relacionados à diversidade e à igualdade racial no currículo escolar. A BNCC estabelece diretrizes claras para a abordagem de questões étnico-raciais, buscando garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma

educação que reflita a pluralidade cultural e histórica do Brasil (Brasil, 2018). Segundo a BNCC, "Os currículos da Educação Básica devem assegurar aos estudantes a compreensão da diversidade étnico-racial e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira" (BRASIL, 2018). A análise crítica dessas diretrizes é essencial para compreender como elas são implementadas nas práticas educativas e nos materiais didáticos.

Para melhor compreender a evolução das políticas educacionais focadas na inclusão e representatividade racial, é importante observar os principais marcos legais e normativos que foram implementados ao longo dos anos. A tabela abaixo resume algumas das leis e normas mais significativas que visam promover a igualdade racial na educação brasileira.

A implementação dessas leis, no entanto, enfrenta desafios significativos. A resistência de alguns setores da sociedade e a falta de formação adequada dos educadores para lidar com questões étnico-raciais são obstáculos que precisam ser superados. Freitas e Jesus (2021) destacam que a formação continuada de professores para que eles possam abordar de maneira eficaz e sensível as questões de diversidade e inclusão em sala de aula. A formação de educadores deve incluir não apenas o conhecimento técnico, mas também o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as questões raciais e a capacidade de promover uma educação antirracista.

A Lei 10.639/03 e a BNCC não são apenas instrumentos legais; elas representam um compromisso ético e social com a promoção da igualdade racial na educação. A sua efetiva implementação requer um esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo educacional, incluindo gestores, professores, estudantes e a comunidade em geral. A participação ativa de todos esses atores é fundamental para garantir que as diretrizes estabelecidas sejam realmente aplicadas e que os objetivos de inclusão e representatividade sejam alcançados.

A análise dos materiais didáticos é uma parte fundamental desse processo. É necessário verificar se os livros didáticos adotados pelas escolas estão alinhados com as diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/03 e pela BNCC. A presença de conteúdos que abordem a história e a cultura afro-brasileira de maneira aprofundada e respeitosa é essencial para a promoção de uma educação antirracista, pois esses conteúdos ajudam a desconstruir estereótipos e preconceitos, valorizam as contribuições dos afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira e promovem o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e étnica (Nascimento, 2021). Além disso, é importante avaliar se

esses materiais apresentam as contribuições dos afro-brasileiros de maneira que valorize suas histórias e culturas, evitando estereótipos e preconceitos.

A legislação educacional também deve ser acompanhada por políticas públicas que promovam a produção e a distribuição de materiais didáticos inclusivos. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) desempenha nesse sentido, ao garantir que os livros distribuídos nas escolas públicas sejam avaliados com base em critérios que incluem a representatividade e a inclusão (Brasil, 2018). O PNLD deve continuar a evoluir para atender às necessidades de uma sociedade cada vez mais diversa e inclusiva. A distribuição de livros que respeitem e valorizem a diversidade étnico-racial é um passo essencial para a transformação da educação brasileira.

Além das leis e normas nacionais, é importante considerar as diretrizes internacionais que influenciam a educação brasileira. Documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial fornecem um quadro de referência para a promoção da igualdade racial na educação. A integração dessas diretrizes internacionais nas políticas educacionais nacionais pode fortalecer o compromisso do Brasil com a promoção de uma educação inclusiva e equitativa (ONU, 1948; ONU, 1965). A educação brasileira deve se alinhar com esses padrões globais para garantir a proteção dos direitos humanos e a promoção da igualdade.

Outro marco importante foi a promulgação da Lei 12.711/12, conhecida como Lei de Cotas, que garante o acesso ao ensino superior para alunos oriundos de baixa renda, negros, pardos e indígenas. A lei estabelece que instituições federais de educação superior reservem 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas, com uma reserva específica para estudantes de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012). Essa política de ação afirmativa visa corrigir disparidades históricas e promover maior diversidade no ensino superior. A Lei 12.711/12 representa um esforço significativo para democratizar o acesso à educação superior e promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

A população negra historicamente enfrentou barreiras significativas para acessar a educação, incluindo segregação racial, desigualdade socioeconômica e discriminação institucional. Diversas leis contribuíram para essa exclusão, como as leis de 1837 e 1854 que proibiam a educação de negros e escravizados, a Lei de Terras de 1850, que dificultava o acesso à propriedade por parte da população negra, e as políticas de imigração do início do século XX que privilegiavam imigrantes europeus em detrimento

dos negros. Mesmo com o acesso à educação, a falta de representatividade e a presença de estereótipos nos materiais didáticos continuam a ser desafios, perpetuando uma educação que não valoriza plenamente as contribuições culturais e históricas dos afro-brasileiros.

A implementação das Leis 10.639/03 e 12.711/12 é uma tentativa de abordar essas questões, promovendo uma educação que seja mais inclusiva e representativa. A Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, enquanto a Lei 12.711/12, conhecida como Lei de Cotas, estabeleceu a reserva de vagas em instituições federais de ensino para estudantes negros, pardos e indígenas. Como destaca Munanga (2006), a educação deve ser um espaço onde a identidade negra seja reconhecida e valorizada, rompendo com séculos de exclusão e discriminação.

A valorização da identidade negra é essencial para o fortalecimento da autoestima dos alunos negros e para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao incluir e respeitar as contribuições culturais e históricas dos afro-brasileiros, a educação pode desempenhar um papel crucial na desconstrução de estereótipos e na promoção de um ambiente de aprendizagem mais equitativo e inclusivo.

A formação de educadores é importante para a implementação eficaz dessas leis. Gomes (2012) enfatiza a importância dos movimentos sociais na reformulação das leis educacionais, destacando que a educação deve ser um espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra todas as formas de discriminação. A formação contínua de professores é essencial para que eles possam abordar de maneira eficaz e sensível as questões de diversidade e inclusão em sala de aula. Os educadores devem ser capacitados para promover uma educação que valorize a diversidade e combata o racismo estrutural.

Além disso, é necessário um monitoramento contínuo e avaliações periódicas para garantir que as leis e normas educacionais estejam sendo efetivamente implementadas. As políticas públicas devem incluir mecanismos de fiscalização e controle que assegurem a aplicação das diretrizes estabelecidas. A participação da sociedade civil e dos movimentos sociais é fundamental nesse processo, garantindo que as vozes dos grupos marginalizados sejam ouvidas e respeitadas. A participação social é uma ferramenta essencial para a promoção da transparência e da responsabilidade na implementação das políticas educacionais.

A análise das leis e normas educacionais revela a complexidade e a importância de promover uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e representativa. A legislação é um passo, mas sua implementação efetiva depende de um compromisso contínuo e coletivo. O próximo tópico abordará como a realidade vivenciada por pessoas negras nos livros didáticos de Português reflete essas diretrizes e quais são os desafios e oportunidades para a promoção da igualdade racial na educação.

Em resumo, a descrição das leis e normas educacionais destaca a necessidade de um esforço contínuo e colaborativo para promover a inclusão e a representatividade racial na educação. As diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/03 e pela BNCC são passos importantes, mas sua implementação efetiva requer um compromisso coletivo de todos os atores envolvidos no processo educacional. A formação contínua de educadores, a avaliação crítica dos materiais didáticos e a participação ativa da sociedade civil são elementos essenciais para a construção de uma educação mais equitativa e democrática. A promoção da igualdade racial na educação não é apenas uma questão de justiça social, mas também um passo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa das diversidades.

2.3. A REALIDADE VIVENCIADA DE PESSOAS NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A educação brasileira, alicerçada em uma visão eurocêntrica, perpetua uma política de exclusão e discriminação contra a população negra, ao não integrar de maneira adequada os estudos sobre a cultura afro-brasileira em seus currículos. Nosso sistema educacional, infelizmente, desconsidera a relevância dessas questões, o que fica evidente na ausência de conteúdos que abordem de forma adequada a história e a cultura afro-brasileira nos currículos escolares, na falta de formação específica para professores sobre diversidade étnico-racial, e na presença de materiais didáticos que ainda perpetuam estereótipos e preconceitos. Exemplos dessa negligência incluem a escassez de cursos de formação continuada sobre educação antirracista para educadores e a utilização de livros didáticos que não representam de maneira justa e equilibrada as contribuições dos afro-brasileiros para a sociedade.

Ao longo da história do Brasil, os negros foram frequentemente marginalizados na sociedade brasileira. Essa desigualdade racial é legitimada também no ambiente escolar, onde há um tratamento desigual entre alunos brancos e negros, além de

materiais didáticos que não promovem a valorização das diferentes culturas e etnias presentes no país. Silva (2005) observa:

De modo geral, ele omite ou apresenta de forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros. (Silva, 2005, p. 23)

Além disso, Silva enfatiza:

Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas últimas décadas (Silva, 2005, p. 23).

Conforme Sant'Ana (2005, p. 57), dados de várias pesquisas sobre o racismo nos livros didáticos apontam para várias questões:

- Nas ilustrações e textos, o negro raramente aparece e, quando o faz, é retratado em situações de inferioridade em comparação com o branco;
- Há uma escassez ou ausência de representações da família negra, como se a criança negra não tivesse família;
- Os textos induzem a criança a pensar que a raça branca é mais bonita e inteligente;
- Nos textos sobre a formação étnica do Brasil, menciona-se o índio e o negro, mas o branco não é mencionado (em alguns casos), sendo pressuposto;
- Índios e negros geralmente são referidos no passado, como se não existissem no presente;
- Textos de história e estudos sociais limitam-se às contribuições tradicionais dos povos africanos.

Diante desses pontos, compreende-se por que a criança negra frequentemente não se vê representada nos livros didáticos, tampouco sua família ou aspectos de seu cotidiano. Em sua análise, é necessário verificar a incidência dessas questões nos materiais didáticos utilizados. É importante identificar se as representações nos livros didáticos continuam a marginalizar ou estereotipar a população negra, reforçando imagens negativas ou excluindo completamente suas contribuições e presença contemporânea. A análise crítica desses materiais deve buscar evidências de avanços na inclusão de narrativas que valorizem a história e a cultura afro-brasileira, promovendo uma visão mais equilibrada e respeitosa. Isso inclui avaliar se os textos e ilustrações refletem a diversidade racial atual, se as famílias negras estão representadas de forma digna e se os conteúdos educacionais ajudam a desconstruir preconceitos ao invés de

perpetuá-los.

Além disso, é importante considerar o impacto dessas representações (ou a falta delas) no desenvolvimento da autoestima e identidade das crianças negras. Estudos mostram que a ausência de figuras representativas e a perpetuação de estereótipos negativos podem levar a sentimentos de inferioridade e desvalorização entre estudantes negros. Por outro lado, quando as crianças veem suas culturas e histórias representadas de maneira positiva e precisa nos materiais educacionais, elas são mais propensas a desenvolver um senso de pertencimento e orgulho de sua herança cultural. Portanto, a análise deve também examinar o efeito psicológico e social das representações nos livros didáticos, buscando entender como essas imagens e narrativas influenciam a percepção que os alunos têm de si mesmos e dos outros. Ao fazer isso, pode-se identificar áreas específicas onde mudanças são necessárias para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e empoderadora para todos os alunos.

Silva (1989) complementa:

O livro didático, ao vincular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, está disseminando a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais que se conjugam com a não legitimação pelo Estado dos processos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (Silva, 1989, p. 57).

Portanto, as representações dos negros nos livros didáticos geralmente carregam a ideologia do grupo dominante. Esse grupo, muitas vezes, não tem a oportunidade de narrar sua própria história. A sociedade brasileira acostumou-se a ver os negros desempenharem papéis sociais subalternos e desvalorizados no contexto social. Silva acrescenta:

O estereótipo do negro estigmatizado em papéis de baixo prestígio social contribui, em grande parte, para que as pessoas de pele clara tenham adquirido o senso comum de que os negros não têm papéis e funções diversificadas e que esse é o 'seu lugar' na sociedade, bem como para que muitos negros no passado interiorizassem essa representação e aceitassem como natural a estigmatização, como o seu lugar na sociedade. Por outro lado, a exclusão real na sociedade é exercida através do código da 'boa aparência', que contribui em larga escala para barrar os negros que têm capacitação para exercer os papéis e funções consideradas de prestígio social (Silva, 2001, p. 14).

A inclusão de conteúdos que abordam a diversidade racial e cultural é fundamental para a construção de uma educação inclusiva e democrática. No entanto, os

livros didáticos de Língua Portuguesa revelam que a representação de pessoas negras ainda enfrenta desafios significativos, perpetuando estereótipos e, em alguns casos, apresentando conteúdos de cunho racista. Um exemplo claro dessa problemática está presente no material didático na Figura 2 abaixo. Este exemplo é oriundo de um estudo realizado por professores e especialistas em educação que analisaram o impacto negativo do material no ambiente escolar, evidenciando a necessidade de uma análise crítica e revisão dos conteúdos didáticos utilizados nas escolas.

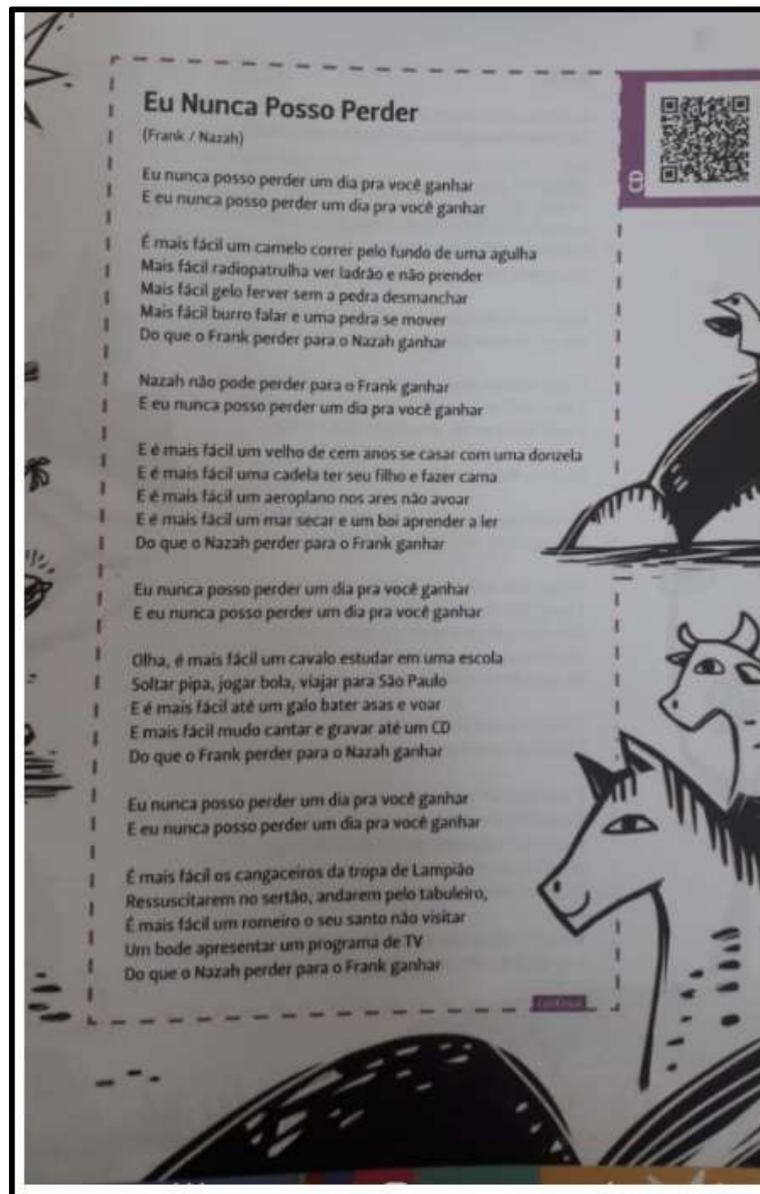
Figura 2: Capa do Material Didático "Palavra Cantada na Escola" destinado ao 4º ano do Ensino Fundamental



Fonte: <https://contraponto.digital/professores-reagem-contra-discriminacao-e-racismo-em-conteudo-do-palavra-cantada-para-alunos-de-10-anos/>

A capa do material didático, destinado ao 4º ano do ensino fundamental, destaca o título "Palavra Cantada na Escola". Este material foi objeto de críticas devido ao conteúdo presente em suas páginas, especificamente no cordel "Eu Nunca Posso Perder", que foi considerado racista e discriminatório. A análise crítica dos livros didáticos de Língua Portuguesa revela que, apesar dos avanços nas legislações e políticas públicas voltadas para a inclusão, ainda persistem representações estereotipadas e racistas. O cordel "Eu Nunca Posso Perder", presente no material didático analisado, exemplifica como conteúdos preconceituosos podem estar enraizados nos materiais utilizados nas escolas. Isso levanta questões importantes sobre o impacto dessas representações na formação das identidades dos alunos e na promoção da igualdade racial.

Figura 3: Trecho do cordel "Eu Nunca Posso Perder" presente no material didático "Palavra Cantada na Escola"



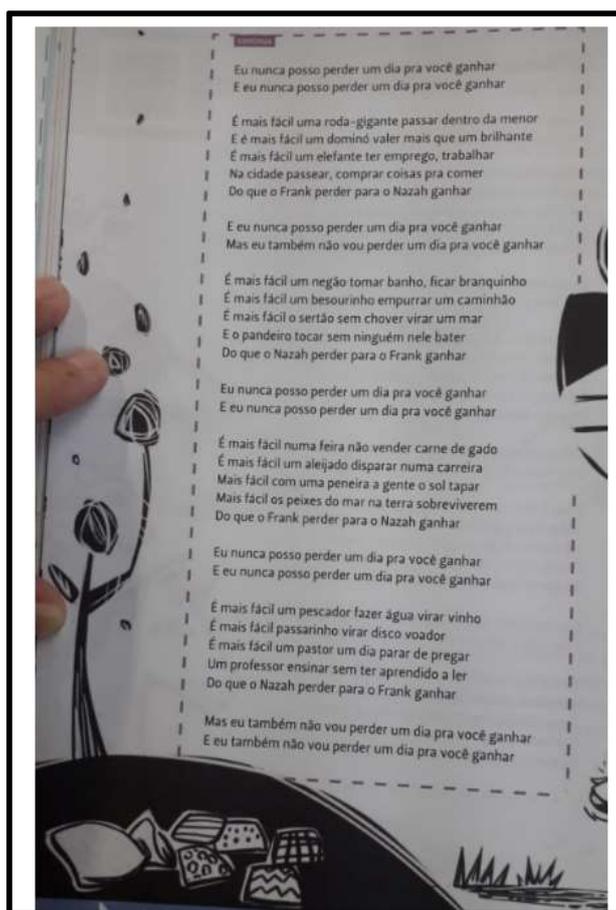
Fonte: <https://contraponto.digital/professores-reagem-contra-discriminacao-e-racismo-em-conteudo-do-palavra-cantada-para-alunos-de-10-anos/>

Na primeira parte do cordel "Eu Nunca Posso Perder", podemos observar diversas comparações pejorativas que denotam uma visão estereotipada e depreciativa. Frases como "É mais fácil um burro falar e uma pedra se mover" reforçam estereótipos negativos, contribuindo para a perpetuação do preconceito racial. O cordel "Eu Nunca Posso Perder" utiliza metáforas e comparações que, de forma explícita ou implícita, desvalorizam e ridicularizam grupos sociais. Frases como "É mais fácil um burro falar e uma pedra se mover" não apenas desrespeitam, mas também promovem uma visão de inferioridade, alimentando preconceitos e estereótipos negativos. Esse tipo de conteúdo

é altamente problemático, especialmente em um contexto educacional, onde os alunos estão em processo de formação de valores e identidades.

Na continuação do cordel como pode-se ver na imagem abaixo, as comparações continuam com referências ofensivas, como "É mais fácil um negão tomar banho, ficar branquinho" e "É mais fácil um aleijado disputar uma carreira". Tais expressões são claramente discriminatórias e não deveriam estar presentes em materiais didáticos. A perpetuação de estereótipos raciais e preconceitos nos livros didáticos pode ter consequências graves para os alunos, especialmente aqueles que pertencem aos grupos marginalizados. A presença de frases como "É mais fácil um negão tomar banho, ficar branquinho" reforça noções de inferioridade e promove uma visão distorcida e racista da identidade negra. Esse tipo de conteúdo afeta negativamente a autoestima dos alunos negros e perpetua a discriminação racial nas escolas.

Figura 4: Final do trecho do cordel "Eu Nunca Posso Perder" presente no material didático "Palavra Cantada na Escola"



Fonte: <https://contraponto.digital/professores-reagem-contra-discriminacao-e-racismo-em-conteudo-do-palavra-cantada-para-alunos-de-10-anos/>

Henriques (2017) explora as representações de negritude nos livros didáticos de

Língua Portuguesa, especificamente no livro *Português: Linguagens* de Cereja e Magalhães. Ele destaca que os textos verbais e não verbais abordam personagens negras e elementos da cultura negra de maneira escassa, sublinhando a necessidade urgente de uma agenda antirracista no ensino de língua materna. Este estudo revela que, apesar dos avanços em políticas públicas, a efetiva inclusão da negritude nos materiais didáticos ainda enfrenta desafios significativos (Henriques, 2017).

A análise de Henriques (2017) sobre o livro *Português: Linguagens* mostra que, dos textos analisados, poucos trazem referências explícitas à cultura negra, resultando em uma invisibilidade preocupante. Essa ausência não só reflete, mas também perpetua as desigualdades sociais e raciais existentes. A presença negra é muitas vezes retratada de forma estereotipada ou minimizada, o que contraria os princípios de uma educação inclusiva e equitativa, como preconizado pela Lei 10.639/03 e pela BNCC (Henriques, 2017).

O estudo também revela que as representações de pessoas negras nos livros didáticos são, em sua maioria, superficiais e não abordam as contribuições culturais e históricas significativas dos afro-brasileiros. A abordagem limitada dessas representações dificulta o reconhecimento e a valorização da identidade negra pelos estudantes. Além disso, a falta de personagens negras protagonistas nos textos literários reforça a marginalização e o preconceito, em vez de promover uma visão mais abrangente e positiva da diversidade racial (Henriques, 2017).

Henriques (2017) enfatiza a importância de uma abordagem crítica na escolha e utilização dos livros didáticos. Ele argumenta que a formação de professores deve incluir a capacitação para identificar e questionar as representações raciais inadequadas nos materiais didáticos. A formação continuada de educadores promove uma educação antirracista, que valorize e inclua as diversas identidades culturais presentes na sociedade brasileira (Henriques, 2017).

A presença de representações estereotipadas e limitadas de pessoas negras nos livros didáticos não é apenas um reflexo das desigualdades históricas, mas também uma perpetuação dessas desigualdades. Henriques (2017) chama a atenção para a necessidade de revisão e atualização dos materiais didáticos, garantindo que estes sejam instrumentos de inclusão e valorização da diversidade. A educação antirracista deve ser uma prioridade, e isso começa com a reformulação dos conteúdos educacionais para refletir a verdadeira diversidade da sociedade brasileira (Henriques, 2017).

Henriques (2017) conclui que, para alcançar uma educação verdadeiramente

inclusiva e equitativa, é essencial que os livros didáticos de Língua Portuguesa incorporem de maneira significativa as vozes e experiências dos afro-brasileiros. Isso inclui não apenas a presença de personagens negras, mas também a valorização de suas contribuições culturais e históricas. A promoção de uma educação antirracista exige um compromisso contínuo com a revisão crítica dos materiais didáticos e a formação de educadores capacitados para enfrentar as questões raciais de forma sensível e eficaz (Henriques, 2017).

O impacto de conteúdos racistas e discriminatórios nos livros didáticos vai além da sala de aula. Eles contribuem para a construção de uma sociedade que tolera e perpetua o racismo, minando os esforços para promover a igualdade e a justiça social. A inclusão de tais conteúdos nos materiais educativos levanta questões sobre a responsabilidade dos educadores e dos sistemas de ensino em revisar e eliminar materiais que perpetuem preconceitos.

A presença de conteúdos que valorizem a história, a cultura e as contribuições dos afro-brasileiros é fundamental para a promoção de uma educação antirracista e inclusiva. Como destacam Bezerra e Luca (2006), é necessário garantir que os materiais didáticos reflitam a diversidade e a riqueza cultural do Brasil, promovendo a igualdade e a valorização de todas as identidades.

Além disso, a formação continuada de professores é para que eles possam abordar de maneira sensível e eficaz as questões étnico-raciais em sala de aula. Freitas e Jesus (2021) ressaltam a importância de capacitar os educadores para que eles possam promover uma educação que valorize a diversidade e combata o racismo estrutural. A formação deve incluir o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as questões raciais e a capacidade de promover uma educação inclusiva e equitativa.

A implementação de políticas públicas que promovam a produção e distribuição de materiais didáticos inclusivos é outro passo essencial. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por exemplo, ao garantir que os livros distribuídos nas escolas públicas sejam avaliados com base em critérios que incluem a representatividade e a inclusão (Brasil, 2018). É necessário que essas políticas sejam continuamente aprimoradas para atender às necessidades de uma sociedade cada vez mais diversa e inclusiva.

A representatividade nos livros didáticos é uma questão que envolve múltiplas dimensões e requer um esforço coletivo e contínuo para ser plenamente alcançada. Segundo Batista e Cardoso (2024), para que a educação seja verdadeiramente inclusiva,

é necessário abordar diversas dimensões. A dimensão histórica refere-se à inclusão de narrativas e contribuições históricas de diferentes grupos étnicos e culturais, garantindo que a história contada nos livros didáticos seja abrangente e representativa de todas as vozes que compõem a sociedade. A dimensão cultural envolve a representação das diversas culturas que compõem a sociedade, incluindo tradições, costumes, línguas, artes e literaturas. É fundamental que os livros didáticos reflitam a riqueza e a diversidade cultural, promovendo o respeito e a valorização de todas as culturas.

Além disso, a dimensão social trata da inclusão de diversas perspectivas sociais e econômicas, destacando as experiências de diferentes grupos na sociedade, incluindo a representação de classes sociais, gêneros, orientações sexuais, deficiências e outras identidades sociais. A dimensão étnico-racial enfoca a inclusão de personagens, histórias e contribuições de diferentes grupos étnico-raciais, especialmente aqueles que historicamente foram marginalizados. É crucial que os livros didáticos apresentem uma visão equilibrada e justa das diversas etnias que compõem a sociedade. A dimensão pedagógica refere-se à maneira como os conteúdos são apresentados e ensinados, incluindo métodos e estratégias pedagógicas que promovam a inclusão e o engajamento de todos os estudantes. Isso inclui o uso de linguagem inclusiva e materiais didáticos que incentivem a participação ativa dos alunos.

Por fim, a dimensão política envolve a implementação de políticas educacionais que garantam a representatividade e a inclusão nos currículos escolares. Isso inclui a adoção de leis e diretrizes que promovam a diversidade e a igualdade no ambiente educacional. A abordagem dessas dimensões de maneira integrada é essencial para garantir que os livros didáticos não apenas reflitam a diversidade da sociedade, mas também promovam uma educação que valorize e respeite todas as identidades culturais, sociais e históricas (Batista; Cardoso, 2024).

Em conclusão, a representação de pessoas negras nos livros didáticos de Português reflete os desafios e as oportunidades para a promoção da igualdade racial na educação. A análise crítica dos materiais didáticos e a implementação de políticas públicas que promovam a representatividade e a inclusão são passos fundamentais para construir uma educação que seja verdadeiramente democrática e equitativa. A valorização da pessoa negra na educação é um tema essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A necessidade de revisão e melhoria dos materiais didáticos é apenas uma parte do caminho para a promoção da igualdade racial na educação. Além de eliminar

conteúdos racistas e estereotipados, é fundamental promover a valorização positiva da pessoa negra no contexto escolar. Isso implica reconhecer e integrar a história, cultura e contribuições dos afro-brasileiros nos currículos escolares, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua origem étnica, possam se ver refletidos e valorizados nos materiais que utilizam diariamente. O próximo tópico abordará como a valorização da pessoa negra na educação é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, explorando as políticas, práticas e exemplos concretos que podem promover uma educação antirracista e inclusiva.

2.4. A VALORIZAÇÃO DA PESSOA NEGRA NA EDUCAÇÃO

A valorização da pessoa negra na educação é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois promove o reconhecimento e a inclusão das contribuições culturais e históricas dos afrodescendentes. Ao garantir que todos os estudantes se vejam representados e valorizados no ambiente escolar, a educação combate preconceitos, fortalece a autoestima dos alunos negros e contribui para a desconstrução de estereótipos. Esse processo é fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades e para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos das diversidades que compõem a sociedade. Parte superior do formulário No contexto educacional brasileiro, essa valorização passa por reconhecer e integrar a história, cultura e contribuições da população negra nos currículos escolares. A Lei 10.639/03 é um marco importante nesse sentido, pois determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. No entanto, a implementação dessa lei ainda enfrenta desafios significativos, tanto em termos de formação de professores quanto na adaptação dos materiais didáticos.

A análise das políticas públicas desenvolvidas predominantemente por homens brancos destaca uma falta de representatividade nas decisões que afetam diretamente as populações negras. Essa falta de inclusão pode resultar em políticas que não consideram plenamente as necessidades e as realidades das comunidades negras, perpetuando assim uma forma de exclusão. As políticas de (in)-exclusão são aquelas que, apesar de intencionadas para promover a inclusão, acabam reforçando a exclusão ao não incorporar as vozes das populações afetadas.

Para promover uma verdadeira inclusão, é crucial que as políticas públicas sejam co-criadas com a participação ativa das pessoas negras. Isso não apenas assegura

que as políticas sejam mais relevantes e eficazes, mas também empodera as comunidades negras, reconhecendo e valorizando seu conhecimento e suas experiências. A inclusão das vozes negras nos processos de tomada de decisão contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a diversidade é respeitada e celebrada (Nascimento, 2021).

Um dos aspectos centrais da valorização da pessoa negra na educação é a representação positiva e diversificada nos livros didáticos. Estudos mostram que a presença de personagens negros em posições de protagonismo e suas contribuições destacadas para a sociedade têm um impacto profundo na autoestima e na identidade dos estudantes negros (Gomes, 2009). Além disso, a representatividade contribui para a desconstrução de estereótipos negativos e para a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo.

A literatura acadêmica aponta que a valorização da pessoa negra deve ser uma prática constante e integrada em todas as disciplinas. Isso significa que não basta incluir conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira apenas em aulas de história ou literatura, mas é necessário que esses conteúdos permeiem todas as áreas do conhecimento (Freitas; Jesus, 2021). Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de reconhecer a importância e a influência da população negra em diversos campos, como ciência, arte, política e economia.

Um exemplo concreto da valorização da pessoa negra na educação é a inclusão de biografias de figuras históricas negras nos livros didáticos. Personalidades como Zumbi dos Palmares, Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus, entre outros, devem ser apresentadas não apenas como exceções, mas como exemplos de resistência, talento e contribuição significativa para a sociedade brasileira. A representação dessas figuras em contextos positivos e inspiradores é crucial para que os estudantes negros possam se identificar e se sentir valorizados. Além disso, é importante incluir autores contemporâneos como Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Cristiane Sobral e Grace Passô, cujas obras e pensamentos continuam a enriquecer a literatura e a cultura brasileira, promovendo uma visão mais ampla e diversificada da contribuição afro-brasileira. Ao destacar essas figuras, a educação pode combater estereótipos e preconceitos, ao mesmo tempo em que celebra a riqueza da diversidade cultural do Brasil.

Além das biografias, é importante que os livros didáticos incluam textos e produções culturais de autores negros. A literatura afro-brasileira, por exemplo, oferece

uma rica variedade de obras que refletem as vivências, os desafios e as conquistas da população negra. A inclusão desses textos não só enriquece o currículo, mas também amplia a compreensão dos estudantes sobre a diversidade cultural do Brasil (Nascimento, 2021).

A escrevivência, um conceito desenvolvido por Conceição Evaristo, surge como uma técnica literária que combina escrita e vivência, especialmente das mulheres negras, para resgatar memórias e experiências pessoais e coletivas. Eduardo de Assis Duarte explora a relação entre escrevivência, quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica, destacando a resistência como elemento central dessas práticas literárias. A escrevivência não é apenas uma técnica literária, mas também uma forma de resistência cultural e política, que busca dar voz às experiências e histórias silenciadas das populações negras (Duarte, 2020).

O quilombismo, conforme proposto por Abdias Nascimento, vê os quilombos como espaços de resistência física, cultural e política. Nascimento argumenta que os quilombos são símbolos de resistência e autonomia, representando a luta contra a opressão e a marginalização. A escrita afrodiaspórica, incluindo a escrevivência, pode ser vista como uma extensão dessa resistência, utilizando a literatura como meio de preservar e valorizar a cultura afro-brasileira e de denunciar as injustiças sociais (Nascimento, 1980).

Duarte (2020) destaca a relevância da escrita afrodiaspórica na literatura afro-brasileira, mostrando como esses textos desafiam as narrativas hegemônicas e oferecem novas perspectivas sobre a história e a cultura. A escrevivência e o quilombismo, juntos, formam uma base teórica que permite entender como a literatura pode ser um instrumento de resistência e de afirmação identitária. Esses conceitos são essenciais para compreender a riqueza e a diversidade da produção literária afro-brasileira, bem como sua importância para a construção de uma identidade negra positiva e fortalecida (Duarte, 2020).

A inclusão dessas perspectivas na análise dos livros didáticos é fundamental para promover uma educação que valorize a diversidade cultural e histórica do Brasil. Incorporar a escrevivência e o quilombismo no currículo pode oferecer aos estudantes uma visão mais completa e inclusiva da história e da cultura afro-brasileira, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e a promoção da igualdade racial.

A formação continuada dos professores é outro pilar fundamental para a valorização da pessoa negra na educação. A capacitação constante permite que os

educadores desenvolvam uma compreensão mais profunda das questões étnico-raciais e adquiram ferramentas pedagógicas para abordar esses temas de maneira eficaz e sensível. Isso não só enriquece o ambiente educacional, mas também garante que os professores estejam preparados para promover uma educação inclusiva e antirracista. Investir na formação continuada é, portanto, um passo essencial para combater o racismo estrutural e assegurar que todos os alunos, independentemente de sua raça, tenham acesso a uma educação de qualidade que valorize suas identidades e contribuições culturais. Parte superior do formulário Os educadores precisam estar preparados para abordar as questões raciais de maneira sensível e informada. Isso envolve não apenas a aquisição de conhecimentos sobre a história e a cultura afro-brasileira, mas também o desenvolvimento de competências pedagógicas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade (Cunha et al., 2019).

Para que a valorização da pessoa negra na educação seja efetiva, é necessário também um compromisso institucional. As escolas devem adotar políticas claras e práticas que promovam a igualdade racial e combatam o racismo. Isso inclui desde a revisão dos currículos até a promoção de atividades extracurriculares que celebrem a diversidade cultural. As diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçam a necessidade de uma educação que valorize a diversidade e promova a equidade (Brasil, 2018).

A revisão dos livros didáticos utilizados nas escolas brasileiras, conforme compilado de estudos já realizados por diversos pesquisadores, revela que, embora tenha havido avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Muitos materiais didáticos ainda apresentam uma visão eurocêntrica da história e da cultura, relegando a população negra a papéis secundários ou estereotipados. A revisão desses materiais é urgente para garantir que todos os estudantes se vejam refletidos de maneira justa e positiva nos conteúdos que estudam (Matte Júnior et al., 2017). É importante destacar que essa seção não apresenta uma análise crítica própria, mas sim um compilado de análises já realizadas por outros pesquisadores. No capítulo seguinte, será realizada uma análise própria de um livro didático específico, onde será possível aprofundar a discussão e apresentar resultados mais detalhados sobre a representatividade afro-brasileira nos materiais educativos.

Além disso, a promoção de atividades pedagógicas que incentivem a reflexão crítica sobre as questões raciais é fundamental. Projetos interdisciplinares, debates, oficinas e eventos culturais podem ajudar a sensibilizar os estudantes e a comunidade

escolar para a importância da valorização da pessoa negra. Essas atividades contribuem para a construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova a inclusão.

Em conclusão, a valorização da pessoa negra na educação é um desafio que exige um esforço contínuo e integrado de todos os atores envolvidos no processo educacional. Desde a inclusão de conteúdos representativos nos livros didáticos até a formação contínua dos professores e a promoção de políticas escolares inclusivas, cada ação é fundamental para a construção de uma educação que respeite e celebre a diversidade. Ao reconhecer e representar as contribuições da população negra, estamos promovendo não apenas a igualdade racial, mas também uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Outro aspecto para a promoção da igualdade racial na educação é a descolonização dos livros didáticos. Esse processo implica revisar e reestruturar os conteúdos educacionais para incluir perspectivas e contribuições de grupos historicamente marginalizados, como a população negra. A descolonização visa desafiar e desmontar as narrativas eurocêntricas que dominam o currículo escolar, substituindo-as por uma abordagem mais inclusiva e representativa da diversidade cultural brasileira.

Conceição Evaristo, em suas obras, enfatiza a importância de integrar a escrevivência, ou seja, a escrita que emerge das vivências e experiências das pessoas negras, nos materiais didáticos. Evaristo argumenta que a escrevivência não apenas oferece uma perspectiva autêntica sobre a realidade afro-brasileira, mas também desafia as estruturas de poder estabelecidas que perpetuam a exclusão e a desigualdade racial. Como ela afirma: "A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, mas sim para incomodá-los em seus sonhos injustos" (Evaristo, 2006, p. 47).

A inclusão de autores como Conceição Evaristo nos livros didáticos é um passo significativo para a descolonização da educação. Suas obras, que misturam ficção e memória, oferecem uma visão rica e complexa das experiências negras no Brasil, contribuindo para a construção de identidades afirmativas e positivas entre os estudantes negros. Além disso, a presença de personagens negros em posições de protagonismo e suas contribuições destacadas para a sociedade têm um impacto profundo na autoestima e na identidade dos alunos.

Para apoiar a descolonização dos livros didáticos, é fundamental adotar políticas educacionais que promovam a formação continuada de professores, garantindo que eles

estejam preparados para abordar essas questões de maneira sensível e eficaz. Investir na capacitação dos educadores é essencial para que possam utilizar os materiais descolonizados de forma a promover uma educação inclusiva e antirracista.

Essa representação é essencial não apenas para a construção de uma educação mais justa e inclusiva, mas também para o desenvolvimento integral dos alunos, que podem se ver representados nos conteúdos que estudam. No próximo tópico, analisaremos mais profundamente como essas práticas e políticas se manifestam na representação da pessoa negra no ambiente educacional e sua importância para a promoção da igualdade e da justiça social.

2.5. O ENSINO ATUAL E A INCLUSÃO DA PESSOA NEGRA COMO TEMÁTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS

A inclusão da temática racial nos livros didáticos de Português é um desafio que reflete as tensões e avanços na busca por uma educação inclusiva e antirracista. A Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, representa um marco significativo nessa trajetória. No entanto, a efetiva implementação dessa legislação ainda enfrenta resistências e desafios consideráveis.

Os livros didáticos de Português, ao longo dos anos, têm sido criticados por perpetuar estereótipos raciais e por não refletir a diversidade cultural do Brasil. Intelectuais como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2012), Nilma Lino Gomes (2017) e Sueli Carneiro (2011) têm estabelecido essa crítica, apontando a necessidade de uma revisão profunda dos materiais didáticos para que eles possam realmente representar a pluralidade da sociedade brasileira.

Petronilha Gonçalves e Silva (2012) tem destacado a importância de uma educação que reconheça e valorize a contribuição dos afro-brasileiros na construção da identidade nacional. Nilma Lino Gomes (2017) enfatiza a necessidade de incluir narrativas e perspectivas diversas que combatam o racismo estrutural presente nos currículos escolares. Sueli Carneiro (2011), por sua vez, argumenta que a falta de representatividade e a presença de estereótipos nos livros didáticos contribuem para a perpetuação das desigualdades raciais e sociais. Essas intelectuais têm sido vozes fundamentais na luta por uma educação mais inclusiva e equitativa no Brasil.

Estudos mostram que a representação de pessoas negras nesses materiais é frequentemente limitada a papéis subalternos ou folclóricos, contribuindo para a

manutenção de uma visão eurocêntrica da sociedade brasileira (Munanga, 2004). Isso tem implicações diretas na formação da identidade e autoestima dos alunos negros, que muitas vezes não se veem representados de forma positiva nos conteúdos escolares.

Para que a inclusão da pessoa negra como temática nos livros didáticos de Português seja efetiva, é necessário que haja uma revisão crítica dos materiais utilizados. Isso implica não apenas na inclusão de textos e autores negros, mas também na forma como esses conteúdos são abordados. Ao fazer isso, as narrativas educativas promovem um entendimento mais completo e justo da trajetória dos afrodescendentes no Brasil, celebrando suas realizações e resiliência. Isso é crucial para combater a visão unilateral e estereotipada que muitas vezes é perpetuada nos materiais didáticos. Desta forma, os estudantes de todas as origens podem aprender a valorizar e respeitar a diversidade cultural e histórica, o que contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 reforça a necessidade de uma educação que promova a igualdade racial e a valorização da diversidade. A BNCC estabelece que os currículos escolares devem incluir conteúdos que abordem a história e cultura afro-brasileira e africana, bem como a importância das contribuições dos povos africanos para a formação da identidade nacional. Essa diretriz é um passo importante para garantir que os livros didáticos reflitam a diversidade cultural do país.

No entanto, a efetiva implementação dessas diretrizes ainda enfrenta obstáculos significativos. Um dos principais desafios é a formação dos professores. Muitos educadores ainda não se sentem preparados para abordar as questões raciais em sala de aula, seja por falta de conhecimento ou por receio de lidar com temas considerados polêmicos. Portanto, a formação continuada dos professores para que eles possam desenvolver uma consciência crítica sobre as questões raciais e estejam capacitados para promover uma educação inclusiva e antirracista (Freitas e Jesus, 2021).

Além disso, é fundamental que os processos de seleção e avaliação dos livros didáticos considerem a representatividade e a inclusão como critérios essenciais. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) desempenha um papel vital nesse sentido, garantindo que os materiais distribuídos nas escolas públicas sejam avaliados com base em critérios que incluam a diversidade étnico-racial (Brasil, 2018). No entanto, é necessário que esses processos sejam continuamente aprimorados para atender às necessidades de uma sociedade em constante transformação.

A participação ativa da comunidade escolar, incluindo estudantes, pais e

educadores, na criação e seleção dos materiais didáticos é outra estratégia importante para promover a inclusão. Quando diferentes vozes e perspectivas são consideradas, os materiais educativos tendem a ser mais representativos e inclusivos. Essa abordagem participativa não apenas enriquece o conteúdo dos livros didáticos, mas também promove um senso de pertencimento e valorização da diversidade entre os alunos.

A inclusão da pessoa negra nos livros didáticos de Português também deve considerar a utilização de diversas linguagens e formatos. A incorporação de recursos multimídia, como vídeos, músicas e aplicativos interativos, pode tornar o ensino mais dinâmico e engajador, além de possibilitar uma abordagem mais abrangente e contextualizada da história e cultura afro-brasileira. Essas ferramentas tecnológicas podem ajudar a superar as limitações dos textos impressos e oferecer uma experiência de aprendizado mais rica e diversificada.

A pesquisa acadêmica sobre a inclusão da temática racial nos livros didáticos de Português tem mostrado a importância de uma abordagem crítica e reflexiva. Gomes (2009) argumenta que a educação antirracista deve ir além da simples inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, promovendo uma revisão das práticas pedagógicas e das relações de poder presentes na escola. Isso implica em repensar o currículo escolar de forma a valorizar a diversidade e combater todas as formas de discriminação.

Além dos livros didáticos, outros materiais pedagógicos, como jogos educativos, projetos interdisciplinares e atividades extracurriculares, podem contribuir para a promoção da igualdade racial na educação. Essas iniciativas complementam o trabalho realizado em sala de aula e oferecem oportunidades para que os alunos explorem e valorizem a diversidade cultural de forma lúdica e interativa.

A inclusão da temática racial nos livros didáticos de Português é um processo contínuo que requer a colaboração de diversos atores. Educadores, gestores, autores, editores e a comunidade escolar devem trabalhar juntos para garantir que os materiais educativos reflitam a diversidade e promovam a igualdade racial. Apenas com um esforço coletivo será possível construir uma educação que valorize a identidade negra e contribua para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em conclusão, a inclusão da pessoa negra como temática nos livros didáticos de Português é um desafio complexo, mas crucial para a promoção de uma educação inclusiva e antirracista. Esse processo envolve a revisão cuidadosa dos conteúdos para assegurar que as histórias e contribuições dos afrodescendentes sejam representadas de

maneira justa e equilibrada, destacando não apenas suas lutas e marginalizações, mas também suas conquistas e impactos positivos na sociedade. Ao fazer isso, os materiais didáticos podem ajudar a desconstruir preconceitos, fortalecer a autoestima dos estudantes negros e promover um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A análise crítica dos materiais didáticos, a formação continuada dos professores, a participação ativa da comunidade escolar e a utilização de recursos multimídia são algumas das estratégias que podem contribuir para alcançar esse objetivo. Ao valorizar a diversidade cultural e combater os estereótipos raciais, a educação brasileira poderá desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Para a transição do capítulo 2 para o capítulo 3, é importante fazer uma ligação clara e coerente entre o tema da valorização da pessoa negra na educação e a análise específica dos livros didáticos de Língua Portuguesa no ensino médio em Mineiros, Goiás. Abaixo, está a transição adequada:

Em conclusão, a valorização da pessoa negra na educação é um desafio que exige um esforço contínuo e integrado de todos os atores envolvidos no processo educacional. Desde a inclusão de conteúdos representativos nos livros didáticos até a formação contínua dos professores e a promoção de políticas escolares inclusivas, cada ação é fundamental para a construção de uma educação que respeite e celebre a diversidade. Ao reconhecer e valorizar as contribuições da população negra, estamos promovendo não apenas a igualdade racial, mas também uma educação de qualidade para todos os estudantes.

É fundamental que os livros didáticos, como ferramentas essenciais na formação dos alunos, sejam cuidadosamente analisados para garantir que reflitam uma representação justa e inclusiva da diversidade racial. No contexto do ensino médio em Mineiros, Goiás, a análise desses materiais didáticos para compreender o impacto que a representatividade, ou a falta dela, tem na formação dos estudantes.

3. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO EM MINEIROS, GOIÁS

Este capítulo visa analisar os livros didáticos de Língua Portuguesa utilizados no ensino médio no município de Mineiros, Goiás, focando na representação de pessoas negras. Através de uma análise documental buscaremos compreender como os conteúdos presentes nos livros didáticos se alinham às diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/03 e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A escolha pela cidade de Mineiros para esta análise é justificada pelo fato de que atuo como professora da educação básica neste município há mais de 17 anos, sendo docente efetiva na Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Portanto, residindo nesta cidade e a partir da minha experiência como professora do ensino médio em uma escola pública de Mineiros há uma perspectiva sobre a implementação e o impacto dos materiais didáticos no contexto local. Este vínculo com a comunidade escolar de Mineiros possibilita uma análise contextualizada e sensível às necessidades e realidades dos estudantes da região.

É essencial compreender que a representatividade nos materiais didáticos não é apenas uma questão de inclusão social, mas também um aspecto essencial para a formação integral dos alunos (Gomes, 2017).

Portanto, a análise crítica desses materiais visa apontar para uma educação que promova uma visão equitativa e respeitosa da diversidade racial, em consonância com os princípios legais e curriculares vigentes. Munanga (2004) enfatiza a importância de uma abordagem educacional que valorize e respeite a diversidade étnico-racial, destacando que a educação deve ser um instrumento de combate ao racismo e à discriminação. O referido autor argumenta que, para se alcançar uma verdadeira equidade racial, é necessário revisar e reformar os currículos escolares para incluir representações positivas e precisas de diferentes grupos étnicos.

Além disso, a promoção da igualdade racial através dos livros didáticos é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Schucman (2014) defende que, quando os alunos têm acesso a conteúdos que refletem a diversidade cultural e racial do país, eles são mais propensos a desenvolver empatia, respeito e compreensão pelas diferenças. A autora sugere que a representação justa e equilibrada de diferentes grupos étnicos nos materiais educativos ajuda a combater preconceitos e estereótipos, promovendo uma cultura de aceitação e respeito.

Nascimento (2007) reforça essa ideia ao argumentar que a inclusão de representações equitativas e diversificadas nos livros didáticos é crucial para a formação de cidadãos críticos e engajados na luta contra o racismo e a discriminação. Ele destaca que uma educação que valoriza a diversidade não só beneficia os alunos negros, mas também enriquece a experiência educacional de todos os estudantes, preparando-os para viver e trabalhar em uma sociedade plural e multicultural.

3.1 METODOLOGIA DA ANÁLISE DOCUMENTAL

A metodologia adotada nesta análise documental foi planejada para garantir uma avaliação precisa dos livros didáticos. Os procedimentos para selecionar, analisar e avaliar as representações de pessoas negras nos materiais didáticos foram delineados para assegurar a integridade e a validade dos resultados. A metodologia foi estruturada em várias etapas específicas, conforme os pressupostos de Silva (2018)

Primeiramente, a seleção dos livros didáticos foi feita com base na sua adoção em escolas públicas de Mineiros, Goiás, e na conformidade com as diretrizes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Foi selecionado o livro utilizado, *Português: Linguagens* de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, para garantir que a análise refletisse o material realmente acessível aos alunos.

A análise quantitativa consistiu na aplicação de métodos de análise de conteúdo, onde foram quantificadas as representações de pessoas negras nos textos e imagens dos livros didáticos. Isso envolveu a identificação e contagem das ocorrências dessas representações, permitindo uma avaliação objetiva da frequência com que pessoas negras são representadas.

No âmbito qualitativo, a análise documental detalhada envolveu a leitura completa dos textos e a observação das imagens presentes nos livros. As representações foram então categorizadas como positivas, negativas ou neutras, e contextualizadas de acordo com seu uso histórico, cultural ou contemporâneo. Esta fase incluiu a análise das narrativas e ilustrações para compreender o contexto em que as representações de pessoas negras foram inseridas.

Além disso, a avaliação qualitativa também envolveu uma comparação das representações identificadas com as diretrizes da Lei 10.639/03 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa comparação foi essencial para verificar se os materiais didáticos cumpriam os requisitos legais de inclusão e promoção da

diversidade racial.

A metodologia assegura que as conclusões derivadas sejam confiáveis e possam ser utilizadas como base sólida para futuras análises críticas, evitando vieses e garantindo a precisão dos dados coletados (Santos, 2018). O planejamento de cada etapa da análise documental assegura que os dados coletados sejam representativos e que as interpretações derivadas deles sejam válidas e aplicáveis ao contexto educacional específico de Mineiros, Goiás (Oliveira, 2020).

A utilização de uma metodologia delineada é importante para assegurar a confiabilidade e a validade dos resultados. Cada etapa do processo de análise foi desenvolvida para minimizar vieses e erros, garantindo que as representações de pessoas negras nos livros didáticos fossem avaliadas de forma justa e precisa. A confiabilidade dos resultados é essencial porque permite que as conclusões sejam usadas como base para recomendações e políticas educacionais que promovam a igualdade racial, assegurando que as decisões tomadas sejam fundamentadas em dados sólidos e precisos (Munanga, 2004).

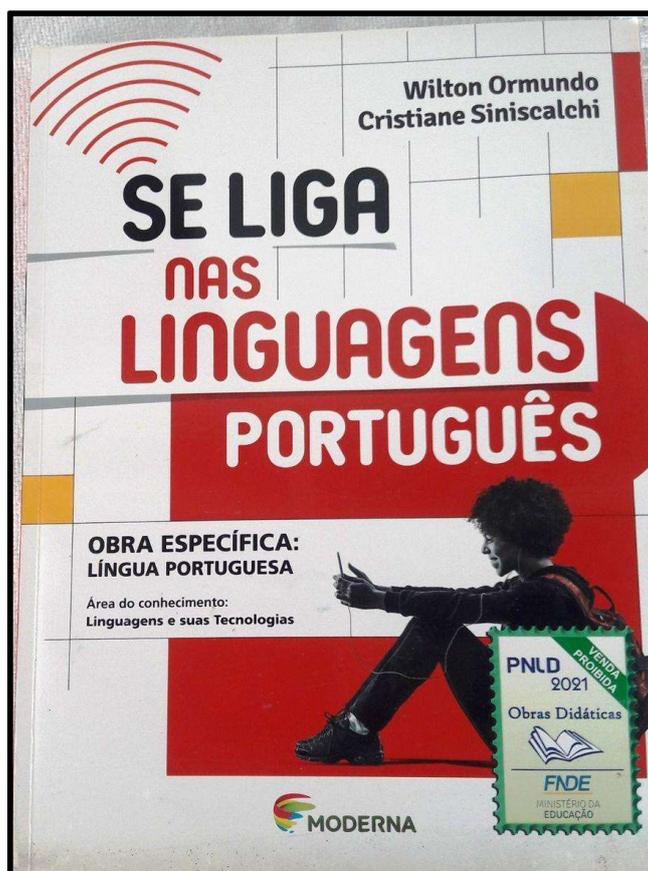
Por fim, a metodologia adotada garantiu que os resultados obtidos fossem comparados com as diretrizes legais e curriculares estabelecidas pela Lei 10.639/03 e pela BNCC. Este passo foi essencial para assegurar que as conclusões derivadas fossem não apenas precisas, mas também relevantes para o contexto educacional brasileiro, contribuindo de maneira significativa para a promoção da igualdade racial nas escolas. A revisão crítica permitiu a identificação de boas práticas e a formulação de recomendações que podem ser implementadas para melhorar a qualidade e a eficácia dos livros didáticos em refletir a diversidade racial, garantindo que os materiais cumpram seu papel educacional de maneira inclusiva e eficaz (Schucman, 2014).

3.1.1 Seleção dos Livros Didáticos

A seleção do livro didático utilizado nesta análise foi realizada com base em critérios específicos que garantiram a representatividade e a relevância do material analisado. A escolha do livro foi fundamental para assegurar que a análise fosse aplicável e útil para o contexto educacional específico de Mineiros, Goiás, refletindo a realidade das escolas da região. Para essa análise, foi selecionado o livro *Se Liga nas Linguagens: Português* de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi, publicado pela Editora Moderna. Este livro é amplamente utilizado nas escolas de ensino médio e foi

aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no edital de 2021., assegurando sua conformidade com os padrões educacionais estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). A escolha deste livro específico se baseou em sua ampla adoção nas escolas e na recomendação por parte dos educadores locais, garantindo que a análise realizada seja representativa e relevante para a realidade educacional dos alunos de Mineiros, Goiás.

Figura 5 : Capa do Livro *Se Liga nas Linguagens: Português*



Fonte: Arquivo de Foto pessoal da autora

A proposta pedagógica do livro *Se Liga nas Linguagens: Português* adota uma metodologia construtivo-reflexiva do uso da língua, evidenciada pela integração de diversas formas de arte e expressão cultural para promover uma aprendizagem ativa e contextualizada. Esta abordagem pode ser observada na exploração de movimentos artísticos na literatura, como a análise de trechos da rapsódia "Macunaíma, o herói sem nenhum caráter", de Mário de Andrade, e do poema "Os selvagens", de Oswald de Andrade. Além disso, o livro promove uma análise comparativa entre trechos de

"Macunaíma" e o poema "Erro de português", de Oswald de Andrade, incentivando os estudantes a fazerem conexões entre diferentes obras e épocas, ampliando assim sua "biblioteca cultural".

A Figura 5 traz a capa do livro a qual reflete esses objetivos pedagógicos com um design moderno e atraente, utilizando cores contrastantes como vermelho, preto e amarelo para criar um impacto visual que sugere dinamismo e energia. A área de conhecimento "Linguagens e suas Tecnologias" destacada na capa indica a ênfase na integração de diferentes formas de linguagem e tecnologia, alinhando-se com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O selo do PNL D 2021 (Programa Nacional do Livro Didático) reforça a credibilidade e a conformidade do livro com os padrões nacionais de qualidade para materiais didáticos.

A imagem de um jovem negro sentado e usando um dispositivo eletrônico na capa sugere inclusão e representatividade, aspectos essenciais em uma educação que valoriza a diversidade cultural e étnica do Brasil. Esta escolha de imagem também indica a integração das novas tecnologias na prática pedagógica, refletindo uma abordagem contemporânea do ensino de língua portuguesa.

A integração de canções populares como meio de protesto e engajamento social é outra característica marcante da metodologia. O livro destaca artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré, Chico Buarque e Tom Zé, que utilizaram suas músicas para criticar a opressão social. Atividades como a criação de playlists comentadas com canções que “explicam” o Brasil para um estrangeiro exemplificam a aplicação prática desta abordagem, permitindo que os alunos expressem sua compreensão dos contextos históricos e sociais das obras analisadas.

A exploração das artes visuais é igualmente significativa, com atividades que incluem a produção de gifs biográficos sobre a Semana de Arte Moderna e a análise de performances com parangolés de Hélio Oiticica. Essas atividades não apenas conectam os alunos a importantes eventos e obras artísticas, mas também promovem a expressão criativa e o entendimento crítico dos contextos culturais e históricos. Dessa forma, o livro *Se Liga nas Linguagens: Português* utiliza uma metodologia construtivo-reflexiva que enriquece o processo de ensino-aprendizagem ao integrar literatura, música e artes visuais, proporcionando uma formação mais completa e reflexiva para os estudantes.

O livro convida os estudantes do ensino médio a ampliar seu repertório e expor sua criatividade, ajudando-os a exercitar a empatia e o respeito aos direitos humanos ao apresentar as ricas vozes culturais diversas. Além disso, apresenta autores de diferentes

regiões brasileiras, além de indígenas e quilombolas, permitindo que os alunos vivenciem produções artísticas, expressem sentimentos e reconheçam a diversidade.

O livro *Se Liga nas Linguagens: Português* é organizado em capítulos que cobrem uma ampla gama de tópicos de língua portuguesa, incluindo gramática, interpretação de texto, produção textual e literatura. A seguir, apresentamos uma tabela detalhando os conteúdos dos capítulos do livro:

Tabela 2: Conteúdos dos capítulos do livro *Se Liga nas Linguagens: Português*

Capítulo	Título	Páginas	Conteúdo
1	O texto literário	p. 12	Movimentos literários, importância da biblioteca cultural, produção de fala pública formal
2	Gêneros literários: o épico, o dramático e o lírico	p. 16	Teoria clássica dos gêneros, produção de gif
3	A herança portuguesa	p. 22	Poesia lírica, trovadorismo, humanismo, classicismo, produção de poema
4	Quinhentismo: escritos sobre um outro mundo	p. 34	Carta de Caminha, produção de fala pública formal
5	Barroco: movimento dos contrastes	p. 40	Dualismo barroco, Barroco em Portugal e no Brasil, performance
6	Arcadismo: o retorno dos clássicos	p. 47	Classicismo ao Neoclassicismo, Arcadismo em Portugal e no Brasil, enquete e gráficos
7	Romantismo: um movimento plural	p. 56	Faces do Romantismo, Romantismo em Portugal e no Brasil, produção de podcast, contação de histórias, produção de playlist
8	Realismo-Naturalismo:	p. 74	Realismo, Naturalismo, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, produção de HQ,

	literatura em diálogo com a ciência		podcast
9	Parnasianismo e Simbolismo: a poesia de fim de século	p. 91	Parnasianismo, Simbolismo, produção de poema
10	Vanguardas europeias e Modernismo português	p. 99	Modernismo português, produção de poema
11	Antecedentes do Modernismo: os pré-modernistas	p. 111	Pré-Modernismo, produção de pesquisa
12	A primeira fase do Modernismo: o espírito combativo	p. 120	Semana de Arte Moderna, produção de gif e playlist comentada
13	A segunda fase do Modernismo: a consolidação do movimento	p. 129	Poesia, romance regionalista, produção de videominuto
14	Produção pós-modernista: novas palavras	p. 141	Poesia pós-modernista, concretismo, produção de verbete
15	Portugal, Angola e Moçambique: expressões em língua portuguesa	p. 153	Literatura lusófona contemporânea, produção de videocurrículo
16	Linguagem e língua	p. 166	As várias linguagens, adequação linguística
17	Língua falada e língua escrita	p. 175	Planejamento, modalidades complementares
18	Fatores	p. 180	Funções da linguagem, produção de

	envolvidos na comunicação		paródia
19	As palavras e o sentido	p. 188	Polissemia e sentido criativo, produção de breve análise literária
20	Morfemas e processos de formação de palavras	p. 194	Tipos de morfema, processos de formação de palavras, produção de análise de card
21	Substantivo e adjetivo	p. 203	Gênero, número, grau, produção de card
22	Numeral e artigo	p. 212	Numeral, artigo, análise de infográfico
23	Pronome	p. 218	Tipos de pronomes
24	Verbo	p. 231	Flexões do verbo, verbos auxiliares, formas nominais, vozes verbais
25	Advérbio	p. 242	Valor semântico dos advérbios
26	Preposição e conjunção	p. 246	Uso de preposição antes de pronome relativo, crase, valores semânticos das conjunções
27	Introdução à sintaxe e sujeito	p. 256	Tipos de sujeito, concordância, oração sem sujeito, produção de comentário em grupo de mensagens
28	Predicado, objetos, predicativos e adjuntos adverbiais	p. 265	Tipos de predicado, complementos verbais, adjunto adverbial, regência verbal
29	Complemento nominal, adjunto adnominal, aposto e vocativo	p. 274	Complemento nominal, adjunto adnominal, aposto, vocativo, uso da vírgula
30	Orações coordenadas	p. 281	Orações coordenadas assindética e sindética
31	Orações	p. 286	Orações subordinadas adjetivas e

	subordinadas adjetivas e adverbiais		adverbiais
32	Orações subordinadas substantivas e orações reduzidas	p. 295	Orações subordinadas substantivas e reduzidas, debate

Esta estrutura do livro permite uma análise abrangente das representações de pessoas negras e dos conteúdos afro-brasileiros presentes no material didático, pois cada capítulo do livro *Se Liga nas Linguagens: Português* inclui atividades que incentivam os alunos a explorar diferentes linguagens e produções artísticas, promovendo a reflexão sobre a diversidade cultural e racial. Por exemplo como demonstrado na Tabela 2, no capítulo 1, atividades como a produção de fala pública formal conectam a literatura com a oralidade e a expressão artística. No capítulo 2, a produção de *gifs* incentiva a exploração da narrativa épica através da tecnologia digital. No capítulo 7, a criação de *podcasts* e *playlists* comentadas, que explicam o Brasil para estrangeiros, integra a música popular como meio de reflexão sobre identidade cultural e racial. O capítulo 12 propõe a produção de *gifs* biográficos sobre a Semana de Arte Moderna e *playlists* comentadas, conectando a arte moderna com a música popular brasileira para uma reflexão interdisciplinar. No capítulo 13, a produção de videominutos inspirados no romance social dos anos 30 combina literatura, cinema e crítica social.

Essas atividades evidenciam como o livro promove a exploração de diferentes formas de arte e a reflexão sobre diversidade cultural e racial, confirmando a metodologia construtivo-reflexiva proposta. O livro *Se Liga nas Linguagens: Português* atende ao que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao "usar recursos linguísticos e multissemióticos de forma articulada e adequada, tendo em vista o contexto de produção do texto, a construção composicional e o estilo do gênero e os efeitos de sentido pretendidos." Além disso, o livro incentiva os estudantes a refletirem sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais, considerando as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multissemiose.

Ao conhecer e refletir sobre as tradições orais e seus gêneros, os alunos são convidados a considerar as práticas sociais em que tais textos surgem e se perpetuam,

bem como os sentidos que geram. Passando para os procedimentos de análise documental, é importante detalhar os métodos utilizados para examinar como esses princípios são incorporados no material didático. A análise inclui a avaliação da apresentação de diferentes gêneros textuais e a forma como são contextualizados em relação às práticas sociais e culturais dos alunos, assegurando que a metodologia construtivo-reflexiva seja plenamente aplicada.

3.1.2 Procedimentos de Análise Documental

Adotou-se um conjunto de procedimentos metodológicos, assegurando uma avaliação detalhada e crítica das representações de pessoas negras nos livros didáticos. Inicialmente, foi realizada uma leitura completa do livro *Se Liga nas Linguagens: Português* para identificar todas as instâncias de representações raciais, tanto em textos quanto em imagens. Esse processo é essencial porque permite uma visão abrangente do material e assegura que nenhuma ocorrência relevante seja negligenciada, conforme discutido por Souza (2019), que enfatiza a importância de uma leitura completa para uma análise completa.

A análise foi segmentada em três fases distintas: identificação, categorização e avaliação. Na fase de identificação, todas as representações de pessoas negras foram marcadas e documentadas, incluindo imagens, textos, atividades e exemplos. A seguir, na fase de categorização, as representações identificadas foram classificadas de acordo com sua natureza (positiva, negativa, neutra) e contexto (histórico, cultural, contemporâneo). Os critérios para essa categorização foram baseados no trabalho de Munanga (2004), que discute a importância de avaliar as representações de grupos étnicos de maneira crítica, considerando o impacto dessas representações na percepção e autoestima dos alunos. Lima (2020) também reforça que a categorização permite uma análise mais estruturada e detalhada, facilitando a avaliação crítica subsequente.

Para garantir a objetividade e a consistência da análise, foi utilizada uma matriz de avaliação baseada em estudos acadêmicos e diretrizes educacionais como os estudos de Munanga (2004) e Gomes (2017), além das diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/03 e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta matriz incluía critérios como a frequência das representações, a diversidade das figuras retratadas, a abrangência dos conteúdos abordados e a eficácia das atividades propostas em promover a igualdade racial.. Esta matriz incluía critérios como a frequência das representações, a

diversidade das figuras retratadas, a abrangência dos conteúdos abordados e a eficácia das atividades propostas em promover a igualdade racial. Este procedimento permite a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria nos materiais didáticos, como recomendado por Gomes (2017).

Esses procedimentos de análise são essenciais para assegurar que a avaliação documental seja precisa e confiável. A partir desses procedimentos, é possível avançar para a definição dos critérios de avaliação, que são essenciais para uma análise crítica e bem fundamentada dos materiais didáticos.

3.1.3 Critérios de Avaliação

Os critérios de avaliação utilizados nesta análise foram desenvolvidos com base em diretrizes educacionais e estudos acadêmicos sobre representatividade racial e educação. Entre as diretrizes utilizadas, destacam-se a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece parâmetros para a inclusão de conteúdos que promovam a igualdade racial. Os estudos acadêmicos que fundamentaram esses critérios incluem as pesquisas de Munanga (2004), que abordam a importância da representatividade racial na educação, e de Gomes (2017), que discute estratégias para a promoção da igualdade racial nos materiais didáticos. Especificamente, a matriz de avaliação incluiu critérios como a frequência das representações de pessoas negras, a diversidade das figuras retratadas (incluindo gênero, idade e contexto social), a abrangência dos conteúdos abordados em relação à história e cultura afro-brasileira, e a eficácia das atividades propostas em promover a reflexão crítica e a igualdade racial.

Esses critérios foram projetados para proporcionar uma avaliação detalhada e crítica das representações de pessoas negras nos livros didáticos, assegurando que todos os aspectos relevantes fossem considerados. Um dos principais critérios foi a frequência das representações de pessoas negras ao longo do livro. Avaliar a frequência é essencial, pois, segundo Almeida (2018), a presença constante e visível de figuras negras nos materiais didáticos reflete a realidade pluricultural do Brasil e reforça a importância da diversidade na educação.

Outro critério importante foi a diversidade das figuras retratadas. Avaliou-se se as representações incluíam pessoas negras de diferentes gêneros, idades, profissões e

contextos, garantindo que as figuras retratadas não fossem estereotipadas ou limitadas a papéis subalternos. Este critério é fundamental para promover uma visão positiva e inclusiva da diversidade racial, combatendo preconceitos e estereótipos, conforme ressaltado por Cunha (2019).

A abrangência dos conteúdos abordados foi também um critério essencial. Avaliou-se se os textos e atividades proporcionavam uma compreensão aprofundada da história, cultura e contribuições das pessoas negras no Brasil. Este critério assegura que os alunos não apenas reconheçam a presença de figuras negras, mas também compreendam suas significativas contribuições e a importância histórica e cultural desses grupos. Macedo (2018) destaca que uma abordagem aprofundada é essencial para a formação de uma consciência crítica entre os estudantes.

A eficácia das atividades propostas em promover a igualdade racial foi outro critério essencial. Avaliou-se se as atividades incentivavam os alunos a refletir sobre questões de preconceito, discriminação e racismo, e se promoviam ações concretas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Atividades que estimulam a reflexão crítica e a ação são fundamentais para educar cidadãos conscientes e engajados, como observado por Ferreira e Silva (2020).

Finalmente, a conformidade com as diretrizes da Lei 10.639/03 e da BNCC foi um critério central na avaliação. Foi garantido que as representações e conteúdos estivessem alinhados com as exigências legais e curriculares, promovendo uma educação inclusiva e equitativa. Este critério é essencial para assegurar que os materiais didáticos contribuam efetivamente para a promoção da igualdade racial e para a formação de uma sociedade plural e democrática, conforme estabelecido por Munanga (2004).

Assim, ao aplicar esses critérios de avaliação, é possível garantir uma análise crítica, fundamentada e relevante das representações de pessoas negras nos livros didáticos. Este processo é essencial para identificar áreas que necessitam de melhorias e para propor recomendações que contribuam para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa. Com os procedimentos e critérios de avaliação claramente estabelecidos, a próxima etapa envolve uma análise detalhada das representações de pessoas negras nos livros didáticos, focando especificamente nas imagens e ilustrações, bem como nos textos e narrativas. Esta análise permitirá uma compreensão mais profunda de como essas representações influenciam a percepção dos alunos sobre diversidade racial e inclusão, conforme será explorado nos próximos tópicos.

3.2 REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS

A representação de pessoas negras nos livros didáticos desempenha um papel importante porque influencia diretamente a formação das percepções dos alunos sobre diversidade racial e inclusão. Estudos como o de Almeida (2018) demonstram que a presença de figuras negras em materiais educacionais pode impactar significativamente a autoestima dos alunos negros e a consciência racial dos alunos de outras etnias. Quando essas representações são positivas e diversificadas, elas promovem um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e equitativo. Por outro lado, representações estereotipadas ou a ausência de figuras negras podem perpetuar preconceitos e desigualdades, subestimando a importância das contribuições culturais e históricas dos negros na sociedade.

Para compreender plenamente o impacto das representações de pessoas negras nos livros didáticos, é essencial analisar tanto as imagens quanto os textos presentes nesses materiais. A análise das imagens é fundamental porque permite verificar como as figuras negras são visualmente retratadas, se estão em posições de destaque ou subalternas, e se essas representações são variadas e realistas. Paralelamente, a análise dos textos e narrativas é crucial porque ajuda a identificar como as histórias, exemplos e personagens negros são apresentados e se os conteúdos abordam de maneira adequada e aprofundada a história e a cultura afro-brasileira. Esta abordagem combinada é essencial para garantir uma avaliação completa e crítica das representações de pessoas negras nos livros didáticos, conforme será detalhado nos subseqüentes tópicos de análise de imagens e textos.

3.2.1 Análise das Imagens e Ilustrações

Para entender a abrangência das representações de pessoas negras no livro *Se Liga nas Linguagens: Português* de Cristiane Siniscalchi e Wilton Ormundo, é necessário um exame detalhado das imagens e ilustrações. Este exame visa revelar como essas representações influenciam a percepção dos alunos sobre diversidade racial e inclusão. A seguir, A Tabela 3 apresenta as imagens encontradas no material, destacando sua relevância e impacto.

Tabela 3: no imagens encontradas no livro *Se Liga nas Linguagens: Português*

Página	Descrição da Imagem
14	Homem negro idoso em destaque na seção "Biblioteca cultural".
39	Linha do tempo com caricaturas de escritores brasileiros representando diferentes períodos literários: Simbolismo (Alphonsus de Guimaraens), Pré-Modernismo (Augusto dos Anjos), Modernismo (Mário de Andrade segurando sua personagem Macunaíma, representada como uma criança negra), Pós-Modernismo (João Guimarães Rosa), e Contemporaneidade (Ferreira Gullar).
56	Fotografias do Projeto <i>Humanae</i> de Angélica Dass, retratando a diversidade de tons de pele.
66	Ilustração do poema "O Navio Negreiro" de Castro Alves, retratando homens, mulheres e crianças negras em situação de sofrimento durante a escravidão.
83	Fotografia de Machado de Assis, destacado como um importante escritor brasileiro.
90	Fotografia de Elza Soares, uma das mais importantes cantoras da música popular brasileira.
95	Cruz e Sousa, destacado como um dos maiores poetas simbolistas do Brasil.
122	Caricatura de Mário de Andrade segurando uma criança negra em referência à diversidade cultural.
133	Ilustração de uma personagem negra no contexto do poema "Romance VII ou do negro das Catas".
140	Ilustração de uma família negra em uma cena cotidiana.
143	Ilustração de uma cantora negra em um contexto histórico-cultural.
154	Fotografia de um homem negro como destaque cultural.
159	Fotografia de Conceição Evaristo, importante contemporânea escritora e acadêmica negra.
161	Ilustração de um estudante negro em uma sala de aula.
166- 169	Ilustrações de um mercado com diversas pessoas negras em atividades cotidianas.
191	Fotografia de Luiz Silva (Cuti), poeta negro destacado.

236	Fotografia da escritora mato-grossense Ryane Leão, destacada em um poema.
248	Card sobre bullying e racismo com representação de crianças negras.
270	Fotografia de uma pessoa negra como destaque cultural.
276	Ilustração de uma personagem negra em um contexto humorístico.
280	Fotografia de Grace Passô, destacada no contexto do teatro brasileiro.
293	Fotografia de Antonio Bispo dos Santos, escritor e ativista negro.

A análise das imagens revela um esforço consciente para incluir representações de pessoas negras em diversos contextos, desde o sofrimento histórico até as contribuições culturais contemporâneas. A ilustração na página 66, que acompanha o poema "O Navio Negreiro" de Castro Alves, é particularmente impactante. Ela retrata homens, mulheres e crianças negras em situação de sofrimento durante a escravidão. Essa representação visual complementa o texto e serve como um lembrete da brutalidade do período escravocrata, humanizando o sofrimento descrito no poema e permitindo uma compreensão profunda do impacto da escravidão.

Figura 6 : Ilustração do poema "O Navio Negreiro"



Fonte: Siniscalchi, C., & Ormundo, W. (2021). Se Liga nas Linguagens: Português. Editora Moderna.

A obra, intitulada *Negros no fundo do porão*, é uma litografia de 1835, criada pelo artista Johann Moritz Rugendas. Esta obra é conhecida por sua representação vívida e realista do sofrimento dos escravizados durante o período do tráfico negreiro.

Rugendas foi um artista alemão que viajou pela América Latina no século XIX, documentando cenas da vida cotidiana e as atrocidades do sistema escravocrata. A ilustração mostra homens, mulheres e crianças negras em situação de extremo sofrimento, amontoados no porão de um navio negreiro. Esta representação visual não apenas ilustra o conteúdo do poema, mas também reforça a mensagem abolicionista de Castro Alves, ajudando a sensibilizar os alunos para as questões de direitos humanos e justiça social. A obra "Negros no fundo do porão" de Rugendas é frequentemente exposta em museus e galerias que tratam da história da escravidão e do tráfico negreiro, e a fonte desta reprodução específica é a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A inclusão desta imagem é fundamental porque humaniza o sofrimento descrito no poema, permitindo que os alunos visualizem a desumanização enfrentada pelos escravizados. Este tipo de representação gráfica é essencial para educar sobre a história e promover uma compreensão profunda do impacto da escravidão.

A imagem na página 83 de Machado de Assis reafirma a importância de reconhecer a contribuição de escritores negros na literatura brasileira. Machado de Assis é um exemplo inspirador de sucesso e resistência contra as adversidades raciais, e sua presença no livro é um testemunho da rica herança literária afro-brasileira.

Figura 7: Fotografia de Machado de Assis

Sabia?

Existe polêmica em torno da aparência de Machado de Assis. Seu pai era negro e sua mãe branca, por isso acredita-se que Machado não tivesse pele branca, como afirma, por exemplo, seu atestado de óbito. É possível que, por causa do racismo brasileiro, tenha ocorrido um "embranquecimento" da figura de Machado.

A fotografia da época de Machado de Assis era em preto e branco; esta foto resulta de uma pesquisa histórica e de um processo de colorização artificial.



O Realismo particular de Machado

Machado de Assis inovou a proposta da literatura realista-naturalista ao escrever romances baseados no "estudo das paixões humanas" expressão cunhada por

Ao destacar figuras como Machado de Assis, o livro promove a visibilidade e o reconhecimento das contribuições de escritores negros na formação da literatura brasileira. A discussão sobre a negritude de Machado de Assis não serve apenas para reconhecer sua ascendência africana, mas pode também sublinhar a importância de valorizar a diversidade racial nas artes e na cultura. Considerando sua relevância para a literatura brasileira, a negritude de Machado de Assis destaca como ele, apesar de sua aparência branca, enfrentou preconceito e discriminação ao longo de sua vida. Essa dualidade em sua identidade racial levanta questões importantes sobre a representação e reconhecimento de pessoas negras em posições de destaque.

Machado de Assis não apenas contribuiu significativamente para a literatura brasileira, mas também desafiou as normas raciais e sociais de sua época. A inclusão de sua figura no material didático serve para inspirar estudantes negros, mostrando-lhes que podem alcançar grandes feitos apesar das adversidades. Além disso, ela promove uma reflexão crítica sobre a história do racismo no Brasil e a importância de celebrar a diversidade cultural e racial em nossa sociedade.

Na página 95, a ilustração de Cruz e Sousa sublinha a necessidade de valorizar a contribuição dos poetas negros. Representações como essa garantem que suas vozes sejam ouvidas e celebradas na história literária do Brasil, promovendo uma visão inclusiva e inspiradora.

Figura 8 : Cruz e Sousa, destacado como um dos maiores poetas simbolistas do Brasil



Fonte: Siniscalchi, C., & Ormundo, W. (2021). *Se Liga nas Linguagens: Português*. Editora Moderna.

A inclusão de Cruz e Sousa não apenas celebra sua contribuição poética, mas também combate a invisibilidade histórica de figuras negras na literatura, promovendo uma narrativa mais equitativa e justa.

A normalização de famílias negras em contextos cotidianos, como mostrado na ilustração da página 140, é vital para promover a inclusão e a representatividade.

Figura 9: Ilustração de uma família negra em uma cena de tristeza



Fonte: Siniscalchi, C., & Ormundo, W. (2021). *Se Liga nas Linguagens: Português*. Editora Moderna.

Ao apresentar uma cena de tristeza envolvendo uma família negra, o livro permite várias interpretações. Essa imagem pode ser vista sob diferentes vieses, como o peso do racismo que, mesmo muitas vezes disfarçado, ainda impacta profundamente as vidas das pessoas negras. A representação visual pode sugerir as diversas formas de adversidade enfrentadas por essa comunidade, desde a violência e pobreza até as microagressões cotidianas que perpetuam o sofrimento.

Como Chimamanda Ngozi Adichie discute em sua obra *O perigo de uma história única*, é crucial evitar a simplificação de narrativas sobre grupos marginalizados. Adichie argumenta que quando uma única história é contada repetidamente, ela se torna a história definitiva, criando estereótipos e ofuscando a complexidade e diversidade de experiências (Adichie, 2019). Inserir múltiplas representações de famílias negras, tanto em momentos de alegria quanto de adversidade, ajuda a combater a história única e promove uma visão mais rica e autêntica da experiência negra.

Adichie (2019) exemplifica essa questão ao relatar sua própria experiência de

leitura na infância, (dialoga com o termo e teoria das Escrevivências da Conceição Evaristo) onde todos os personagens eram estrangeiros e não refletiam sua realidade nigeriana. Foi somente ao descobrir a literatura africana que ela percebeu que pessoas como ela também podiam existir nos livros. Esse despertar para a multiplicidade de histórias reforça a importância de proporcionar aos alunos uma variedade de narrativas que reflitam suas próprias vidas e as vidas de outros de forma ampla e diversificada.

Além disso, a inserção de representações positivas e diversas de personagens negros nas literaturas escolares não apenas valida suas experiências, mas também educa outros alunos sobre a riqueza e a pluralidade da cultura negra. Adotar essa abordagem contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e empática, onde todos os alunos se sentem vistos e valorizados. A promoção da diversidade através da literatura é, portanto, uma ferramenta poderosa para combater preconceitos e estereótipos, preparando as futuras gerações para uma convivência harmoniosa e respeitosa.

A representação de Conceição Evaristo na página 159 promove a valorização das contribuições intelectuais de mulheres negras. Sua inclusão incentiva alunas a reconhecerem e se inspirarem em figuras negras femininas, sublinhando a importância da diversidade de gênero e raça.

Figura 10: Fotografia de Conceição Evaristo



Fonte: Siniscalchi, C., & Ormundo, W. (2021). *Se Liga nas Linguagens: Português*. Editora Moderna.

A representação de Conceição Evaristo é um exemplo de como mulheres negras têm desempenhado papéis fundamentais na construção do conhecimento e na luta por igualdade, inspirando novas gerações a seguirem seus passos. Conceição Evaristo, com

suas obras literárias e ensaios, aborda questões cruciais relacionadas ao racismo, sexismo e exclusão social. Sua escrita dá voz às experiências das mulheres negras, trazendo para o centro do debate acadêmico e literário as narrativas que historicamente foram marginalizadas.

A importância de Conceição Evaristo reside não apenas em suas contribuições literárias, mas também em seu papel como educadora e ativista. Ela representa a luta contínua por reconhecimento e igualdade, desafiando estereótipos e rompendo barreiras que limitam as oportunidades para as mulheres negras. Sua presença no material didático serve como um modelo de resistência e perseverança, mostrando aos alunos que o conhecimento e a educação são ferramentas poderosas para a transformação social.

Ao incluir Conceição Evaristo, o livro não só celebra suas conquistas, mas também enfatiza a importância de reconhecer e valorizar as contribuições de todas as mulheres negras. Essa representação contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa, promovendo o respeito e a valorização da diversidade cultural e racial na sala de aula. A inclusão de Conceição Evaristo no currículo escolar é um reconhecimento necessário da história e cultura afro-brasileira, que tem sido frequentemente negligenciada ou sub-representada nos materiais didáticos tradicionais. Ao dar visibilidade a figuras como Evaristo, os alunos podem ver refletidas as suas próprias histórias e culturas, o que é vital para a construção de uma identidade positiva e para o combate ao racismo institucional.

A imagem na página 161 retrata um estudante negro em uma sala de aula, lendo um texto em voz alta. Este contexto é importante pois a atividade de leitura pública na escola está profundamente ligada a um momento de reflexão e aprendizado coletivo. A expressão séria do estudante e a atenção dos colegas ao fundo indicam que o conteúdo abordado é de grande relevância e impacto emocional.

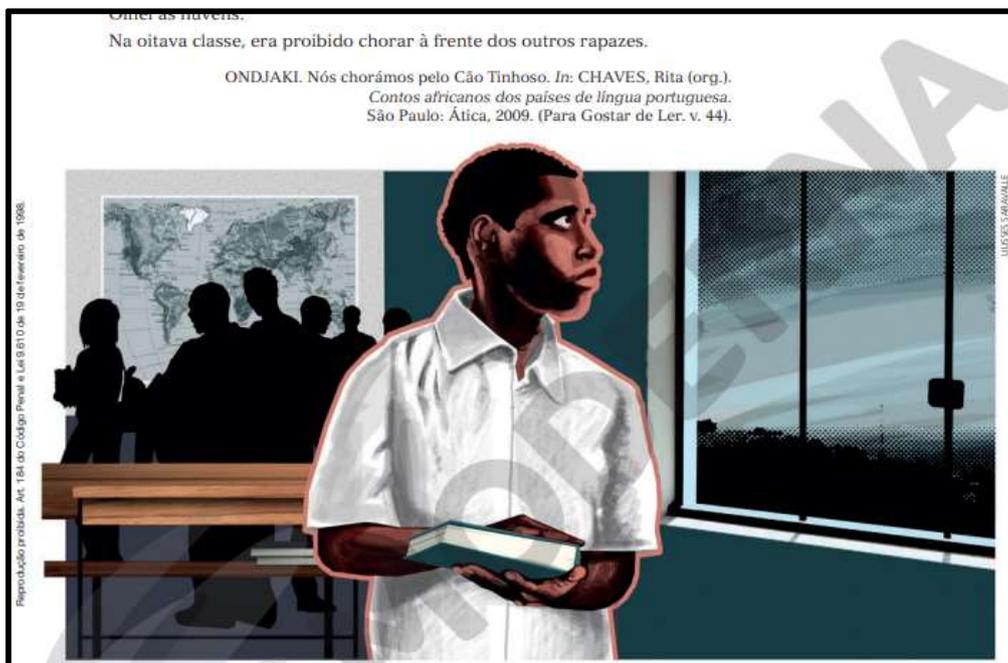
O trecho do livro em análise é um excerto de "Nós choramos pelo Cão Tinhoso", de Ondjaki, que é uma homenagem ao escritor angolano Luís Bernardo Honwana. No conto, Ondjaki descreve a importância das histórias que falam sobre a realidade de Angola, um país marcado por contrastes sociais e históricos. A escolha de um estudante negro para essa leitura não é aleatória; ela simboliza a necessidade de dar voz às histórias que muitas vezes são silenciadas ou marginalizadas e a importância das pessoas negras conhecerem as histórias, tradições e contextos do continente africano.

Essa representação visual é uma reflexão sobre o poder da educação e da

literatura em trazer à tona histórias que desafiam narrativas únicas e estereotipadas. Como citado anteriormente, a obra de Chimamanda Ngozi Adichie discute como a repetição de uma única narrativa pode criar estereótipos e simplificar indevidamente a complexidade de uma cultura ou de um povo (ADICHIE, 2019). A imagem e o contexto do texto lido pelo estudante exemplificam a necessidade de apresentar múltiplas perspectivas, especialmente aquelas que muitas vezes são ignoradas ou distorcidas.

O ato de ler em voz alta um texto que aborda a realidade angolana permite aos alunos confrontar e questionar suas próprias percepções e preconceitos. Ele promove a empatia e o entendimento, criando um ambiente educacional que valoriza a diversidade e a inclusão. A seriedade do estudante e a atenção dos colegas demonstram o impacto que essa atividade tem sobre eles, sublinhando a importância de incluir narrativas diversas no currículo escolar, representa também o negro em posições sociais antes impossibilitadas para eles, um exemplo disso é o próprio embranquecimento de Machado de Assis. Negando assim a representação de intelectual aos negros, relegando-os aos espaços sociais do fazer manual, não intelectual..

Figura 11: Ilustração de um estudante negro em uma sala de aula lendo em voz alta



Fonte: Siniscalchi, C., & Ormundo, W. (2021). *Se Liga nas Linguagens*: Português. Editora Moderna.

Adicionalmente, a presença de elementos visuais como o mapa da África no fundo da sala de aula reforça a ligação entre o aprendizado acadêmico e a valorização

da identidade cultural. Essa conexão é fundamental para promover um senso de pertencimento e orgulho entre os alunos negros, ao mesmo tempo em que educa todos os alunos sobre a riqueza e a intelectualidade dos povos africanos da história africana.

Portanto, a imagem e o contexto na página 161 não apenas representam uma realidade triste, mas também são um chamado para a inclusão de múltiplas narrativas na educação. Elas destacam a importância de ouvir e valorizar todas as vozes, especialmente aquelas que têm sido historicamente marginalizadas.

A ilustração na página 133 no contexto do poema "Romance VII ou do negro das Catas" é um exemplo de como a cultura afro-brasileira pode ser representada em obras literárias. Tal representação é vital para destacar a diversidade cultural do Brasil e mostrar aos alunos as contribuições afro-brasileiras.

Figura 12: Ilustração de uma personagem negra no contexto do poema "Romance VII ou do negro das Catas"



Fonte: Siniscalchi, C., & Ormundo, W. (2021). Se Liga nas Linguagens: Português. Editora Moderna.

A imagem apresenta uma representação da postura da personagem que em primeiro plano é leve, mas os olhares em segundo plano parecem não apontar leveza; ao contrário, parecem espreitar e vigiar o trabalho que está sendo realizado, contrastando com o conteúdo do poema que refere-se a um contexto de sofrimento. Este contraste entre a leveza da ilustração e a seriedade do tema abordado no poema é significativo, pois pode ser uma estratégia didática para introduzir temas difíceis de forma acessível aos alunos. A leveza visual pode atrair a atenção e facilitar a aproximação dos alunos com o conteúdo, preparando-os para uma discussão mais profunda sobre as questões

abordadas.

O poema "Romance VII ou do negro das Catas" trata de experiências de dor e adversidade vividas pelos negros, especialmente no contexto histórico da escravidão e suas consequências. Essa abordagem poética proporciona uma reflexão crítica sobre as injustiças históricas e os impactos duradouros do racismo. A representação visual não apenas enriquece o conteúdo literário do livro, mas também ajuda a construir uma compreensão mais ampla e inclusiva da cultura e história afro-brasileira entre os alunos. Ela serve como uma ferramenta educativa poderosa para fomentar a empatia e o entendimento, permitindo que os alunos se conectem emocionalmente com as histórias e as pessoas retratadas.

A imagem está organizada de forma a criar um equilíbrio entre a gravidade do tema e a acessibilidade para os alunos. A leveza da ilustração, combinada com a seriedade do poema, proporciona um ponto de entrada visualmente atraente para os alunos, permitindo que eles abordem o conteúdo difícil com maior facilidade. Os elementos visuais da imagem, como a postura serena da personagem principal e os olhares vigilantes ao fundo, contribuem para refutar estereótipos negativos. A imagem representa a personagem negra de maneira digna e respeitosa, enquanto os elementos de vigilância ao fundo sugerem um comentário crítico sobre a opressão, sem perpetuar estereótipos desumanizadores.

A imagem, portanto, desempenha um papel importante ao mediar a relação dos alunos com o texto literário. Ao apresentar uma ilustração leve para um poema carregado de sofrimento, o livro consegue balancear o impacto emocional, tornando o tema acessível enquanto preserva a seriedade e abrangência da narrativa.

A fotografia de Luiz Silva (Cutí) na página 191, como um poeta negro destacado, é uma representação à rica tradição poética negra no Brasil. Isso reforça a ideia de que a literatura negra é uma parte essencial da identidade cultural brasileira.

Figura 13: Fotografia de Luiz Silva (Cuti)



Fonte: Siniscalchi, C., & Ormundo, W. (2021). *Se Liga nas Linguagens: Português*. Editora Moderna.

Ao celebrar a obra de Cuti, o livro promove a diversidade literária e encoraja os alunos a explorarem e valorizarem as contribuições de poetas negros na literatura brasileira.

Na análise das páginas 166-169, as ilustrações de um mercado com diversas pessoas negras em atividades cotidianas demonstram a importância de representar a diversidade de forma natural e inclusiva. Tais imagens são cruciais para normalizar a presença de pessoas negras em diferentes contextos sociais e culturais, combatendo estereótipos e promovendo uma visão mais igualitária da sociedade.

O *card* na página 248 aborda questões de *bullying* e racismo com a representação de crianças negras. Esta imagem é essencial para promover discussões sobre igualdade racial, sensibilizando os alunos sobre os impactos do racismo no ambiente escolar e na vida cotidiana. Tal representação é vital para discutir os racismos e suas consequências no ambiente escolar e na sociedade como um todo. A representação por si só não estimula atitudes, mas promove a reflexão e a discussão para daí quem sabe promover uma mudança de atitude. Lembro da frase de Paulo Freire

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire. 1979, p.84).

Figura 14: Card sobre *bullying* e racismo com representação de crianças negras



Fonte: Siniscalchi, C., & Ormundo, W. (2021). *Se Liga nas Linguagens*: Português. Editora Moderna.

A inclusão desta imagem promove discussões essenciais sobre a igualdade racial, incentivando os alunos a refletirem sobre os efeitos do racismo e a importância de combater tais atitudes desde cedo. Isso ajuda a construir um ambiente escolar mais justo e acolhedor.

A fotografia de Grace Passô na página 280 destaca o impacto significativo das artistas negras no cenário cultural brasileiro. Ao reconhecer e celebrar suas contribuições, o livro inspira estudantes a valorizar a diversidade nas artes e a perceberem o valor da representatividade.

Figura 15: Fotografia de Grace Passô



Fonte: Siniscalchi, C., & Ormundo, W. (2021). *Se Liga nas Linguagens*: Português. Editora Moderna.

A página 276 apresenta uma ilustração humorística de uma personagem negra, que também desempenha um papel importante na normalização da presença de pessoas negras em diferentes gêneros de comunicação, incluindo o humor. Essa inclusão demonstra que a diversidade racial deve ser refletida em todos os aspectos da mídia e cultura, quebrando estereótipos negativos e promovendo uma visão inclusiva da sociedade.

Por fim, a fotografia de Antonio Bispo dos Santos na página 293 é um poderoso lembrete da resistência e ativismo negro. Sua inclusão no livro educa os alunos sobre figuras importantes na luta pelos direitos civis e justiça social, reforçando a importância de reconhecer e honrar o trabalho de ativistas negros que lutaram contra a opressão.

Em conclusão, a análise das imagens e ilustrações do livro *Se Liga nas Linguagens: Português* revela um esforço consciente para incluir representações de pessoas negras de maneira positiva e diversificada. Essas representações visuais são fundamentais porque a maneira como figuras negras são retratadas pode influenciar significativamente a percepção dos alunos sobre diversidade e igualdade racial. Representações variadas e realistas são essenciais para combater estereótipos e promover uma visão mais inclusiva e positiva da sociedade. Ao mostrar figuras negras em contextos variados e positivos, o livro contribui para uma educação mais equitativa e rica, alinhada com as diretrizes da Lei 10.639/03 e da BNCC.

A seguir, passaremos para a análise dos textos e narrativas presentes no livro, explorando como essas dimensões textuais também contribuem para a representatividade e promoção da igualdade racial.

3.2.2 Análise dos Textos e Narrativas

A análise das imagens e ilustrações estabelece uma base visual para a discussão sobre diversidade racial e inclusão. Agora, é igualmente importante examinar os textos e narrativas presentes no livro para entender como eles abordam a representatividade de pessoas negras e promovem a igualdade racial. A seguir, detalharemos essa análise textual, explorando as diferentes maneiras pelas quais o livro trata essas questões.

Para analisar a representatividade da população negra no livro *Se Liga nas Linguagens: Português*, é necessário observar os textos e narrativas que abordam questões relacionadas à negritude. Este exame busca revelar como essas narrativas contribuem para a percepção dos alunos sobre diversidade racial e inclusão. A seguir, apresento uma análise crítica e detalhada dos trechos selecionados do material.

Aqui se vê o texto de Álvaro de Campos, "Poema em linha reta", na página 107. Embora não trate diretamente de questão racial, a análise do texto pode ser utilizada para discutir a invisibilidade e a marginalização de vozes na sociedade. O livro, ao incluir esse poema, oferece a possibilidade de reflexão sobre como a sociedade trata as vozes dissonantes e marginalizadas, permitindo uma analogia com a luta das populações negras por reconhecimento e igualdade.

Nunca conheci quem tivesse levado porrada.
Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.
E eu, tantas vezes reles, tantas vezes porco, tantas vezes vil,
Eu tantas vezes irresponsavelmente parasita,
Indesculpavelmente sujo. (Campos, 1999. p. 107).

A reflexão sobre a marginalização de vozes no poema de Álvaro de Campos é uma oportunidade para discutir a invisibilidade de grupos historicamente excluídos, como a população negra. O poema pode servir de ponto de partida para uma discussão mais ampla sobre a exclusão social e racial um campo de possibilidades, permitindo aos alunos explorar as questões de invisibilidade e marginalização. O livro *Se Liga nas Linguagens: Português* inclui essa possibilidade de análise ao apresentar textos que abordam a experiência humana de forma universal, incentivando a reflexão crítica sobre temas de exclusão e desigualdade. Assim, o material didático oferece uma plataforma

para que os educadores possam aprofundar discussões sobre diversidade e inclusão, questionando se o conteúdo apresentado aborda adequadamente essas questões ou se deixa lacunas importantes na formação dos alunos.

Aqui a narrativa sobre Lima Barreto, na página 113, apresenta uma denúncia contundente das injustiças sociais e raciais. Lima Barreto, um dos primeiros autores brasileiros a reconhecer-se como um literato negro, utilizava sua obra para criticar o racismo estrutural e a exclusão social enfrentada pelos negros no Brasil. A inclusão de textos que abordem diretamente a experiência negra é fundamental para promover uma educação que valorize a diversidade e enfrente o racismo.

Lima Barreto (1881-1922) foi o primeiro autor brasileiro a reconhecer-se como um literato negro. Em seus textos, fala com escárnio do racismo, das injustiças sociais e da eugenia. Viveu sob o signo do 'não': a Academia Brasileira de Letras nunca o reconheceu como membro e suas publicações não eram prestigiadas como mereciam. (Siniscalchi; Ormundo, 2021. p. 113).

A análise deste trecho revela que o livro aborda algumas figuras históricas importantes para a representatividade negra, mas a quantidade limitada de exemplos sugere que a cobertura do tema é insuficiente. A representação de Lima Barreto é um começo, mas deveria ser complementada por outros autores e figuras que contribuíram para a luta contra o racismo e pela valorização da cultura negra.

Na página 154, há um destaque para a fotografia da série "The Astronauts" de Cristina de Middel, que trata da realidade dos sonhos de uma comunidade africana. Esse exemplo pode ser utilizado para discutir a representação positiva e empoderadora de pessoas negras, afastando-se dos estereótipos comuns. A inclusão de imagens que celebram a diversidade e a criatividade das comunidades negras é essencial para construir uma visão mais inclusiva e respeitosa.

Com humor, na série The Astronauts (2012), a fotógrafa espanhola Cristina de Middel transforma em 'realidade' o sonho de um programa espacial na Zâmbia recém-independente, em 1964. Da mesma maneira, os poetas e prosadores africanos expressam em seus versos e em sua ficção os desejos, sonhos e frustrações de um povo plural. (Siniscalchi; Ormundo, 2021. p. 154).

A análise deste trecho destaca a importância de representar positivamente as contribuições culturais e intelectuais das pessoas negras. No entanto, a presença isolada de exemplos como este sugere que o livro poderia fazer mais para integrar consistentemente a diversidade racial em todo o seu conteúdo.

Aqui se vê a narrativa de Ondjaki, “Nós choramos pelo Cão Tinhoso”, na página 159. Este texto oferece uma perspectiva angolana sobre as lutas sociais e culturais, além de destacar a importância da literatura africana de língua portuguesa. A inclusão de autores africanos enriquece o entendimento dos alunos sobre a diáspora africana e a diversidade cultural dentro da própria comunidade negra.

O escritor angolano Ondjaki trata de uma Angola repleta de contrastes — desigualdades sociais e conflitos entre a cultura tradicional e a introdução do novo. Suas obras, todavia, são mais intimistas do que aquelas ligadas à combativa escrita dos autores da geração anterior, vinculadas às lutas políticas da nação. (Siniscalchi; Ormundo, 2021. p. 159).

A análise deste trecho revela que, embora o livro inclua algumas perspectivas africanas, a abordagem ainda é limitada. A diversidade de vozes dentro da literatura africana e afro-brasileira deve ser ampliada para proporcionar uma visão mais completa e rica das contribuições dessas culturas.

Na página 191, o poema de Luiz Silva (Cuti), “Ferro”, aborda de maneira direta a questão do racismo e a necessidade de resistência e luta por direitos. A inclusão de poetas contemporâneos que tratam de questões raciais atuais é vital para conectar os alunos com a realidade contemporânea e fomentar um entendimento crítico das dinâmicas de poder e opressão. “Cuti. Em: SANTOS, Luiz Carlos dos (org.). Antologia da poesia negra brasileira: 100 anos em 100 poemas. São Paulo: Moderna, 2005. (Lendo e Relendo – Poesia).” (Siniscalchi; Ormundo, 2021. p. 191).

A análise deste trecho sublinha a necessidade de maior presença de autores negros que abordem questões contemporâneas de racismo e resistência. Embora a inclusão de Cuti seja relevante, é necessário um esforço contínuo para garantir que diversas vozes negras estejam presentes e representadas de maneira significativa.

Em conclusão, o livro *Se Liga nas Linguagens: Português* apresenta alguns esforços para incluir representações de pessoas negras e abordar questões raciais, mas ainda carece de uma abordagem mais consistente e abrangente. A representatividade negra, essencial para uma educação equitativa, deveria ser mais amplamente integrada e discutida no material didático, refletindo melhor a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira. A inclusão de mais textos, narrativas e autores que representem a experiência negra de forma direta e diversificada poderia enriquecer significativamente o material didático e proporcionar uma educação mais inclusiva e crítica.

3.2.3 Conformidade com a Lei 10.639/03 e BNCC

Nos tópicos anteriores, examinamos a representação visual e textual da população negra no livro *Se Liga nas Linguagens: Português*. Esta análise possibilitou apontar que, apesar dos esforços para incluir figuras históricas negras e narrativas que abordam questões raciais, a abordagem ainda é limitada e muitas vezes insuficiente para garantir uma representação abrangente e significativa. Com base nesta análise, é fundamental avaliar a conformidade do material com a Lei 10.639/03 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras, com o objetivo de promover a valorização da diversidade étnico-racial e combater o racismo, integrando esses conteúdos de forma transversal no currículo escolar. A BNCC reforça essa necessidade ao destacar que o currículo deve contemplar temas que abordem a pluralidade cultural e a contribuição de diferentes etnias para a formação da sociedade brasileira.

A análise dos textos e imagens do livro *Se Liga nas Linguagens: Português* demonstra que, apesar de haver menções a figuras importantes como Lima Barreto e referências a autores africanos como Ondjaki, a presença dessas representações ainda é esparsa e não totalmente integrada ao longo do material.

Essa inclusão é relevante e alinhada com a Lei 10.639/03, pois promove a visibilidade de autores negros e suas lutas, contribuindo para a valorização da história e cultura afro-brasileira. No entanto, a abordagem poderia ser mais consistente e expandida para incluir uma gama maior de autores e temas relacionados à cultura afro-brasileira e africana.

Outro exemplo importante é a discussão sobre o poema “Ferro” de Cuti, que aborda diretamente a questão do racismo e a necessidade de resistência (Siniscalchi; Ormundo, 2021. P. 191).

A inclusão de textos como este é fundamental para a conformidade com a BNCC, que enfatiza a necessidade de abordar temas de diversidade e inclusão nas escolas. Segundo a BNCC, "a educação deve Promover equidade, reparação histórica para populações historicamente excluídas e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza" (Brasil, 2018, p. 19). O poema de Cuti oferece uma oportunidade para discussões significativas sobre racismo, identidade e resistência,

alinhando-se aos objetivos da BNCC de promover uma educação mais inclusiva e consciente.

Apesar desses exemplos positivos, o material didático ainda apresenta lacunas significativas. A presença de representações negras, embora existente, não é suficientemente abrangente para atender plenamente às exigências da Lei 10.639/03 e da BNCC. A falta de integração consistente de autores, histórias e perspectivas afro-brasileiras ao longo do livro sugere que há uma necessidade de revisão e expansão do conteúdo para garantir uma representação mais completa e equitativa.

A conformidade com a Lei 10.639/03 e a BNCC requer não apenas a inclusão de figuras históricas e autores negros, mas também uma abordagem que permeie todo o currículo, promovendo uma compreensão profunda e contínua da história e cultura afro-brasileira. Isso inclui a integração de temas como a contribuição dos negros para a formação da sociedade brasileira, as lutas contra o racismo e a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras.

De acordo com a BNCC, é essencial que a educação contribua para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018, P. 19). Para atingir esse objetivo, o material didático deve incorporar de forma mais robusta os conteúdos que refletem a diversidade étnico-racial do Brasil. Em suma, a análise do livro *Se Liga nas Linguagens: Português* revela que, embora haja esforços para incluir representações negras e abordar questões raciais, a necessidade de maior consistência e amplitude é evidente para atender plenamente às exigências da Lei 10.639/03 e da BNCC.

Portanto, a conformidade com a Lei 10.639/03 e a BNCC exige uma abordagem integrada e consistente que vá além de menções esparsas, garantindo uma representação contínua e significativa das culturas afro-brasileira e africana ao longo de todo o material didático. A integração desses temas de forma abrangente e contínua é essencial para promover uma educação inclusiva, que combata o racismo e valorize a diversidade cultural, formando cidadãos conscientes e críticos.

A análise da conformidade com a Lei 10.639/03 e a BNCC evidenciou tanto os avanços quanto as deficiências na abordagem das questões étnico-raciais no livro *Se Liga nas Linguagens: Português*. Para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa, é essencial não apenas reconhecer essas falhas, mas também adotar medidas concretas para amplificar a presença e a qualidade dos conteúdos afro-brasileiros. Esta reflexão nos conduz à necessidade de um exame mais detalhado sobre como esses temas são atualmente incorporados no material didático e quais lacunas

persistem, indicando caminhos para uma integração mais profunda e significativa das culturas afro-brasileiras e africanas na educação básica.

3.3. INCLUSÃO DE TEMAS AFRO-BRASILEIROS

O reconhecimento da importância da diversidade cultural e étnica no currículo escolar é um aspecto fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes, porque permite que os alunos compreendam e valorizem as diversas contribuições culturais que compõem a sociedade brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei 10.639/03 estabelecem diretrizes claras para a inclusão de conteúdos que reflitam a história e a cultura afro-brasileira, promovendo uma educação que valoriza a pluralidade e combate o racismo estrutural. Essa abordagem é essencial porque contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as vozes e histórias são reconhecidas e valorizadas.

A inclusão de temas afro-brasileiros no currículo não apenas atende às exigências legais, mas também enriquece o ambiente educacional, proporcionando aos alunos uma visão mais ampla e inclusiva da história e da cultura brasileira. Isso é particularmente importante em um país marcado por profundas desigualdades raciais e sociais, onde a educação pode servir como uma ferramenta poderosa para a transformação social.

3.3.1 Presença de Conteúdos Afro-Brasileiros

A análise do livro *Se Liga nas Linguagens: Português* revela que há esforços para incluir conteúdos afro-brasileiros, embora esses esforços ainda sejam limitados e esporádicos. Por exemplo, o livro menciona autores como Lima Barreto e Ondjaki, reconhecendo suas contribuições para a literatura e suas lutas contra o racismo. Essas menções são importantes porque ajudam a tirar do campo do silenciamento à tona figuras históricas que muitas vezes são marginalizadas nos currículos tradicionais.

No entanto, a presença desses conteúdos precisa ser mais consistente e integrada ao longo do material didático. A Lei 10.639/03 exige que a história e a cultura afro-brasileira sejam ensinadas de forma transversal, permeando todas as disciplinas e séries. Isso é fundamental porque a educação sobre a diversidade cultural deve ser contínua e abrangente, não se limitando a tópicos isolados ou a datas comemorativas específicas.

Além disso, a BNCC enfatiza a necessidade de uma educação que valorize a diversidade étnico-racial e promova a igualdade. O documento destaca que "a valorização da diversidade étnico-racial é essencial para a formação de uma sociedade justa e democrática" (BRASIL, 2018, p. 21). Portanto, a inclusão de conteúdos afro-brasileiros deve ser vista como uma parte integrante e indispensável do currículo escolar, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados.

É importante que os conteúdos afro-brasileiros não sejam apresentados de forma superficial ou estereotipada. A abrangência e a qualidade desses conteúdos são cruciais para garantir que os alunos tenham uma compreensão verdadeira e respeitosa da história e da cultura afro-brasileira. Isso inclui a abordagem de temas complexos como a escravidão, a resistência negra e as contribuições culturais dos afro-brasileiros para a sociedade.

A inclusão de conteúdos afro-brasileiros também deve ser feita de maneira que envolva e engaje os alunos, promovendo o diálogo e a reflexão crítica. Atividades interativas, projetos de pesquisa e discussões em sala de aula são algumas das estratégias que podem ser utilizadas para tornar esses conteúdos mais relevantes e significativos para os alunos.

3.3.2 Abrangência e Qualidade dos Conteúdos

A abrangência e a qualidade dos conteúdos afro-brasileiros apresentados no livro *Se Liga nas Linguagens: Português* variam significativamente. Em alguns casos, como na análise do poema "Ferro" de Cuti, há uma abordagem detalhada e contextualizada que permite uma compreensão mais profunda das questões raciais e culturais. Este tipo de análise é essencial para promover uma educação que vá além da superficialidade e realmente engaje os alunos em discussões significativas sobre diversidade e inclusão. Isso é importante porque apenas uma abordagem superficial não desenvolve o pensamento crítico necessário para enfrentar e desafiar o racismo estrutural.

No entanto, em outros casos, a abordagem é mais superficial e falta um aprofundamento necessário para uma compreensão completa. Por exemplo, as menções a figuras históricas importantes como Lima Barreto são muitas vezes breves e não exploram plenamente suas contribuições e contextos históricos. Para cumprir plenamente os objetivos da Lei 10.639/03 e da BNCC, é necessário que esses conteúdos sejam apresentados de maneira mais completa e detalhada.

A qualidade dos conteúdos também depende da forma como eles são integrados ao currículo geral. A BNCC estabelece que "a abordagem da diversidade étnico-racial deve ser transversal e permeada por todas as áreas do conhecimento" (BRASIL, 2018, p. 23). Isso significa que os temas afro-brasileiros não devem ser tratados como tópicos isolados, mas sim como parte integrante de todas as disciplinas e atividades escolares. Isso é fundamental porque a educação para a diversidade precisa ser contínua e estar presente em todas as áreas do aprendizado para ser eficaz.

Para alcançar essa integração, é importante que os professores recebam formação adequada e que os materiais didáticos sejam desenvolvidos com a colaboração de especialistas em história e cultura afro-brasileira. A formação contínua dos educadores é essencial para garantir que eles estejam preparados para abordar esses temas de maneira sensível e informada, promovendo uma educação de qualidade para todos os alunos.

3.3.3 Exemplos de Inclusão e Lacunas Identificadas

Os exemplos de inclusão de temas afro-brasileiros no livro *Se Liga nas Linguagens: Português* mostram um esforço inicial, mas ainda há muitas lacunas que precisam ser preenchidas. A inclusão de autores como Lima Barreto e Ondjaki é um passo positivo, mas é necessário expandir esse repertório para incluir uma gama mais ampla de vozes e perspectivas.

Além disso, a integração de conteúdos afro-brasileiros deve ser feita de maneira que promova o pensamento crítico e a reflexão entre os alunos. Isso inclui a discussão de temas complexos como a escravidão, a resistência negra e as contribuições culturais dos afro-brasileiros. A BNCC enfatiza que "a valorização da diversidade étnico-racial é essencial para a formação de uma sociedade justa e democrática" (Brasil, 2018, p. 25), e isso deve se refletir em todos os aspectos do currículo escolar.

Um ponto importante é a necessidade de envolver os alunos em atividades que promovam a reflexão e o diálogo sobre diversidade e inclusão. Projetos de pesquisa, debates e atividades interativas são algumas das estratégias que podem ser utilizadas para tornar esses conteúdos mais relevantes e significativos para os alunos. A BNCC destaca a importância de "promover o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro" (Brasil, 2018, p. 20), e isso deve ser refletido nas práticas pedagógicas.

Finalmente, é essencial que os materiais didáticos sejam revisados e atualizados continuamente para garantir que reflitam as realidades e as necessidades dos alunos, pois essa prática assegura que o conteúdo educacional permaneça relevante, inclusivo e capaz de proporcionar uma formação integral que prepara os alunos para os desafios de uma sociedade diversificada e em constante mudança. A inclusão de temas afro-brasileiros não deve ser vista como uma adição opcional, mas como uma parte indispensável do currículo escolar, necessária para promover uma educação que valorize e respeite a diversidade étnico-racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a representação de pessoas negras nos livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio, com foco no livro *Português: Linguagens* de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, adotado nas escolas públicas de Mineiros, Goiás. O estudo buscou avaliar como esses materiais didáticos contribuem para a promoção da igualdade racial e como cumprem as diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/03 e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Embora existam esforços para incluir conteúdos sobre a cultura afro-brasileira, a representatividade de pessoas negras ainda é limitada e pode ser aprimorada. As imagens e os textos presentes no livro frequentemente não capturam a diversidade e a complexidade da cultura afro-brasileira de forma suficiente, perpetuando, em alguns casos, visões simplificadas e inadequadas. Esta constatação aponta para a necessidade de uma abordagem mais profunda e diversificada na representação das pessoas negras.

Os objetivos propostos foram atingidos ao identificar e analisar as representações de personagens e contextos afro-brasileiros no livro didático, avaliando sua conformidade com as políticas educacionais vigentes. A pesquisa mostra que, apesar das diretrizes legais e pedagógicas avançarem na promoção da igualdade racial, a implementação prática enfrenta desafios significativos, incluindo resistência cultural e a falta de formação adequada dos educadores para abordar de maneira eficaz e sensível as questões raciais em sala de aula.

A pesquisa demonstrou a importância da revisão contínua e do aprimoramento dos conteúdos didáticos para promover uma representação mais justa e inclusiva das pessoas negras. A formação continuada dos professores é essencial para que eles possam utilizar os materiais didáticos como ferramentas eficazes na promoção de discussões inclusivas e significativas sobre raça, cultura e identidade. A participação ativa de diversos atores, incluindo educadores, estudantes, pais e especialistas em educação, é fundamental para a criação e seleção de conteúdos mais representativos. Essa colaboração fortalece a relevância e a pertinência dos materiais didáticos, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e democrático.

Além disso, a pesquisa enfatizou a importância de políticas educacionais que incentivem a produção de materiais didáticos diversificados. A inclusão de textos literários, históricos e culturais que representem diferentes grupos étnico-raciais é fundamental para construir identidades raciais positivas entre os estudantes negros e fomentar uma educação antirracista.

Em termos de contribuição acadêmica, esta dissertação oferece uma análise das dinâmicas de inclusão e exclusão presentes nos materiais didáticos de Língua Portuguesa e propõe recomendações práticas para a promoção de uma educação antirracista e inclusiva. A revisão contínua dos livros didáticos, a formação adequada dos professores e a participação ativa da comunidade escolar são essenciais para garantir que a educação no Brasil seja verdadeiramente representativa e equitativa.

Finalmente, espera-se que este estudo inspire futuras investigações e práticas pedagógicas que promovam a igualdade racial e valorizem a diversidade cultural no contexto educacional brasileiro. A efetiva implementação das diretrizes da Lei 10.639/03 e da BNCC deve ser acompanhada de políticas educacionais que incentivem a produção e a adoção de materiais didáticos mais inclusivos, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação que respeite e valorize suas identidades culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRELIVROS. **A história do livro didático no Brasil.** Disponível em: https://abrelivros.org.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Abrelivros_A_História_do_Livro_Didático_no_Brasil-girado.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, S. **Representatividade racial nos livros didáticos.** São Paulo: Editora Educação, 2018.
- ANDRADE, L. S.; SILVA JUNIOR, C. da. Existe Racismo Estrutural no Brasil? Cartografias do racismo.
- ANJOS, A. M.; SILVA, G. E. G. **Tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) na educação. 2018. Secretaria de Tecnologia Educacional.** Universidade do Mato Grosso do Sul. Disponível em: [https://www.educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/429662/2/Tecnologias%20Digitais%20da%20Informação%20e%20da%20Comunicação%20\(TDIC\)%20na%20Educação.pdf](https://www.educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/429662/2/Tecnologias%20Digitais%20da%20Informação%20e%20da%20Comunicação%20(TDIC)%20na%20Educação.pdf). Acesso em: 5 mar. 2024.
- ARAÚJO, E. H. **O lugar do negro no livro didático de Português: representações étnicas no ensino de língua.** Revista Sobre Tudo, v. 12, n. 2, p. 28-62, 2021.
- ARAÚJO, E. S. S. Becos da Memória, de Conceição Evaristo: Uma Escrevivência da Memória da Mulher Negra no Brasil. Revista Let. Ideias, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 13-29, jan./jun. 2019.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o de pessoas negras no imaginário das elites - século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- BATISTA, L. A.; CARDOSO, M. D. de O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. Revista Educação Pública, 2024.
- BEZERRA, H. G.; LUCA, T. R. **Em busca da qualidade PNLD – História – 1996 – 2004.** In: SPOSITO, M. E. B. (org). Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

BORGES, J. A. de M.; PURIFICAÇÃO, M. M.; CATARINO, E. M. O Racismo e o Mito da Democracia Racial: Formas de Opressão à População Negra. *Educação, Psicologia e Interfaces*, Volume 5, Número 1, v5i1.491, 2023.

BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Programas do livro: histórico**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: . Acesso em: 7 fev. 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Guia de livros didáticos 1a a 4a séries - Volume 1 - PNLD 2004**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. Caderno de Educação em Direitos Humanos (Educação Básica): Diretrizes Nacionais. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3213-caderno-de-educacao-em-direitos-humanos&Itemid=30192. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRITO, R. C. de; EUGENIO, B. G.; LEAL, C. N. As relações étnico-raciais no livro didático de Ciências na percepção de pedagogos em formação inicial. *Com a Palavra o Professor*, Vitória da Conquista (BA), v.7, n.21, maio-agosto / 2023. ISSN 2526-2882.

BUNZEN, C.; ROJO, R. **Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo**. In: MARCURSCHI, B.; VAL, M. G. C. (orgs.). *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008.

CARNEIRO, S. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA-HÜBES, T. **Reflexões teórico-metodológicas para o trabalho com os gêneros textuais nas aulas de língua portuguesa.** In: Anais do V SIGET – Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais: o ensino em foco. Caxias do Sul, agosto/2009.

DELL'ISOLA, R. L. P. **Retextualização de gêneros escritos.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Escrevivência, Quilombismo e a Tradição da Escrita Afrodiaspórica.** In: EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Organização: Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. MINA Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, C. **Becos da Memória.** Pallas Editora e Distribuidora Ltda., 2017.

EVARISTO, C. **Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Organização: Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. MINA Comunicação e Arte, 2020.

FERNANDES, M. A. **A leitura no livro didático de língua portuguesa de ensino médio.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, 2010.

FERREIRA, M.; SILVA, T. **Análise crítica das representações raciais em materiais didáticos.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2020.

FONSECA, V. **Dificuldades de aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica ao insucesso escolar.** 3. ed. Lisboa: Âncora, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GATTI JÚNIOR, D. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil.** Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

GERALDI, W. **O texto na sala de aula.** 1ª ed. São Paulo: Ática, 1984.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo de pessoas negras e o cabelo crespo.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo: USP, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, N. L. **Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação.** In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung; Action Aid, 2009.

GONÇALVES E SILVA, P. B. Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil: Entre Vivências e Experiências. São Paulo: Cortez, 2012.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 1ª ed. Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018.

HOOKS, B. **Teaching to transgress: education as the practice of freedom**. Nova York/Londres: Routledge, 1994.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LADSON-BILLINGS, G.; TATE, W. **Towards a critical race theory of education**. Teachers College Record, v. 97, n. 1, p. 47-67, 1995.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. In: Em Aberto, ano 16, n. 69, Jan/Mar, 1996.

LARSEN-FREEMAN, D.; CAMERON, L. **Complex systems and applied linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LEMKE, J. L. **Letramento metamidiático: transformando significados e mídias**. Trab. Linguist. Apl. [Online]. V. 49, N. 2, P. 455-479, Jul./Dez. 2010. Disponível em: . Acesso em: 5 mar. 2024.

LIMA, C. A. **Diversidade cultural e práticas pedagógicas**. Curitiba: Appris, 2017.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1998.

MACEDO, E. **Políticas públicas de educação e a Lei 10.639/03**. Brasília: MEC, 2018.

MARTINS, L. R. **Livros didáticos e identidade afro-brasileira**. Campinas: Papyrus, 2018.

MARTINS, K. F.; SILVA, C. S. O processo de (des)construção da identidade negra na escola: o olhar de professores e alunos em uma escola do município de Quixadá-CE. Revista da ABPN, v. 10, Ed. Especial, p. 215-237, 2018.

MELLO Jr., J. **A evolução do livro e da leitura**. 2000. Disponível em: <http://www.ebookcult.com.br/ebookzine/leitura.htm>. Acesso em: 5 mar. 2024.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

MOURA, C. **História e cultura afro-brasileira: uma análise crítica**. Salvador: EDUFBA, 2021.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, A. R. de; GUEDES, K. V. da S.; SILVA, L. V. da. **Por uma Educação Antirracista: A Visibilidade do Negro enquanto Sujeito Ativo e Crítico na Sociedade Brasileira**.

PASSOS, M. C. A. dos; PINHEIRO, B. C. S. **Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020)**. Vol 07, N. 01 - Jan. - Mar., 2021.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - Entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIRES, A. L. M. **Modelo de referência para análise de livro didático: contribuições para uma descolonização didática no ensino**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2019.

SINISCALCHI, C.; ORMUNDO, W. **Se Liga nas Linguagens: Português**. São Paulo: Editora Moderna, 2021.

SILVA, A. C. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais, 1995.

SILVA, A. C. **A representação de pessoas negras no livro didático: o que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, A. C. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, A. C. **As transformações da representação social do negro no livro didático**. 2003. Disponível em: <http://www.uneb.br/ascom/jmcnet/j07/j07cltm>. Acesso em: 05 mar. 2024.

SILVA, F. C. **A representação do negro em um livro didático de Português do 5º ano do Ensino Fundamental**. Revista África e Africanidades, Ano 8, n. 20, julho de 2015.

SILVA, P. B. G. e. **Aprendizagem e ensino das Africanidades brasileiras**. 2º Ed. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação Continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

SOUZA, C. A. N.; SPADACINI, J. A. V.; FIGUEIRA, L. F.; SANTANA, N. S. **Análise da implementação do ensino remoto emergencial no estado do Paraná**. Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, [S. l.], v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <https://ciltec.anais.nasnuv.com.br/index.php/CILTecOnline/article/view/858>. Acesso em: 5 mar. 2024.

TAVARES, A. T. O processo de constituição da identidade negra: reflexões sobre o papel da escola. Aparecida de Goiânia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2021.

VIEIRA, C. E.; CORREA, F. M. Abdias Nascimento: a trajetória de um intelectual negro engajado na disseminação de saberes emancipatórios entre as décadas de 1920 e 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, 2022. DOI: 10.4025/rbhe.v22.2022.e215.

VOLÓCHINOV, V. **As mais novas correntes do pensamento linguístico no ocidente (1928)**. In: *A palavra na vida e a palavra na poesia*. São Paulo: Editora 34, 2019.